

e-hum

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ISSN 1984-767X

Belo Horizonte, vol. 12, n.º 1, Janeiro/Julho de 2019 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

Dossiê: História, Política e Relações Internacionais



**Editor Responsável****Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto****Conselho Editorial****Prof. Dr. Loque Arcanjo Júnior**Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ehum

ISSN 1804-787X

Belo Horizonte, vol. 12, n.º 1, Janeiro/Julho de 2019 - www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index**Conselho Consultivo****Alexandra do Nascimento Passos**

Centro Universitário UNA

Alexandre Bonafim Felizardo

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Aline Magalhães Pinto

Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ

Daniel Barbo

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Eliane Garcindo de Sá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Jairo Venício Carvalhais Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/FALE

Jonis Freire

Universidade Federal Fluminense - UFF

Jorge Luiz Prata de Sousa

Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO

Júlio César Meira

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Lana Mara de Castro SimanUniversidade Estadual de Minas Gerais - UEMG
e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/FAE**Lucília Regina de Souza Machado**

Centro Universitário UNA

Margareth Vetus Zaganelli

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas - UFA

Maria de Deus Manso

Universidade de Évora, Portugal

Rafael Sumozas Garcia-Pardo

Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha

Renato Silva Dias

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Sérgio Henriques Zandona Freitas

Universidade FUMEC

Vanicléia Silva Santos

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Wânia Maria de Araújo

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Wellington de OliveiraUniversidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri - UFVJM**Centro Universitário de Belo Horizonte**

Vice-Presidência Acadêmica:

Carolina Marra Simões Coelho

Reitor:

Rafael Luiz Ciccarini Nunes

Diretoria de Campus e Acadêmica

Diretores: **Cinthia Tamara Vieira Rocha**

Pesquisa e Extensão

Coordenador:

Pós Graduação em Gestão do Patrimônio Cultural

Coordenador: **Raul Amaro de Oliveira Lanari**

Curso de História

Coordenador: **Rangel Cerceau Netto**

Diagramação

Rangel Cerceau Netto

Contato:

ehum**Revista da Pós-Graduação UNIBH**

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: ehum.revista@gmail.com / ehum@unibh.brhome page: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>



Sumário

e-hum

ISSN 1984-107X

Editorial

Apresentação05

Artigos

Oliveira: uma cidade atlântica no interior de Minas, séculos XVIII e XIX
An Atlantic City in the interior of Minas, 18th and 19th centuries07

Dossiês:

Mr. da Costa, Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra
Mr. da Costa, Consul General of Brazil in England20

A Crise de Refugiados na União Europeia e sua gestão entre 2015 e 2016
The Refugee Crisis in European Union and its management between 2015 and 201628

Heitor Villa-Lobos e a internacionalização da “Educação musical”: iconografia, americanismo musical e pan-americanismo (1933-1946)
Heitor Villa-Lobos and the internationalization of “Musical Education”: Iconography, Musical Americanism and Pan Americanism (1933-1946)38

Relações Brasil - Estados Unidos (1961 – 1967) Os fatores domésticos e internacionais na transição da Política Externa Independente de João Goulart para o alinhamento de Castello Branco
Brazil-United States Relations (1961-1967) The domestic and international factors in the transition from João Goulart's Independent Foreign Policy to the alignment of Castello Branco50

Ecos do golpe de 1964 na Ásia
Echoes of the coup of 1964 in Asia64

Epistemologia do Tempo: Resenha do livro Sobre o Tempo, de Norbert Elias
Epistemology of Time: Review of Norbert Elias's book About Time77

Bejo Horizonte, vol. 12, n.º 1, Janeiro/Julho de 2019 - [www/http://revistas.unibh.br/index.php/uchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/uchla/index)

unibh
Centro Universitário de Belo Horizonte



Agradecimento aos pareceristas:

Revista Científica das Áreas de Humanidades

Um agradece aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Belo Horizonte, vol. 12, n.º 1, Janeiro/Julho de 2019 - [www/http://revistas.unibh.br/index.php/ochla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/ochla/index)

Adriana Figueiredo (UNA)
Alexandra do Nascimento Passos (UNA)
Ana Eugenia Andrade (PUC/SP)
Daniel Barbo (USP)
Fabício Vinhas Manini Angelo (UFMG)
Hilton Cesar de Oliveira (UEMG)
Igor Bruno Cavalcante dos Santos (UFOP)
Loque Arcanjo Júnior (UEMG)
Luciana Santana (UFAL)
Marco Antonio Silva (PBH/UNIBH)
Pedro Henrique Carvalho (UNIBH)
Rangel Cerceau Netto (UNIBH)
Raul Amaro de Oliviera Lanari (UNESCO/UFMG)
Rodrigo Lopes (UNA)
Renato da Silva Dias (UNIMONTES)
Solange Maria Moreira Campos (UNIBH)

unibh
Centro Universitario de Belo Horizonte

Internacionais



Editorial

Revista Científica das Áreas de Humanidades

É com satisfação que apresentamos a 22ª vigésima segunda edição do periódico E-Hum do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH. Neste número veiculamos uma revista pujante cujo foco envolve História, Política e Relações Internacionais. Na seção de artigos livres Leonam Carvalho insere a Cidade de Oliveira nos intercâmbios culturais mundializados às dinâmicas da História Atlântica. Desde os anos iniciais de ocupação dessa Vila “interiorana”, o autor demonstra como os quilombos e suas populações diversificadas se integravam nas complexas dinâmicas de mobilidades sociais do mundo colonial afro-luso brasileiro. Nesse contexto, o sentido de microrregião confunde-se com os recortes administrativos globais e ultrapassa as dinâmicas das fronteiras nacionais. Alias, é surpreendente observar como as relações locais e globais se estabelecem por meio de intrincadas mesclas culturais e biológicas que se desenvolviam pelos caminhos e picadas das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX e, se conectavam aos modos de viver e pensar das populações das diferentes regiões africanas ao interior do próprio continente americano. Esse texto inicial abre as portas para o Dossiê História, Política e Relações Internacionais organizados pelos professores Raul Amaro de Oliveira Lanari e Rangel Cerceau Netto. Nessa perspectiva, busca-se o estudo das relações internacionais menos esquemáticas e em sintonia com a vida cotidiana das populações e seus diversos desafios em relações às perspectivas migratórias de refugiados, assim como as dinâmicas dos direitos humanos e das conflituosas relações entre Estado, Nacionalismo, Ditadura e Identidades Populacionais. A intenção de se relacionar essas temáticas foi trazer novos sentidos simbólicos para uma diplomacia de alteridades culturais, mais ampla e democrática. Assim, o Dossiê é marcado por contribuições de novos pesquisadores, mestrandos, mestres e doutorandos, responsáveis por estudos que resultarão em dissertações e teses relevantes dentro desse campo de pesquisa interdisciplinar. O estudo das relações internacionais em sintonia com a história cultural e das culturas políticas podem trazer novos enfoques a diversas temáticas relacionadas à história. Especialmente, no caso deste dossiê, há um incentivo por novas revisões que busquem entender e superar a imagem tradicional que o mundo medieval projetou no imaginário sobre os mares e sua borda plana como visualizado no mapa de Giorgio Enrico Cavallo, *La Terra piatta* e que figura na capa desta edição do periódico. No limiar do século XXI, os estudos formais dos Estados, tais como, a segurança e a defesa nacionais relacionadas aos territórios, à economia e ao militarismo passaram, também, a conviver com objetos de pesquisa que caminham em direções ampliadas. Dentre estas destacam, o multiculturalismo, a alteridade, a cooperação política, a diplomacia, a integração regional e a comunicação tornaram-se temas muito significativos para a consolidação do campo intitulado história das relações internacionais. Iniciando o Dossiê apresentamos a contribuição de Péricles Pedrosa Lima cujo estudo busca sintetizar a formação de um Brasil desde a chegada da família real em 1808 até a emancipação de Portugal em 1822. Para isso, o autor lança mão do estudo biográfico sobre Hipólito José da Costa Pereira, primeiro Cônsul do Brasil na Inglaterra. É surpreendente observar como Péricles consegue estabelecer conexões entre a vida pública de Hipólito com o próprio processo de independência brasileiro. Por meio do *Jornal Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* fundado por Hipólito, Péricles consegue estabelecer uma perspectiva de Histórias conectadas entre a Europa devastada pelas guerras napoleônicas e os objetivos políticos pela luta emancipacionista das colônias americanas. Assim como analisar diversos temas do universo cultural e político em relação ao progresso industrial e científico, a monarquia constitucional e a abolição da escravatura. A segunda contribuição de Raul Lanari e Florence Belo volta-se para um dos grandes problemas da atualidade, a questão dos refugiados. Nesse contexto, os autores analisam a aplicação da teoria do neo-institucionalismo de escolha racional, o que permite reflexões críticas sobre a capacidade da União Europeia de acolher pedidos de asilo satisfatoriamente em seu território entre os anos de 2015 e 2016. Trata-se, sobretudo, do estudo que enfoca os refugiados oriundos dos desdobramentos da



crise Síria e do avanço do Estado Islâmico. Os autores avançam na reflexão quando demonstram que a adoção da política de aceitação dos refugiados não foi coesa e geraram reflexos no panorama interno dos Estados-membros do bloco europeu, inclusive, com perigo de dissuasão em razão da crise de refugiados. A terceira contribuição, menos esquemática, constitui-se em abordagem significativa do campo intitulado história das relações Internacionais, pois analisa o papel da obra de Villa-Lobos para a diplomacia cultural brasileira. Os pesquisadores Loque Arcanjo, Alexandre Reis e Juliana Caetano buscam relacionar o projeto pan-americano e musicológico à difusão da imagem de Heitor Villa-Lobos, em especial de seu projeto educacional de canto orfeônico relacionado ao Estado Novo. O leitor é surpreendido pelo papel da iconografia na construção das mais variadas representações culturais acerca da música e da imagem de Villa-Lobos. A reflexão dos autores avançam no debate em torno do enlaçamento entre a política, a música, a mídia e as relações internacionais dos interlocutores inseridos dentro da abrangência político/educacional getulista, além da internacionalização da obra e da imagem de Villa-Lobos. Seguindo nas análises, a quarta contribuição do Dossiê reafirma a necessidade do campo de Relações Internacionais ampliarem as leituras relacionadas em perspectivas comparadas, no que tange as relações geopolíticas. Nesse sentido, Bárbara Benevides, Flávia Medeiros e Gabriel Pimenta fazem um artigo de revisão, mostrando os aspectos da reorientação sobre a política externa brasileira com os Estados Unidos na transição da democracia para a ditadura civil-militar, em especial entre o período democrático de João Goulart e o governo militar de Castello Branco. O quinto artigo do pesquisador Marcelo Lima é uma contribuição para a continuidade dos estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira e, consequentemente, o estudo da política internacional orientada pelo regime ditatorial. A pesquisa é inovadora quando mapeia a repercussão do golpe de 1964 sobre as relações do Brasil com países asiáticos por meio de fontes que são ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras a República da China (Taiwan) e a Indonésia. Também é surpreendente, a maneira com que o autor explora os diálogos entre Relações Internacionais e História, utilizando-se a imprensa e agentes da sociedade civil como importantes atores internacionais. Para finalizar a resenha de Rafael Penido Rodrigues que aborda a importância da obra “Sobre o Tempo”, de autoria do ilustre sociólogo e historiador Norbert Elias. No contexto do Dossiê, a obra de Elias amplia as possibilidades epistemológicas dos pesquisadores do campo das relações internacionais a apropriarem de paradigmas das ciências humanas e sociais na aplicação de suas análises, sobretudo, na experiência social cognoscível das temporalidades. Por fim vale lembrar que a partir da ideia de “histórias conectadas”, identificamos a exuberância dos assuntos tratados no Dossiê que ultrapassaram as fronteiras nacionais e formaram as linguagens políticas e de suas relações internacionais com regiões diversas do planeta. São textos, portanto, que apresentam resultados de pesquisas atuais e reflexões vigorosas entre história e relações internacionais. Esperamos que os leitores desfrutem das análises realizadas por esses estudiosos que se dedicam às suas especializações no desenvolvimento dos seus mestrados e doutorados.



<http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Rangel Cerceau Netto

Editor Chefe da Revista e-hum



Raul Amaro de Oliveira Lanari

Organizadores do Dossiê: História, Política e Relações Internacionais da Revista e-hum

Oliveira: uma cidade atlântica no interior de Minas, séculos XVIII e XIX.

An Atlantic City in the interior of Minas, 18th and 19th centuries.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2671>

Leonam Maxney Carvalho

Doutor em História pela Universidade Federal Minas Gerais – UFMG / CAPES

leonam.carvalho@educacao.mg.gov.br

leonamcarvalho@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1491-8168>

Recebido em: 30/11/2018 – Aceito em 13/04/2019

Resumo: Este texto aborda a história alguns aspectos da Cidade de Oliveira, entre os séculos XVIII e XIX, na região centro-oeste de Minas Gerais, sob um dos olhares da História Atlântica. Isto significa lidar com alguns aspectos retratados em fontes oficiais de forma a retirar os pejorativos relativos aos africanos e afrodescendentes que se instalaram na região. Quilombos considerados como reunião de criminosos passam a ser vistos como organizações sociais complexas, com divisão de trabalho bem organizada e ligação cultural com as experiências dos escravizados na África. Estatísticas sobre a população, seu número de escravizados e livres, aspectos de cor de pele, passam a ser vistos de forma a evidenciar sua ligação com as culturas e organizações centro-africanas, de onde a maioria dos escravizados vieram para Minas Gerais no período analisado. Desta forma, propõe-se uma abordagem peculiar ao Mundo Atlântico, que pode revelar outros aspectos ainda ignorados da história das regiões interioranas mineiras.

Palavras-Chave: História Atlântica, História de Minas Gerais, quilombos

Abstract: This text approaches the history of the City of Oliveira, between the eighteenth and nineteenth centuries, in the central-west region of Minas Gerais, by the vision of Atlantic History. This means dealing with some aspects portrayed in official sources in order to remove the pejoratives relating to Africans and Afro-descendants who settled in the region. Quilombos considered as criminals groups are now seen as complex social organizations, with a well-organized division of labor and cultural connection with the experiences of the enslaved in Africa. Statistics on the population, their number of enslaved and free, skin color aspects, are now seen in order to show their connection with Central African cultures and organizations, from which most of the enslaved came to Minas Gerais during the analyzed period. In this way, a special approach is proposed to the Atlantic World, which may reveal other aspects still unknown to the history of the interior regions of Minas Gerais.

Key words: Atlantic history, Minas Gerais History, Quilombos

Introdução

De acordo com o memorialista Luiz Gonzaga da Fonseca, o distrito de Nossa Senhora da Oliveira surgiu de uma encruzilhada, povoada ainda na primeira metade do século XVIII, por comerciantes, agricultores e criadores que se instalaram no caminho que se abria para o Oeste de Minas e para Goiás. Ao contrário de muitas vilas mineiras do século XVIII, o povoamento na região não surgiu diretamente da exploração do ouro, mas como um tipo de entreposto comercial e paragem para viajantes que atravessavam Minas Gerais em direção ao oeste da província e para Goiás¹.

¹ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. P. 17.

Entretanto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, Oliveira se tornou muito mais do que um entreposto comercial ou uma paragem para tropeiros. A sua história foi construída também com conflito, violência, morte e sangue de milhares de pessoas; pela busca incessante de aventureiros por riquezas e a glória dos descobrimentos auríferos da região central da colônia portuguesa; pelas estratégias do estado português, ainda no século XVIII, de expulsar indígenas guerreiros, e posteriormente, de povoar territórios ocupados por quilombolas nômades, conhecedores de táticas de sobrevivência, defesa e de combate na mata.

A Vila foi instalada em meados do século XIX, numa região em crescente desenvolvimento populacional e econômico, enraizada na instituição da escravidão, sob a vigência do governo imperial e suas novas leis criminais. A história de Oliveira será constantemente reconstruída neste período, forjada nas chamas da diversidade cultural, com populações constituídas por indivíduos brancos, negros, pardos, crioulos, cabras e outros mestiços... de diferentes origens e condições socioeconômicas, mas todos com algo em comum: a necessidade de ocupar um lugar social. Eram também pais e mães de família, abastados fazendeiros, homens e mulheres de famílias ricas que ocupavam cargos políticos de prestígio, pessoas livres que defendiam violentamente a honra de seu trabalho, de seu grupo, de seu sustento. Mas também havia aqueles indivíduos que, apesar de escravizados, se compreendiam muito mais do que como uma simples propriedade, e que também eram trabalhadores, que podiam ser cabeças ou membros de alguma família, ou que por mais que não tivessem ninguém por eles, possuíam visões próprias do mundo que os cercava, e de si mesmos, e que protegeram, também com violência a sua honra e os seus espaços sociais, suas conquistas, mesmo que ínfimas, ainda que dentro dos limites do cativo ou das senzalas.

É dentro desta visão de Oliveira e da história de sua população, que se insere esta pesquisa. Esta cidade se propôs “cosmopolita” em sua origem, foi construída sobre campos de guerra entre brancos, índios, africanos e mestiços. A região possuiu características urbanas e rurais, esteve sempre ligada à elite política nacional do período provincial e, ao mesmo tempo, teve sua economia voltada para a agropecuária e o comércio de abastecimento provincial.

Ao se reconstruir a história de Oliveira, resolveu-se, por opção metodológica, partir do questionamento do título do texto, observando-se a visão que alguns historiadores como Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio dos Santos Gomes e Juliana Barreto Farias tiveram da cidade do Rio de Janeiro, a grande urbe brasileira do século XIX, enquanto ponto de encontro cultural atlântico. Portanto, se questiona como a cidade de Oliveira pode ser compreendida como uma extensão do mundo atlântico no interior de Minas Gerais. Desde já se avisa que não se faz aqui uma comparação igualitária, não se está afirmando que Oliveira se equipara ao Rio de Janeiro em termos populacionais ou urbanos, mas coloca-se a “Princesa do Oeste”² de Minas como uma parte do braço da cultura atlântica que se esticou para se enraizar e ser abraçada pelo interior do Brasil, entre os séculos XVIII e XIX.

Como mundo atlântico, apropria-se aqui das ideias de A. J. R. Russel-Wood que o descreve como uma interface entre África, Américas e Europa, entendendo que, a partir dos descobrimentos, seja no âmbito comercial, político ou cultural, “nenhuma parte possa viver em isolamento”³. Defende-se a ideia de que, a história destes continentes não pode mais ser analisada em separado, devendo ser integrada em suas múltiplas dimensões. Assim, esta “história atlântica” seria um exercício de análise que enfatiza o

intercâmbio, seja de indivíduos, de flora e fauna, de mercadorias e produtos, seja de línguas, de culturas, de manifestações de fé, e de costumes e práticas tradicionais; um Atlântico caracterizado pelo movimento, pelo vaivém, e transições, e a vários ritmos de aceleração; e um mundo onde instituições, mesmo reinos, se formam, reformulam-se de um modo distinto, fragmentam-se, apenas para reaparecerem com uma nova configuração⁴.

² “Devido à sua geografia privilegiada, colocada no cruzamento de caminhos importantes, Oliveira recebeu o nome de “Princesa do Oeste”. Diversas são, no oeste mineiro, as cidades que se arrogam esse título; por isso, Oliveira não o reivindicou para si com exclusividade” (FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 368).

³RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Sulfando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. p.21.

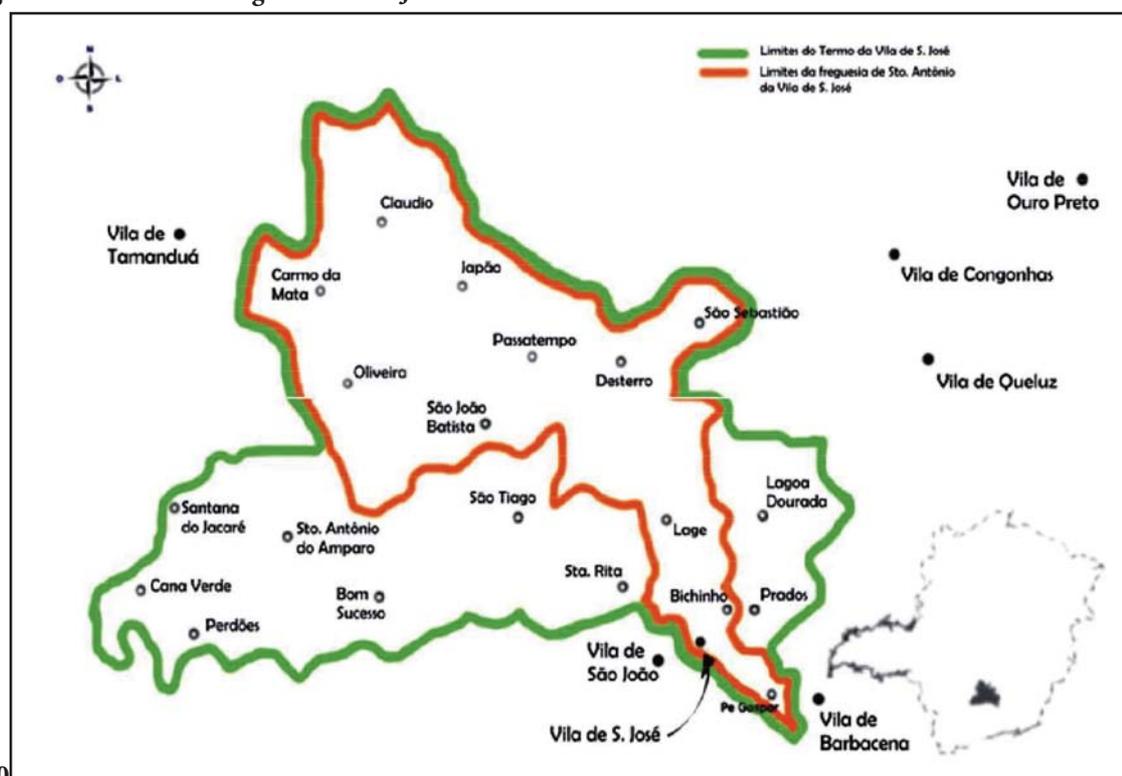
⁴RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Sulfando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. P. 21.

Localização e a História oficial

Oliveira está localizada na região centro-sudoeste de Minas Gerais. Em relação a São João Del Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, está a noroeste. Quando formou o primeiro arraial, pertencia à Vila de São José Del Rei (atual Tiradentes), que se reportava à mesma comarca. Tornou-se Vila de Oliveira somente em 1839, elevando-se à categoria de cidade em 1861. Caminho para as descobertas auríferas do oeste de Minas e da província de Goiás, quem seguia para estas novas regiões, vindo da referida Comarca e da capital Vila Rica de Ouro Preto, passava pela região de Oliveira. Apesar de pertencer à Vila de São José, estava longe da sede, pois “um meirinho, para ir de Oliveira a Tiradentes, levava de quatro a cinco dias, por estradas péssimas, numa viagem cansativa em lombo de burro. Foi essa uma das alegações que embasou o desmembramento da Vila de Oliveira da Comarca do Rio das Mortes, em 1868”⁵.

Segundo Leopoldo Correa, baseado nos estudos de Waldemar Barbosa, a *Picada de Goiás*, ou, o *Caminho Novo* que passou a ligar o Rio de Janeiro e São Paulo a Goiás, teria surgido de sesmarias requeridas por moradores de São João Del Rei, que se instalaram na região a partir de 1737⁶. “A Picada de Goiás vinha de São João Del Rei em direção ao Rio São Francisco. Daí nascem as cidades de São Tiago, Bom Sucesso, Oliveira, Candeias, etc.”⁷.

Figura 1 – Extensão da Freguesia de São José del-rei -



820

Fonte: MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Trabalho, Família e Escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p.18.

Antes da chegada dos povoadores em busca do ouro, o “Campo Grande da Picada de Goiás” — como era conhecida a região de Oliveira em seus primórdios —, era terra de indígenas Tapajós, Carijós e Cataguás. Entretanto, estes nativos foram “desaparecendo” à medida que avançavam as bandeiras que buscavam riquezas pela “Picada de Goiás”, por onde iam se instalando comerciantes e fazendeiros⁸. Entre estes povoadores e comerciantes, também passavam pela região, os “comboios” de escravizados:

(...) encambulhados uns aos outros pelo pescoço, por meio de trelhas e corren-

⁵GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX. P. 30

⁶CORREA, Leopoldo. Achegas à história do Oeste de Minas (Formiga e municípios vizinhos). P. 22. Apud BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais.

⁷CORREA, Leopoldo. Achegas à história do Oeste de Minas (Formiga e municípios vizinhos). P. 22.

⁸FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 17, 23-25.

tes, numa dolorosa ciranda tangida pelo rebenque dos comboeiros. Presos, arrastados, retalhados, salmorados, esvaídos de dor, cansaço, fome e sede — começam os negros a fugir e a se aquilombar pelos socavões do interior, em grupos organizados que lhes garantiam, pelo homicídio e pelo saque, a subsistência e a vingança⁹.

Como a própria descrição de Fonseca remete sobre os escravizados trazidos pelo “Caminho Novo de Goiás”, nem só de sofrimento, viveram estes indivíduos. Entre as décadas de 1730 e 1760, a região foi dominada — “infestada”, conforme as palavras do autor — por quilombolas que se instalaram pelos sertões ao redor deste caminho. A região era ainda pouco conhecida, apresentava terras férteis para agricultura, com ricas fontes de água; o que teria favorecido que “grande número de negros fugidos” atacassem, roubassem e matassem os novos povoadores gerando grande preocupação com as “in-consideráveis hostilidades entrando Suassuhy, Peropeba, Comarca do Rio das Mortes (...)”¹⁰.

O autor trata destes quilombolas como “negros foragidos de senzalas e de comboios em marcha”, que se uniam a criminosos e fugitivos da justiça, e até “mesmo a remanescentes dos extintos cataguás”. Como atestou Barbosa, havia também “alguns brancos criminosos em meio aos quilombolas”. Ao mesmo tempo, líderes das tropas do governo, se utilizavam de indígenas para combatê-los¹¹.

Essas “quadrilhas perigosas”, formadas por muitos remanescentes e com ligações com os quilombolas do rio das Mortes, se aproveitavam das terras ermas e “roubavam tudo. Boiadas. Tropas. Dinheiro. Cargueiros de mercadorias vindas da Corte. E até os próprios comboios de escravos, matando os comboeiros e libertando os negros trelados”. Afirma o autor que foi “do combate a essa praga” que surgiria a colonização do território de Oliveira. Os governadores de Minas, diante da situação, retalhavam as terras em sesmarias que foram paulatinamente sendo entregues àqueles que participavam das tropas de combate aos quilombolas. Mais ganhava terras e matas quem mais matasse e destroçasse¹².

De acordo com Fonseca, entre os quilombos “mais perigosos”, estavam o “do Ambrosio”. Entre 1746 e 1758, após vários ataques militares do governo, um esquadrão com cerca de trezentos homens armados destruíram o quilombo do Abrósio, matando inclusive seu líder homônimo. Cerca de cento e vinte líderes foram presos, junto a outros inúmeros súditos daquele que se auto intitulava “Rei Ambrosio”¹³. Até o final da década de 1760, governadores de Minas ainda enviavam tropas para atacar quilombos nas paragens do “Campo-Grande e Picada do Guayaz”, sendo 1769 considerado pelo autor o ano de aniquilação da “hidra do sertão”, ou de “Conquista do Campo Grande”, pelas tropas oficiais¹⁴.

Estes relatos, ao mesmo tempo em que tratam os quilombolas e negros fugidos de forma pejorativa, por outro lado, exibem o tamanho significativo destes quilombos e de sua participação na história do oeste de Minas. Waldemar de Almeida Barbosa, se baseando em fontes oficiais dos governadores da capitania, escreveu sobre os quilombos de Minas Gerais e a grande formação do Quilombo do Ambrósio, “oficialmente designado como Quilombo Grande”, que após ser destruído, “renasceu mais forte e mais poderoso”. “Foi um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário. Os negros, cerca de mil, eram divididos em grupos ou setores, trabalhando todos de acordo com a sua especialidade”. Utilizavam, portanto, estratégias de manutenção e abastecimento de recursos relativamente estruturados, e com divisões de funções na produção e no saque, no armazenamento e no processamento de alimentos, para sustento de grupos extensos de pessoas.

Haviam os excursionistas ou exploradores, que saíam em grupos de trinta, mais

⁹ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 30.

¹⁰ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P.37.

¹¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P. 55, 60.

¹² FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 37-39.

¹³ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 38.

¹⁴ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 39.

ou menos, assaltavam fazendas ou caravanas de viajantes; haviam os campeiros ou criadores, que cuidavam do gado; haviam os caçadores ou magarefes; os agricultores que cuidavam das roças e plantações; os que tratavam dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha, etc. todos trabalhavam nas suas funções. “Tudo era de todos, não havia meu nem teu”. As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade. A obediência era cega e o chefe, Ambrósio, é descrito como o tipo de líder, pela sua inteligência organizadora, sua bravura, homem dotado de “todas as qualidades de um bom general”. Havia uma hierarquia administrativa, espécie de Estado Maior, constituído de elementos da confiança de Ambrósio¹⁵.

Provavelmente, muitos remanescentes sobreviventes destes quilombos, de alguma forma, se instalaram pelas matas, fazendas, arraiais e vilas que surgiram como entrepostos comerciais destas rotas entre Minas e Goiás. Aspectos de suas tradições possivelmente permearam a cultura mineira que foi se formando entre os séculos XVIII e XIX, principalmente com a constante entrada de escravos africanos e a presença de seus descendentes nestas regiões. Como consequência, Oliveira, desde seus primórdios, teve arraigada história de violência entre escravizados em luta pela liberdade, e indivíduos livres em busca de riquezas. Ao mesmo tempo, permeia por esta história, o convívio, a mistura, e a miscigenação entre diversas culturas: indígenas, africanas e europeias.

Seriam estes quilombos então, organizações sociais aparelhadas hierárquica e politicamente, com líderes bem definidos, em torno de um governo centralizado num “rei”. Tinham instituídas táticas militares de defesa e ataque a ponto de formarem “uma falange assaz forte e determinando-se a aparecer, o fazem com insolência de queimar as vivendas, matarem os senhores delas, forçarem as famílias, e levarem os escravos que entendem”¹⁶. Estavam também preparados para o nomadismo, para avançar ou recuar frente a inimigos invasores. “À simples aproximação da tropa, os quilombos de “menos consideração” se desfaziam tratando os quilombolas de tomar outro rumo, alguns se recolhendo às casas de seus senhores”. Mesmo que alguns fossem mortos ou presos, “outro quilombo tão grande ou maior aí surgiria pouco tempo depois”¹⁷.

Mesmo sob constantes ataques, após as invasões tidas como “de conquista do Campo Grande”, os Quilombos não desapareceram em Minas Gerais. “No século XIX continuaram os insultos dos quilombos, embora esparsos”¹⁸. A despeito disso, estes grupos se multiplicaram e se transformaram frente à necessidade de sobrevivência e de manutenção social e cultural. Assumiram diferentes identidades, conforme se locomoviam e se reorganizavam em torno de outros líderes e novas formas de hierarquia e organização.

“A frequência do nome Quilombo dado em Minas a sítios, paragens, povoados, constitui uma amostra de como esses quilombos proliferaram nas terras mineiras”¹⁹. Além disso, provavelmente estas mudanças e reconfigurações foram influenciadas pelas variações culturais, derivadas ainda de pelo menos três fatores principais: as mudanças nas correntes de tráfico humano lá no continente africano, nas terras a leste do atlântico; também pelas variações no mercado interno de escravizados em Minas Gerais, e ainda pelos diferentes ritmos e alterações nos índices de reprodução dos afrodescendentes, em suas diferentes formas.

Os Quilombos no Atlântico

A formação e disseminação de estruturas como os quilombos, em Minas Gerais, indicam forte influência das culturas centro-africanas dos séculos XVII, XVIII e XIX. O próprio termo “quilombo”, utilizado para descrever estas “reuniões de negros” no

¹⁵BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.31.

¹⁶BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.32.

¹⁷BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.39.

¹⁸BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.75.

¹⁹BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.85.

Brasil, tem relação com o “kilombo” de origem centro-africana. De acordo com Marina de Mello e Souza, “a região na qual existiram os kilombo englobava uma multiplicidade de grupos com organizações sociais e políticas bastante parecidas”. Os povos bantos, que mantinham relações entre si, partilhavam sistemas simbólicos e sociais, e, apesar de falarem línguas diferentes, estas possuíam semelhanças, pois vinham de um mesmo tronco²⁰. “Enquanto os ambundos, agricultores sedentários, viviam em libatas (aldeias) e mbanzas (capitais), os jagas, guerreiros nômades, viviam em kilombo — aldeias fortificadas e temporárias”. O kilombo dos povos conhecidos como jagas, culturalmente distantes dos ambundos, de acordo com a autora,

era um acampamento provisório, circular, cercado por troncos, com portões controlados cada um por um chefe militar. Dentro dele ficavam as casas próximas umas das outras, com a casa do chefe principal no centro, guardada por sentinelas sempre atentas e prontas para dar o alarme diante de qualquer suspeita de ataque²¹.

Desta forma, tanto os quilombos em Minas Gerais, quanto aqueles de algumas sociedades africanas, possuíam estruturas políticas e militares bem organizadas, além de relações específicas com a diversidade cultural e com outros grupos. Souza segue a linha do pesquisador Joseph Miller, e conceitua *okilombo* como “uma sociedade iniciática, uma confraria guerreira em constante treino militar, uma estrutura política centralizada, um local sagrado onde ocorriam as iniciações e acessível apenas aos iniciados”²².

Os citados grupos mbangalas, também conhecidos como jagas, habitavam o interior do território de Angola desde o século XVI até a virada do XVIII para o XIX: “eram nômades e formados para a guerra”; “viviam do saque às aldeias”; possuíam grande diversidade de origem cultural em seu círculo; e se organizavam em sociedades com base no kilombo:

Sua identidade de grupo era construída a partir do pertencimento a um determinado *kilombo* (nome que davam ao seu acampamento fortificado), havendo ritos de passagem que faziam da criança circuncidada um membro da classe de adultos. A reprodução dos grupos se dava a partir da captura de mulheres e crianças das aldeias saqueadas, que eram incorporadas aos *kilombos*, sendo estes, portanto, compostos por uma variedade de povos, inclusive ambundos capturados crianças ou que a eles se incorporaram, insatisfeitos com suas situações anteriores²³.

Estes kilombos também possuíam certa heterogeneidade e autonomia com relação uns aos outros. Os jagas-mbangalas, organizados desta forma, participaram de variadas contendas, conflitos e batalhas na África central, desde o século XVII, ao lado da Rainha Nzinga contra os portugueses, e em outros momentos, como aliados dos europeus. Seguiam leis denominadas “kijila”, que proibiam, ordenavam e puniam, dentre outras coisas, o nascimento de crianças no kilombo. Guerreavam grupos vizinhos, decapitavam seus líderes, matando homens, mulheres e crianças e convertendo os jovens para a sua cultura. Praticavam sacrifícios humanos e rituais de infanticídio como o “magi a samba”, onde sua rainha, sob rígido cerimonial, produzia um “unguento”, com o sangue e a carne de seu filho para conceber vitória na guerra e imortalidade aos seus guerreiros. Não permitiam a reprodução endógena, devido ao caráter nômade de sua organização²⁴.

²⁰ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 139.

²¹ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 141.

²² SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 143.

²³ SOUZA, Marina M. A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo - África Central, século XVII. P. 2-3.

²⁴ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 143.

Através do tempo, estas estruturas quilombolas foram se transformando dependendo das circunstâncias em que viviam e dos contatos com outros povos. Alguns acabaram por lutar ao lado dos portugueses e se tornaram seus vassallos. Outros se dissolveram entre ambundos, abandonando a vida nômade e guerreira do kilombo e as leis kijilas para adotar costumes “linhageiros” e sedentários, tornando-se agricultores²⁵.

Da mesma forma, os “quilombos” brasileiros foram bastante heterogêneos. Enquanto alguns souberam se articular para sobreviver como grupo coeso culturalmente, outros, em diferentes níveis, se incorporaram às sociedades que se formavam no Brasil dos séculos XVIII e XIX, refletindo e transformando, de diferentes modos, costumes e culturas do leste do atlântico. Conforme concluiu Souza,

em terras brasileiras a palavra ganhou novos sentidos, adequando-se aos contextos históricos nos quais existiu (...). Talvez o termo quilombo tenha se tornado mais comum do que o de mocambo à medida que os agrupamentos de escravos fugidos tenham sido percebidos como mais do que lugares onde os fujões se escondiam, com as identificações das organizações sociais e políticas específicas ali desenvolvidas, portadoras de padrões de moradia e mando semelhantes às das sociedades de origem dos africanos escravizados²⁶.

Questionar a participação da região de Oliveira no Mundo Atlântico, como foi feito no título deste tópico, é sugerir que o interior da província de Minas propiciou, pela história de encontros solidários e conflituosos, a mistura e a diversidade cultural. O Mundo Atlântico não se limitava à conexão entre os litorais europeus, americanos e africanos, mas por via marítima, terrestre ou fluvial, impulsionou e interligou áreas do interior destes continentes entre si. “A combinação de rotas marítimas e fluviais definiu a configuração da zona atlântica”²⁷.

Oliveira: uma cidade atlântica no interior de Minas Gerais

Soares, Gomes e Farias afirmaram que o Rio de Janeiro era “uma das maiores cidades atlânticas africanas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX”, principalmente devido ao enorme contingente de “africanos” que eram inseridos no Brasil por seus portos, como escravizados a serem comercializados²⁸. Desta forma, paulatinamente, outras regiões do sudeste se tornaram braços, ou vertentes desta cidade atlântica, para onde estes escravizados eram direcionados. Conforme os autores,

“Entre 1715 e 1727 partiram anualmente cerca de 2.300 africanos do Rio de Janeiro para as áreas de Minas Gerais. O volume logo iria crescer enormemente, alcançando uma variação de mais 40%. (...) As Minas Gerais continuariam sendo um destino importante para os africanos chegados ao Rio de Janeiro no século XIX²⁹.”

Robert Slenes confirma que “entre o final do século XVIII e 1850, um enorme contingente de africanos foi introduzido no Brasil”, e que “o tráfico foi direcionado especialmente para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”³⁰. Logo, por que não compreender estas regiões como extensões da cidade atlântica, ou mesmo também como províncias, vilas ou cidades atlânticas? Obviamente que a cidade do Rio de Janeiro era muito maior do que qualquer cidade da Província de Minas Gerais daquela

²⁵ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P.145-150.

²⁶ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P.151.

²⁷ THORNTHON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P. 55.

²⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. P. 23.

²⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. P. 23.

³⁰ SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. P. 55.

época, mas isto não significa que muitas cidades mineiras não tivessem apresentado características do mundo atlântico. Portanto, questiona-se também, como identificar, ou caracterizar estas regiões como espaços atlânticos de convergência cultural.

John Thornton questionou algumas teses eurocentristas que afirmaram a vitimização do continente africano frente à superioridade econômica, política e militar europeia durante a construção do mundo atlântico. A África, segundo o autor, “possuía uma economia muito mais variada e produtiva do que antigamente se pensava”. Além disso, ratifica que as relações políticas e militares, entre europeus e africanos na África, eram controladas por estes últimos e não o contrário, como afirmaram os primeiros teóricos da História Atlântica³¹.

O autor discute a formação de uma cultura afro-atlântica no período da escravidão. Os africanos, suas culturas e instituições teriam exercido forte influência, tanto na organização das regiões africanas em contato com os europeus — onde dominavam o processo de compra, transferência e venda de escravos —, quanto no Novo Mundo, onde teriam, significativamente, conquistado suficiente liberdade de movimento e interação social — sendo muitos deles íntimos conhecedores do cristianismo, da moda, e do “dialeto crioulo”. As culturas africanas teriam se transformado a seu modo, incorporando influências estrangeiras sob formas dinâmicas desde a África até as Américas³².

De acordo com Thornton, no período colonial, em muitos locais das Américas estas culturas atlânticas teriam se constituído de um fenômeno basicamente euro-africano. Os indígenas naturais das Américas, haviam se conservado, em sua maioria, sob a supervisão de missionários em áreas rurais mais afastadas dos europeus, africanos e euro-americanos, que levavam suas vidas e atividades produtivas nas cidades, fazendas, minas e propriedades³³.

Contudo, estas conclusões devem ser relativizadas quando se trata da região sudeste do Brasil a partir do século XVIII, devido a variados fatores. Entre estes, destacam-se: a ampliação das rotas para as províncias e cidades do interior; o crescimento dos ambientes urbanizados criados ao redor das minerações de ouro e diamante, e também com a multiplicação de propriedades rurais com diversificados tamanhos, tipos de produção e organizações administrativas. Desta forma, desde o século XVII — quando as primeiras rotas de exploração e povoamento foram estabelecidas no sudeste brasileiro —, estes diferentes grupos sociais com diversas características históricas e culturais que se instalaram pelo território de Minas Gerais, se relacionaram de diferentes formas com os nativos que já habitavam a região.

O presente estudo segue as concepções de John Thornton no sentido de considerar os africanos e afrodescendentes como detentores de um papel essencial na formação das culturas do mundo atlântico, contrariando algumas ideias de pesquisadores que os consideraram mais como receptores culturais do que como doadores³⁴. Não se discorda que muitos dos escravizados africanos encontraram condições tão terríveis de cativeiro que acabaram morrendo antes de construir qualquer tipo de “adaptação” cultural “ao novo meio ambiente ou de transmitir esses novos conceitos ou a cultura original para as próximas gerações”. Contudo, conforme o próprio Thornton afirma, várias foram as circunstâncias em que, mesmo sob um cativeiro extremamente severo, os escravizados “africanos e afro-americanos logo formaram comunidades nos vilarejos e, embora fossem explorados em seu trabalho e tivessem um alto índice de mortalidade, suas comunidades permaneceram auto-sustentadas”³⁵.

Os africanos e seus descendentes escravizados nas Américas construíram espaços de sociabilidade e de manutenção de seus costumes. Mesmo rompendo os laços que os uniam em suas comunidades de origem, reformularam concepções em seus novos agrupamentos sociais, onde sua cultura original foi, em muitos casos, base para estas

³¹ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.48.

³² THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.49.

³³ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.202.

³⁴ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.202.

³⁵ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.217.

novas identidades. Mesmo em fontes como os processos criminais — onde estes indivíduos foram julgados por indivíduos brancos, livres e abastados, tendo cometido crimes com pouca margem para absolvição como os homicídios contra senhores —, é possível perceber histórias de vida marcadas por representações e comportamentos com forte ligação com aspectos de origem no leste do Atlântico. Fizeram parte das culturas atlânticas, junto aos europeus, euro-americanos e afrodescendentes, e nesta somatória cultural, cada região, grupo social ou indivíduo, é uma resultante que envolveu cada um destes vetores, em diferentes proporções.

Mesmo que escravizados com a mesma origem geográfica, étnica ou cultural tenham se reunido em grupos de origem, de trabalho, ou familiares, os processos criminais evidenciam visões de mundo relativamente particularizadas, que podem ser observadas e analisadas enquanto aspectos das diferenciadas versões que as culturas atlânticas adquiriram. Principalmente nas questões sobre as formas com que as noções de justiça se apresentaram na vida destes indivíduos, e mais especificamente quando lançavam mão da idéia de que eles próprios poderiam executar suas justiças, para defender seus espaços e concepções sociais e culturais.

Conforme Eduardo França Paiva já afirmou sobre Minas Gerais, a mestiçagem cultural se deu de variadas formas. Conflituosos ou não, os recrudescimentos, fusões e superposições culturais ocorreram entre a população, com diversos ritmos e em vários sentidos, “mesmo que um ou alguns entre eles imponham-se, mais frequentemente e a partir de seu maior poderio, sobre os outros”³⁶.

Os intercâmbios culturais entre africanos, europeus, e seus descendentes nas Américas, moldados pelo escravismo, apresentou situações de extrema violência, tanto para impor quanto para alargar os limites da escravidão. As trocas culturais ocorreram de forma plural e complexa, onde o uso da violência se dava entre todos os setores sociais.

Estudos também mostram que africanos e seus descendentes utilizaram diferentes recursos sociais para a sua sobrevivência ou mesmo ascensão social e econômica. A designação étnica, naturalidade e sexo se entrelaçavam com o posicionamento social, e permitiram diversos níveis de apropriação dos recursos de sobrevivência, formas de coesão e comunidade, de diferenciação social, mobilidade e acesso à liberdade.

Os descendentes de africanos nascidos no Brasil, especialmente algumas mulheres, em certas regiões, tiveram mais acesso a cartas de alforria. Escravos de certas etnias se negavam a executar funções delegando-as a indivíduos de agrupamentos étnicos diferentes, pois se identificavam com algum tipo de superioridade em relação aos outros. Prova isto o tratado elaborado pelos escravos do engenho Santana na Bahia, em 1789. Liderados pelo crioulo Gregório Luiz, assassinaram seu feitor e exigiram de seu senhor melhores condições de trabalho. Uma das exigências era que não fossem obrigados a certos serviços como “fazer camboas” e “mariscar”, devendo para isto mandar “os seus pretos minas”³⁷.

Realmente, alguns estudos reforçam a rivalidade entre crioulos e alguns grupos de procedência. Contudo, como afirmaram Soares, Gomes e Farias, é necessário se aprofundar sobre quem eram esses africanos e crioulos dentro de cada estudo, para não se correr o risco de generalizações ardilosas. De acordo com estes autores, “até 1850, parcela significativa de crioulos escravos era a primeira geração dos filhos de africanos”. Ou seja, eram parte da mesma família, pais e filhos. Por mais que algumas pesquisas mostrem que em certas irmandades de africanos, por exemplo, houvesse a proibição de se aceitar membros crioulos, provavelmente eram exceções. A maioria compartilhava de especificidades culturais, visões de mundo e noções de justiça³⁸.

³⁶ Paiva, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. P. 31.

³⁷ REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. P. 123; e FLORENTINO, Manolo e GÖES. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. P. 34-35.

³⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. P. 49.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, analisando as famílias escravas e o tráfico atlântico nas grandes fazendas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1850, afirmaram que a entrada constante de africanos gerava a “contínua produção social do estrangeiro”, isto é, de um indivíduo desprovido de laços parentais”. Por um lado, isto poderia impedir a “tradução de um nós” dentro de um mesmo eito, dificultando a formação familiar. Por outro lado, o próprio senhor poderia ser visto como um estrangeiro em meio aos escravos, atrapalhando a personificação patriarcal da figura do *pater* do senhor³⁹.

Minas Gerais possuía no século XIX, alguns investimentos na mineração, mas sua economia era complexa e diversificada, especialmente nos setores agrícola, da tecelagem e no comércio. Apesar de não se enquadrar no contexto agroexportador, a região de Minas Gerais manteve ativo comércio interno de escravos e mercadorias, que ligavam centros urbanos, vilas e fazendas. Muitas vilas funcionavam como entrepostos comerciais que dinamizavam a economia e ligavam províncias como Goiás e Rio de Janeiro, escoando produções para a Corte⁴⁰, e encaminhando escravos africanos recém-chegados do litoral para o interior⁴¹.

Uma destas cidades era Oliveira. Quanto à posse de escravos, predominavam em Minas, pequenas propriedades de até cinco indivíduos, onde grande parcela da população era detentora de escravos e defensora do escravismo. Ao mesmo tempo, outra grande parte não possuía nenhum escravo, os livres pobres, vivendo de seu próprio trabalho⁴².

As sociedades mineiras foram cunhadas na estratificação social por condições jurídicas (escravo, livre, forro) e de origem (africana, brasileira, europeia). Desde o início do século XVIII, seu povoamento se caracterizou pela mistura, tanto biológica, quanto cultural, entre europeus, africanos e indígenas. Diferentes níveis sociais foram criados e variadas denominações foram atribuídas às diferentes cores de pele resultantes desta mescla, sendo as mais comuns: *crioulos*, *pardos* e *cabras*⁴³.

Estas denominações tinham representações diversas e balizavam que quanto mais próximo de uma descendência escrava e africana — filhos e netos de escravos —, ou quanto mais escura fosse a cor da pele, menor o status social, menos direitos e mais deveres o indivíduo tinha. Isto significa dizer que pardos, crioulos, cabras e negros africanos formariam a base da pirâmide social, pelo menos até o fim da escravidão, e estariam sempre na luta cotidiana para se afirmar, ou ascender naquele universo cultural.

Alguns autores como Edna Resende, seguindo a tese de Hebe de Castro, concordam que a partir da segunda metade do século XIX, esta estratificação se transformou, possibilitando diferentes oportunidades sociais para alforriados, negros e mestiços livres, que se confundiram com a grande massa de livres pobres e brancos. Nas fontes documentais ter-se-ia abandonado paulatinamente a referência à cor da pele, por conta também da dificuldade em associá-la à condição do indivíduo, devido ao grande número de livres de cor⁴⁴. Desta forma, uma imensidão de variedades de cor da pele e mesclas culturais teria dificultado a identificação da situação jurídica dos indivíduos como livres, forros ou escravos.

A virada do século XVIII para o XIX marcou Oliveira com povoamento crescente de agricultores, criadores e comerciantes, livres, com e sem escravos. Em 1790, quando ainda era distrito de São José del-Rei, o Arraial de Nossa Senhora da Oliveira tinha 1.713 habitantes. Fonseca aponta que em 1826, 36 anos depois, houve um crescimento populacional na região de aproximadamente 21,4%, apresentando 2.079 moradores, dos quais, 634 eram brancos (30,5%); 568 eram pardos (27,3%) e 877 eram negros (42,2%). Não se sabe a condição social/jurídica específica destes indivíduos com relação à sua cor. Contudo, o autor afirma que figuravam entre esta amostra, 885 escravos (42,6%) e 1.194 livres (57,4%)⁴⁵.

³⁹FLORENTINO, Manolo e GÓES. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. P.35-37.

⁴⁰MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João Del Rei e Campanha. P. 45.

⁴¹KARASCH, Mary C. Centro-Africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. P. 140.

⁴²LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. P. 98.

⁴³LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. P. 383.

⁴⁴RESENDE, Edna Maria. Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del Rei, 1840-1860. P. 37.

⁴⁵FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 75, 83.

Interessante notar que quase a metade da população, 42,2%, foi considerada como negra, e numa proporção bem próxima, de 42,6% estava a população escravizada. Ao se juntar a proporção de negros aos 27,3% da população considerada parda, conclui-se que quase 70% da população oliveirense, na década de 1820, se localizava entre africanos e afrodescendentes em alguma medida. No texto de Luiz Gonzaga da Fonseca, não consta outras designações como a dos “crioulos”, que aparecerão em grande escala em outros documentos. Provavelmente estes últimos foram incluídos dentro da população negra. O mesmo pode ter ocorrido com outras designações como os “cabras”, dentre outros.

Tudo indica que o crescimento demográfico na região continuou nas décadas seguintes, se intensificando em alguns períodos. Elevada à Vila pela lei provincial nº134 de 16 de Março de 1839, com posse da primeira câmara de vereadores a 8 de Junho de 1840, Oliveira torna-se cabeça de nova comarca, recém-batizada de Comarca do Rio Grande⁴⁶. Até a década de 1880, Oliveira terá sua jurisdição atrelada a diversas comarcas, até que se tornou cabeça da Comarca homônima na década de 1870⁴⁷.

No período entre 1840 e 1880, houve grande incremento populacional em Oliveira, assim como alguns desmembramentos de distritos que se emanciparam podem ter causado alguma perda demográfica, já no final deste período, entre as décadas de 1870 e 1880. Provavelmente, pelo fato de Oliveira alçar o status de Cidade em 1861, teria alcançado maior aglomeração populacional na segunda metade do século XIX. Segundo o advogado alagoano Francisco Oiticica, que foi juiz municipal na cidade entre 1877 e 1881, Oliveira possuía, neste mesmo período, 26.213 habitantes, sendo 19.330 livres (73,8%), e 6.883 escravos (26,2%)⁴⁸.

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo Cedeplar,⁴⁹ o recenseamento de 1872 acusou números bem próximos aos registrados por Oiticica, com o total de 27.046 almas, que se compunham conforme Tabela 3 abaixo:

Tabela 1 - Distribuição Populacional de Oliveira por Cor e Condição - 1872

Condição	livres			escravos			total
	homens	mulheres	soma	homens	mulheres	soma	
Cor							
Branco	4.912	4.881	9.793	0	0	0	9.793
Pardo	3.162	3.114	6.276	1.391	1.324	2.715	8.991
Preto	1.483	1.412	2.895	2.711	2.463	5.174	8.069
Caboclo	105	88	193	0	0	0	193
Total	9.662	9.495	19.157	4.102	3.787	7.889	27.046

Fonte: Recenseamento de 1872 produzido por NPHED/CEDEPLAR:
disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>

Tomando como base estes índices, em comparação com a primeira estatística populacional apresentada por Fonseca para 1826, percebe-se que, em pouco mais de oito décadas a população de Oliveira partiu de 1.713 habitantes em 1790, para 27.046 em 1872. Isto significa que houve crescimento demográfico com índice superior a 1.500%, indicando intenso crescimento da cidade. Com relação ao número de escravos percebe-se certa diminuição na proporção entre estes e a população livre, já que em 1826, representavam 42,6%, e em 1872 caem para 29,2%. Entretanto, o número absoluto

⁴⁶OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Notas sobre o Município de Oliveira. P. 16.

⁴⁷GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX. P. 32-34; FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 99-100, 107.

⁴⁸OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Notas sobre o Município de Oliveira. P. 23.

⁴⁹Quadro de pesquisa do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHED), integrado ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em 28/01/2016. <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>; jsessionid=525e56b8159e8c6ebfa8cae5492b.

de escravos cresceu aproximadamente 9 vezes (892%) entre os dois períodos, sugerindo que o crescimento da população escrava, teve grande incremento, mas não acompanhou os índices populacionais totais da região. Os motivos que explicariam esta tendência são vários e não serão detalhados aqui, atendendo apenas para as transformações sociais em torno do incremento da mão de obra livre, em detrimento da derrocada da instituição da escravidão a partir da década de 1870.

Considerações finais

O intento aqui foi apresentar uma abordagem específica para pesquisas que tenham como foco as cidades do interior de Minas Gerais durante o período da diáspora africana. Ao se considerar estas regiões como parte integrante do Mundo Atlântico, enfatiza-se caracterizações específicas dos indivíduos escravizados em Minas Gerais. Fossem africanos ou afro-descendentes, uma opção metodológica é sobrepôr as imagens construídas pelas fontes oficiais, que caracterizam a história destes indivíduos de forma pejorativa, compreendendo suas experiências e histórias de vida de outra maneira.

Tanto aqueles inseridos nos quilombos quanto os que foram registrados como réus em fontes criminais passam a ser vistos como protagonistas de uma reconstrução das estruturas sociais não como corruptores da mesma. Isto feito de forma a valorizar a história destes escravizados, a partir de suas experiências nas sociedades africanas, perpassando por novas situações, aprendizados e sociabilidades pelo atlântico, até surgirem como personagens criminalizados nos documentos oficiais. Da mesma forma, as estruturas sociais que geraram as informações destes indivíduos, por meio destes documentos, as regiões do interior de Minas por onde se instalaram, podem ser vistas pelo olhar da Atlantic History de Russell-Wood, como um braço do “mundo atlântico”, onde novas, complexas e singulares identidades passam ser interpretadas sob um olhar menos pejorativo.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: ed(?), 1972.
- CORREA, Leopoldo. *Achegas à história do Oeste de Minas (Formiga e municípios vizinhos)*. 2 ed. Formiga: 1993.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONSECA, Luiz Gonzaga. *História de Oliveira*. Edição Centenário, 1961.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX*. In: *Vertentes*, revista da Fundação de Ensino Superior de São João Del rei, n. 7, janeiro-junho, 1996. p. 29-37.
- _____. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del-Rei 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.
- KARASCH, Mary C. Centro-Africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: HEIWOOD, Linda (org.), *Diáspora negra no Brasil* (São Paulo: Editora Contexto), 2008, pp. 127-164.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988;
- LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. *Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810*. In: *Revista Brasileira de História – Órgão oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 58, jul.-dez., 2009. p. 383-415.
- MARTINS, Ângela Magalhães. *Século XIX: estrutura ocupacional de São João Del Rei e Campanha*. In: *V Seminário sobre economia mineira*. BH: Centro econômico de desenvolvimento e planejamento regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1990.

OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Notas sobre o Município de Oliveira: Organizadas a pedido da Câmara do município e por este mandadas publicar pelo Baicharel Francisco de Paula Leite e Oiticica, advogado natural da província de Alagoas. Rio de Janeiro: Mateus e Costa e Cia: 1882

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; Barbacena: Unipac, 2008

RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009, p.17-59.

SLENES, Robert W. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. In: *Revista USP*. N.12. 1992. P. 48-67.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOUZA, Marina M. A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo - África Central, século XVII. Comunicação apresentada no Congresso Internacional Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa. Madrid, 2007, pp.1-22.

_____. “Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas”. In: PAIVA, Eduardo França e SANTOS, Vanicléia Silva (orgs.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2013. (Coleção Olhares). P. 135-152.

THORNTHON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Mr. da Costa, Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. *Mr. da Costa, Consul General of Brazil in England.*

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2747>

Péricles Pedrosa Lima

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Professor de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Email: periclespedrosa@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2360-5435>

Recebido em: 13/04/2019 – Aceito em 04/06/2019

Resumo: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na Colônia de Sacramento, território que pertenceu a Coroa Portuguesa, e faleceu em Londres aos 49 anos antes de assinar-se no Rio de Janeiro o decreto de sua nomeação para Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. Homem revolucionário, incansável em sua luta pela emancipação do Brasil e construção da cidadania, havia sido indicado por José Bonifácio de Andrada para o cargo de 1º Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. No início do século XIX por quatorze anos e seis meses, *Mrda Costa* escreveu e publicou em português na capital inglesa o periódico intitulado *Correio Braziliense*. A publicação mensal representava um amplo projeto político e cívico, mais do que um projeto jornalístico. O periódico é fonte de estudos das manifestações revolucionárias ocorridas na América, da expansão e queda do Império Napoleônico e do Congresso de Viena.

Palavras-chave: Emancipação, América, Periódico, Cidadania.

Abstract: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonçawas born in the Colony of Sacramento, a territory that belonged to the Portuguese Crown, and died in London at the age of 49 years old, before signing the decree of his appointment as Consul General of Brazil in England in Rio de Janeiro. A revolutionary man, tireless in his struggle for the emancipation of Brazil and the construction of citizenship, he had been nominated by José Bonifácio de Andrada to the position of 1st General Consul of Brazil in England. In the early nineteenth century for fourteen years and six months, Mr da Costa wrote and published in Portuguese in the english capital the newspaper entitled *CorreioBraziliense*. The monthly publication represented a broad political and civic project, more than a journalistic project. The journal is the source of studies of the revolutionary manifestations in America, of the expansion and fall of the Napoleonic Empire and of the Congress of Vienna.

Keywords: Emancipation, America, Newspaper, Citizenship.

Introdução

Na cidade de Londres do início do século XIX, por quatorze anos e seis meses foi publicado o periódico *Correio Braziliense ou Armazém Literário* e podia-se obter a assinatura da obra na casa de *Mr. da Costa*, nº 1, New Inn, Wych-street, Temple-bar; ou através de *Mr. Lewis*, Paternoster-row, Cheapside; ambas as moradas também em Londres. (DOURADO, 1957) O que pretendia o redator com este periódico publicado em português na capital inglesa? Quem possivelmente financiaria esta pu-

blicação? Procuraremos ao longo deste texto responder a estas questões. Entre 1807 e 1811 Portugal foi invadido por três vezes pelos exércitos franceses e a ocupação das tropas napoleônicas gerou um período de instabilidade política, resistência e violência. A partida da corte portuguesa para o Brasil deixara Portugal numa situação inusitada, com a ideia de salvação do Príncipe e da Família Real, enquanto a população ficava à mercê dos invasores. O monarca, a corte e a capital do Império Português foram transferidos para o Brasil em uma decisão estratégica que veio salvar a soberania portuguesa e a integridade do império, mas trouxe como consequência uma duplicação administrativa. Em Portugal, o território ocupado foi transformado em campo de batalha para o exército francês e britânico, enquanto no Brasil o monarca realizou, entre outras coisas, a reconstrução dos espaços políticos da monarquia portuguesa, a abertura dos portos ao comércio internacional, a assinatura de tratados, efetivou a ocupação e desenvolvimento do território, incentivou as manufaturas, proporcionou a criação de um banco, da imprensa e de escolas, medidas estas que abriram caminho para a posterior independência da colônia (ALEXANDRE, 2007). Por outro lado, e apesar da derrota do exército francês, o processo desencadeado pela invasão de Portugal acabaria por conduzir à difusão de uma nova ideologia liberal em um território ocupado, destruído e abandonado. Portanto, tudo isso era o princípio do fim. As invasões, ao conduzir Portugal a uma profunda crise econômica e financeira tornando-o refém dos ingleses no aspecto político, militar e econômico, iniciaram uma convulsão que conduziu ao que designamos “crise do Antigo Regime” (CARDOSO; MONTEIRO; SERRÃO, 2010).

A família real e grande parte de sua corte que fizera a travessia do Atlântico, fato inédito para a história dos monarcas europeus e um ousado feito humano para o início do século XIX, inauguraram uma nova etapa da História de Portugal e do Brasil. O periódico *Correio Braziliense ou Armazém Literário* nasceu nesta Europa devastada pelas guerras napoleônicas e, a partir de Londres, foi mensalmente construindo a conscientização política, social e econômica dos letrados no Brasil e também no Portugal abandonado. É composto por 29 volumes editados entre 1808 e 1822 e tinha como objetivo, entre outros, a luta pela emancipação das colônias americanas, o progresso industrial e científico, a monarquia constitucional, e por fim, a independência do Brasil e a abolição da escravatura. Sendo assim, comentava abertamente sem qualquer tipo de censura os aspectos da política portuguesa. Teve, conseqüentemente, grande influência no jornalismo que se praticou no Brasil no período da Independência (DOURADO, 1957). As metas revolucionárias de seu fundador e redator obrigaram o mesmo a se refugiar na Inglaterra e de lá produzir a sua vasta obra e assim, enviá-la para Portugal e para o Brasil. Como periódico livre da censura portuguesa e tendo sido editado dentro de um país onde vigorava a liberdade de imprensa, foi alvo de constantes ataques, seja pelo seu conteúdo, seja diretamente à pessoa do redator. Vários autores, em Portugal e no Brasil, desde o fim do século XIX, têm se ocupado do estudo deste periódico e da biografia do redator. Poderíamos destacar os trabalhos de Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, “Hyppolito José da Costa Pereira”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Alcebiades Furtado, “Biografia de Hippolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. João Pedro Rosa Ferreira, “O pensamento político de Hipólito José da Costa”, *Revista de História e Teoria das Idéias*.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu em 13 de Agosto de 1774 na colônia de Sacramento, povoação portuguesa na margem oriental do Rio da Prata, hoje território do Uruguai. Era filho de Félix da Costa Furtado de Mendonça e Ana Josefa Pereira de Mesquita, sendo o pai

de Saquarema, no Rio de Janeiro, e a mãe da colônia de Sacramento e descendente de uma família portuguesa da região de Braga, Portugal. Realizou seus primeiros estudos na cidade de Porto Alegre e, posteriormente, formou-se na Universidade de Coimbra em Filosofia e Leis. Foi preso em julho de 1802 quando retornava de uma viagem à Londres em sua militância pela Maçonaria, a qual havia aderido anteriormente em outra viagem à Filadélfia. Hipólito conseguiu escapar da prisão em Agosto de 1805 refugiando-se novamente na Inglaterra onde fundou e publicou a partir de Junho de 1808 até Dezembro de 1822 o seu periódico. (RIZZINI, 1957; FERREIRA, 2006.) Protótipo do intelectual das Luzes, estudante de Coimbra, Hipólito da Costa era um liberal, humanista, cosmopolita e defensor da causa americana. Durante quase quinze anos produziu sua obra no exílio, produto do Iluminismo europeu e daqueles que procuravam levá-lo para as Américas.

Para o jornalista, historiador e político brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, o esforço de Hipólito da Costa pode ser considerado pioneiro em prol da independência do Brasil. Para ele, desde 1808 até 1822, o redator não fez outra coisa a não ser trilhar os caminhos da separação, da autonomia, da independência. Portanto, causador de eufóricas disputas, de intensos ataques, sua obra atravessou os primeiros anos do século XIX. Em suas publicações revelava uma considerável cultura e produzia uma informação abrangente, noticiando e advertindo os letrados em Portugal e no Brasil sobre uma variedade de temas. O gentílico usado pelo redator, “braziliense”, foi adotado e popularizou-se exatamente para distinguir entre os portugueses que continuavam em Portugal e os que nascessem e vivessem no Brasil, pois todos enfim eram portugueses. Edita sua obra visando preferencialmente os “brazilienses” nascidos ou estabelecidos no Brasil. Ainda no entender de Barbosa Lima, não podemos deixar de notar, já a partir deste fato, certo sinal de autonomia, pois se fazia uma distinção entre duas regiões que ainda eram apresentadas como um só corpo (SOBRINHO, 2001). O *Correio Braziliense* foi apreciado e disputado no Brasil, enquanto que em Portugal foi odiado e perseguido. De início o periódico não sente maiores entusiasmos pela personalidade do Príncipe Regente d. João VI, mas procura manter-se de acordo com a política de transferência da corte para o Rio de Janeiro. Hipólito da Costa poupava sempre o soberano em todas as edições e não é encontrada a mais leve descortesia a d. João. A publicação representava um amplo projeto político e cívico, mais do que um projeto jornalístico, e visava através da informação e do conhecimento a melhoria do homem e da sociedade. Escrevendo a partir de Londres, Hipólito encontrava-se refém das notícias de Portugal e do Brasil, as quais chegavam a sua mesa de trabalho meses após o acontecimento dos fatos (RIZZINI, op. cit. p. 114). Sua publicação foi pontual todos os meses até Dezembro de 1822 num total de 175 números e apresentava-se dividido em seções: «Política», «Comércio e Artes», «Literatura e Ciências», «Miscelâneas», nas quais eram relatados os acontecimentos da Europa e da América. O periódico chegava ao Brasil entre 45 a 90 dias depois de sua publicação, sendo distribuído nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em Portugal era distribuído em Lisboa, Coimbra e Porto. Na secção «Política» predominava as “Coleções de Documentos Oficiais” relativos a Portugal e a outros países. Ao contrário de outros órgãos oficiais do governo, como a *Gazeta de Lisboa* ou a recém-lançada *Gazeta do Rio de Janeiro*, diários também voltados para a divulgação de atos dos governantes, o *Correio Braziliense* procurava, além de divulgar os atos, motivar seus leitores a discuti-los. O jornalismo em português realizado em Londres era fruto de uma geração de comerciantes portugueses que estavam a sofrer com medidas políticas e econômicas tomadas pela corte no Rio de Janeiro: a abertura dos portos do Brasil em 1808 e, posteriormente, o Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra; fatos que vieram agravar a situação de seus negócios. Neste contexto, as ideias liberais começaram a ser difundidas por meio da imprensa periódica produzida no

estrangeiro. É interessante observar, como anteriormente referido, que o surgimento desta imprensa na emigração portuguesa era apoiado por círculos de negociantes portugueses em Londres e também por exilados políticos. Verifica-se também que esta imprensa produzida no estrangeiro chegou a contar com um discreto apoio governamental do Rio de Janeiro através da embaixada. No caso específico do *Correio Braziliense*, poderíamos acrescentar o apoio de grandes negociantes do Brasil e, como se cogita, também com o discreto apoio do monarca (PAULA; LIMA, 2008). Posteriormente, alguns destes jornalistas, como Hipólito da Costa, acabaram por serem perseguidos pelas próprias autoridades portuguesas. É lícito reafirmar que o jornalismo português na emigração, principalmente o de Londres, principiou e difundiu de forma pioneira as ideias liberais em Portugal e no Brasil. Em certa altura, a coroa portuguesa tentou neutralizar especificamente o *Correio Braziliense* ao promover e financiar concorrentes diretos em Londres e proibir sua circulação em Lisboa e no Brasil. O enfrentamento do governo português seguia um padrão já estabelecido: primeiro, reprimir a publicação e a circulação do jornal; segundo, perseguir o responsável; terceiro, financiar publicações adversárias; e, quarto, “comprar” o jornalista. A polêmica sobre o financiamento do periódico está ligada com a repressão que o mesmo sofreu pelo governo português. Situações um tanto obscuras e contraditórias levam os estudiosos dos documentos e dos fatos ocorridos durante negociações entre o governo português e representantes de Hipólito da Costa, a cogitarem a hipótese do próprio monarca ter sido um financiador do periódico por intermédio de seu Intendente Geral de Polícia no Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana. O Príncipe Regente esteve sempre muito bem informado de todas as negociações para um possível “controle” do periódico. Um acordo poderá ter sido efetivado entre o representante do monarca e o enviado de Hipólito. Tal confirmação poderá ser verificada quando se faz a leitura da correspondência entre o representante de Hipólito, Heliodoro Carneiro e o Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana. Nesta verifica-se que Heliodoro refere-se ao *Correio Braziliense* como um “jornal de S.M., e não criado pelos ministros para os seus fins (...)” (PAULA e LIMA, op. cit. p.152). Pode-se deduzir que um acordo poderá ter sido realizado, que o monarca chegou a financiar o jornal talvez por algum tempo, com um caráter “supraministerial”. Ao criticar e vigiar as ações dos governantes portugueses e de pessoas diretamente ligadas a d. João, e nunca tecer críticas diretamente ao monarca, o periódico funcionaria para o Príncipe Regente como um veículo de informação de seu governo. Desta forma, deduz-se que o monarca utilizava de uma liberdade de informação que não havia dentro do Reino, onde se praticava uma censura rígida sobre qualquer publicação. A questão do financiamento do *Correio Braziliense* também passa pelos comerciantes com grandes interesses econômicos no Brasil, inclusive comerciantes de escravos. Como sabemos, Hipólito defendia a abolição da escravatura de forma gradual e sempre alertava sobre possíveis efeitos que poderiam surgir de uma abolição sem que se tivesse em mente alternativas viáveis; enfim, defendia uma gradual e prudente extinção da escravatura sob pena de uma convulsão danosa à nação. A manutenção da escravatura era para ele uma contradição, ao se pretender construir uma nação livre e um sistema de liberdade constitucional. É importante ressaltarmos que Hipólito foi um grande defensor das questões brasileiras, promovendo o debate sempre que possível em diversas frentes, mas sempre defendendo o sistema monárquico e a casa de Bragança assim como a união entre Portugal e Brasil. Somente quando a independência parecia já consumada que o redator passou a defendê-la; portanto, a causa independentista é assumida em sua redação apenas em seus últimos números. Quando eclode a revolução no Porto ele foi um dos que lutaram pela permanência no Brasil do agora rei d. João VI, prevendo que, com um possível retorno do monarca à Portugal teria o Brasil também o seu retorno à antiga condição colonial. Defendia Hipólito que este retorno não seria mais pos-

sível, e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido em 1815 fornecera uma projeção internacional à futura nação brasileira, assim como um avanço nas questões políticas e econômicas. Com a Revolução Constitucionalista no Porto em 1820 os interesses de Portugal tornaram-se claros e iniciou-se assim o debate em torno da submissão da antiga colônia, fechamento dos órgãos e instituições ali implantados pela corte portuguesa e a condição de retorno do rei, variáveis que conduziram o redator a denunciar o espírito colonialista que as questões investiam. Para ele desaparecia o caráter de união e retornava-se ao caráter de sujeição. A ação do *Correio Braziliense* neste momento é de fundamental importância, pois ao conduzir a questão brasileira e, ao mesmo tempo, associá-la a d. Pedro, herdeiro do trono, fazia com que a intransigência e restrições das cortes portuguesas fossem como que associadas a ambos: quaisquer restrições ao Brasil seriam também restrições a d. Pedro. Passou então Hipólito da Costa a defender a presença do herdeiro em terras brasileiras, o que seria indispensável à condução de uma futura independência. Com a permanência do herdeiro e a partida do rei para Portugal, Hipólito passa a defender a formação de um governo central de caráter provisório no qual d. Pedro estivesse à frente, e paralelamente que fossem convocados deputados das diversas províncias do Brasil. O seu caráter liberal está bem exposto ao defender a presença de representantes do povo na composição deste novo governo, e de que era também preciso indagar qual era a vontade geral manifestada por meio dos representantes das províncias, portanto, a elaboração de um sistema constitucional. A causa separatista foi-se desenvolvendo gradualmente ao longo dos anos, mas nas publicações do *Correio Braziliense* vê-se que o periódico sempre se mostrou favorável à manutenção da união entre Brasil e Portugal; posição que veio a alterar em fins de 1821, como dito anteriormente. Em Junho de 1809 nota-se que Hipólito da Costa chama a atenção para as razões de queixa do Brasil contra Portugal, e, a seguir, acusa o despotismo colonial de ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico da colônia. Em Abril de 1810 defende a unidade da administração e das leis. A partir de Novembro de 1810 já aparece com certo caráter autonomista ao afirmar que a presença da corte no Rio de Janeiro não teve como consequência a ascensão de qualquer natural do Brasil a um alto posto no governo, sendo estes mesmos cargos reservados em exclusivo aos “europeus”, “estrangeiros”. Na edição de Fevereiro de 1816, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves é saudada com entusiasmo, e, em 1817 o periódico publica uma carta em que são notórios os sinais de insatisfação com o governo e o surgimento de uma efervescência política em Pernambuco, que culminou posteriormente com a sangrenta Revolução Pernambucana de 1817. Hipólito, neste caso dos revoltosos de Pernambuco, mantém certa distância dos confrontos e não faz alinhamento direto com a insurreição. A ocorrência de revoltas no território brasileiro leva o redator a abraçar a causa da união do território e assim impedir o desmembramento do país, estando ele cada vez mais consciente de uma futura emancipação. Após a Revolução de 24 de Agosto de 1820 no Porto, Hipólito pronuncia-se repetidamente contra a separação do Brasil, que considera a cabeça do Reino Unido. Em Setembro defende a manutenção do Reino Unido, e em Outubro denuncia o início de uma campanha “anti-brasilica” em Portugal com o objetivo de criar divisões entre ambos e fomentar uma possível união luso-espanhola. Nesta altura, o processo separatista parecia não ter volta e o *Correio* na sua edição de Março de 1821 afirma que o radicalismo das Cortes em Portugal ameaça fazer regressar o Brasil ao estado de colônia. Já no ano a seguir, 1822, o periódico invoca uma solução dinástica, e em Março apresenta uma proposta moderada para uma solução autônoma do Brasil, conservando-se a união dinástica. Em Junho de 1822 encontrava-se rendido à desunião de Portugal e Brasil. Em carta dirigida a seu irmão Saturnino, residente no Brasil, aconselhava-o a não exercer o mandato do Rio Grande do Sul nas cortes de Lisboa, “por de nada servirem os deputa-

dos do Brasil”, e ainda manifestava o desejo de retornar ao Brasil; ao Rio Grande (RIZZINI, op. cit. p.46). Em Outubro de 1822 o periódico comenta a futura Independência do Brasil que para o redator já estava em curso desde três de Junho de 1822, data do decreto por meio do qual D. Pedro convocou a Assembleia Constituinte do Brasil.

Hipólito da Costa elaborou ainda um “Projeto de Constituição Política do Brasil” o qual previa um papel ativo para o rei. Além de depositário principal do poder Executivo (artigos 53 a 61), participava com um peso determinante no Legislativo. O poder Legislativo dependeria de três autoridades: 1- O rei; 2- O Conselho de Estado; 3- Os representantes (artigo 4). Fica patente neste projeto o acolhimento dado pelo redator ao conceito de poder real, teorizado por Benjamin Constant e que viria ter consagração explícita na Constituição do Império do Brasil de 1824 e na Carta constitucional portuguesa de 1826 com o nome de poder Moderador. Ainda neste projeto, deixava Hipólito referências quanto à liberdade de imprensa, liberdade que o motivou e o acompanhou ao longo de toda a edição de seu periódico. No artigo 46 do referido “Projeto de Constituição Política do Brasil” pode-se ler: “Que não se impeça a faculdade de pensar ou de publicar os pensamentos por palavra ou por escrito, salvas as calúnias” (LUSTOSA, 2008).

Em Dezembro de 1822 Hipólito deixa de publicar o *Correio Braziliense*. Confiante no futuro do país talvez acreditasse que seu periódico não fosse mais necessário e que outros redatores “brazilienses” seguiriam seus passos na busca da consolidação deste novo Brasil que emergia.

Hipólito da Costa faleceu no dia 11 de Setembro de 1823, aos 49 anos, em sua residência situada em LowerPhilimorePlace, 7, Kensington, nove dias antes de assinar-se no Rio de Janeiro o decreto de sua nomeação para Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. Foi sepultado na igreja St. Mary the Virgin, em Huley-on-Thames, condado de Berkshire. Homem revolucionário e com uma visão de futuro, incansável em sua luta pela emancipação do Brasil, pelo desenvolvimento da nação e pela construção da cidadania, havia sido indicado por José Bonifácio de Andrada para esta missão diplomática. Não teve tempo para o cargo e nem para contemplar o Brasil, alvo constante de seus pensamentos. Antecipando um futuro para a nova nação, profeticamente Hipólito da Costa chegou a recomendar que se transferisse a capital do Rio de Janeiro para o interior, “menos por razões militares do que para atender objetivos de ordem econômica e demográfica”. Para valorizar tão grande esforço, Brasília, a nova capital da República Federativa do Brasil inaugurada em 21 de Abril de 1960, deu ao seu principal jornal o nome de *Correio Braziliense*, fato notável e importante, marco histórico para aquele que foi o primeiro jornal brasileiro independente. Em 2001 seus restos mortais foram transladados de Londres para Brasília e se encontram nos Jardins do Museu da Imprensa Nacional.

Considerações finais

Na fase final de seu trabalho como redator do *Correio Braziliense*, mais precisamente em Julho de 1822, Hipólito veio a assumir novo posicionamento em relação uma possível independência do Brasil, visto que ele era favorável à continuidade da união política entre Portugal e o Brasil sob a forma de uma monarquia constitucional. Com a ocorrência da Revolução do Porto e a “Constituinte” portuguesa, houve uma nova abordagem do redator sobre esta questão. Ele temia acima de tudo uma “independência intempestiva” ou o retorno do Brasil a uma situação de colônia. Sua mudança de atitude deu-se no quadro dos debates nas Cortes portuguesas, formadas a partir da Revolução de 1820 quando são discutidas diversas medidas no sentido de “recolonizar” o Brasil. O apoio de Hipólito da Costa às cortes constituintes de Lisboa pode ser verificado até Dezembro de 1821, sempre em sintonia com a sua luta

pela união da monarquia e contra os movimentos populares e rebeliões que pudessem afetar esta união. Observamos que o apoio às cortes foi considerável, com exceção no episódio do envio de tropas militares para conter revoltosos no Brasil e na questão da censura, que nunca poderia ter o seu apoio pelo que conhecemos de sua trajetória. Julgava ele que os brasileiros ainda estavam imaturos para viverem “sobre si mesmos”, sem se resvalarem para a anarquia e a dilaceração territorial. Neste contexto, compreendendo a fatalidade da separação, queria o redator que a mesma ocorresse o mais tarde possível e assim, se pudesse aprender com a experiência política de Portugal. Hipólito sempre seguiu de perto a movimentação das Cortes Constituintes e, ao constatar que se intentava fazer leis apenas para os portugueses de Portugal, chegou a advertir: “Esta omissão nos parece um passo decisivo para a separação de Portugal do Brasil, o que na verdade sentimos que venha a ser um dos efeitos desta revolução” (CORREIO BRAZILIENSE, vol. 25, p. 707). Em seu periódico, ele “versou e debateu”, quase todos os problemas fundamentais que interessavam as necessidades e a cultura do seu tempo. Educado na escola mercantilista, como era o normal em sua época, ao passar à Inglaterra aderiu de forma quase natural às pregações de Adam Smith e à doutrina liberal. Neste contexto, é natural que o redator do *Correio Braziliense* tenha adotado os valores do sistema constitucional inglês e que o seu liberalismo tenha a marca da moderação como método de evolução política. Concluímos que o alvo preferencial do *Correio Braziliense* era o de promover o progresso do Brasil, erguendo-o de colônia à nação, ainda que nação portuguesa unida a Portugal e sob o sistema monárquico-representativo. A causa abolicionista foi frequentemente abordada pelo periódico. Hipólito esperava que o problema fosse resolvido em poucos anos, ao consolidar-se a autonomia do novo Estado e organizada as novas bases da economia nacional. A questão teve ainda que esperar por mais 66 anos para ser resolvida em solo brasileiro. Em relação ao futuro do Brasil e a causa abolicionista assim escreveu Hipólito da Costa: “Da continuidade da escravatura no Brasil deve sempre resultar uma educação que fará os homens menos virtuosos e mais susceptíveis a submeterem-se ao governo arbitrário de seus superiores” (CORREIO BRAZILIENSE, vol. 15, p. 735 – 739). A questão era polêmica e pode-se concluir que na concepção do redator a abolição da escravatura deveria ser gradual, sendo o assunto tratado com cautela por constituir um ponto sumamente delicado e de grande dificuldade.

Hipólito escreveu sempre se posicionando contra os privilégios e os monopólios, preferindo o comércio livre ao administrado. O redator tinha plena consciência das desigualdades estruturais dos dois países desigualmente dotados, como verificado no caso dos tratados “desiguais” negociados pela potência inglesa com os países mais fracos, a começar por Portugal. Acreditava que depois da experiência do Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra, convinha ao Brasil regular o seu comércio sem novos compromissos, “sem se atar em relação a um futuro ainda mal desconhecido”. Hipólito despede-se de seus leitores na página 623 do nº 175. Para ele os últimos acontecimentos no Brasil tornaram desnecessário seu trabalho. Escreveu o redator: “recolher novidades estrangeiras para aquele país quando a liberdade de imprensa nele, e as muitas gazetas que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho dantes tão necessário”.

Como dito anteriormente, o periódico não se ocupou somente das questões relativas ao Brasil, sendo um periódico amplo, com informações variadas sobre os dois lados do Atlântico. Um redator apaixonado por sua terra e intelectual das luzes, conduziu com suas palavras e ideias não somente os portugueses, mas principalmente os “brazilienses” para um futuro progressista e liberal. A sua adesão à maçonaria pode ter facilitado o seu longo e metódico trabalho de conscientização política, social e econômica.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (Orgs). **A Abertura dos Portos**. São Paulo, Editora Senac, 2007.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Hipólito e seu tempo: O nascimento do pensamento econômico brasileiro. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Uma longa despedida. Cartas Familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. GUILLAMET, Elisabet-Carceller (Coord.). **Cartas do Rio de Janeiro, 1811 – 1820. Luís Joaquim dos Santos Marrocos**. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente, (Orgs). **Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sórias da Universidade de Lisboa, Dezembro de 2010.
- COSTELLA, António F. Cronologia Pessoal. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. Londres: Impresso por W. Lewis Paternoter-Row; L. Thompson e R. Greenlaw. Edições de Jun de 1808 a Dez de 1811. Edição Fac-Similar. São Paulo. Imprensa Oficial, 2008.
- DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1957.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. O Pensamento político de Hipólito José da Costa. **REVISTA DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDÉIAS**. Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- GUERRA, Lauryston Pereira. A presença da Família Real no Brasil e a dicotomia RJ – Lisboa. O novo Reino contra o velho Reino. **Guerra Peninsular: prelúdio Liberal do tecido Político-Social e a transformação do Aparelho Militar Português**. Lisboa, Instituto Superior de Estudos Militares, 2010.
- JUNIOR, Álvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; PAPUCCI, Cleide Antônia. (Orgs.) **Intelectuais e Imprensa. Aspectos de uma complexa relação**. São Paulo. Nankin Editorial, 2009.
- LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- _____ Uma Imprensa ilustrada: os primeiros jornalistas brasileiros e seu lugar no mundo português.
- JUNIOR, Álvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; PAPUCCI, Cleide Antônia. (Orgs.) **Intelectuais e Imprensa. Aspectos de uma complexa relação**. São Paulo. Nankin Editorial, 2009.
- PAULA, Sérgio Goês de; LIMA, Patrícia Souza. Os Paradoxos da Liberdade. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957.
- SOBRINHO, Alexandre Barbosa Lima. Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. Edição Fac-Similar. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.
- TENGARRINHA, José. **História da Imprensa periódica portuguesa**. 2º ed. revista e aumentada. Lisboa, Caminho, 1989.

A Crise de Refugiados na União Europeia e sua gestão entre 2015 e 2016

The Refugee Crisis in European Union and its management between 2015 and 2016

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2867>

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
Professor de História e Relações Internacionais no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Email: ralanari@gmail.com



Florence Belo Sidney

Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Email: beloflorence@gmail.com



Recebido em: 03/07/2019 – Aceito em 31/07/2019

Resumo: Este artigo analisa a capacidade da União Europeia de acolher os pedidos de asilo que recebeu nos últimos anos, bem como suas políticas e ações desenvolvidas, especialmente entre 2015 e 2016. Será explorado como a UE lida com o grande contingente imigratório, com foco no auge da Crise de Refugiados de 2015/2016. Diante desta conjuntura, a União Europeia adotou medidas que demandaram solidariedade e união, tais como a realocação dos requerentes de asilo, a reinstalação de pessoas necessitadas de países vizinhos, a suspensão temporária do Regulamento de Dublin, o Acordo com a Turquia, entre outras. Tais medidas, no entanto, geraram reflexos no panorama interno dos Estados-membros do bloco. O trabalho propõe, portanto, uma análise sobre a capacidade da União Europeia de atender satisfatoriamente as demandas dos pedidos de asilo feitos em seu território em razão da crise de refugiados.

Palavras-Chave: União Europeia. Refugiados. Migração. Segurança. Fronteiras.

Abstract: This article's intent is to analyze the European Union's ability to host the asylum applications it has received in recent years, as well as its policies and actions, especially between 2015 and 2016. Thus, it will be explored how this economic and monetary union deals with the large immigrant contingent, focusing on the height of the refugee crisis where there has been a significant increase in immigration towards its territory. Given this situation, the European Union adopted measures that demanded solidarity and unity, such as the relocation of asylum seekers, resettlement of people in need from neighboring countries, temporary suspension of the Dublin Regulation, agreement with Turkey, and others. This essay proposes to analyze whether the European Union was able to satisfactorily meet the demands of asylum applications in its territory due to the refugee crisis.

Keywords: European Union. Refugees. Migration. Security. Borders.

Introdução

Os eventos migratórios marcantes nas relações internacionais do século XXI levaram a mudanças na ação e nas práticas dos atores dentro da ordem internacional visando adequação às necessidades que surgem em vista das constantes alterações no ordenamento internacional a garantia de segurança às populações e da defesa do Estado. Recentemente, milhares de refugiados saídos de regiões dominadas pelo Estado Islâmico (ISIS)¹, grupo muçulmano radical associado a atentados terroristas em todo

¹ Grupo jihadista que, em 2014, autoproclamou o seu califado na região do Iraque e da Síria, instalando a lei islâmica ou a sharia (código de leis do islão). O Estado Islâmico busca expandir seu território por meio de atos violentos, que incluem assassinatos em massa, decapitações incluindo alvos civis. É conhecido como ISIS ou IS na língua inglesa. Utilizaremos a sigla ISIS para nos referirmos à agremiação neste artigo.
²CARVALHO, Geopolítica e relações internacionais.

o mundo, têm se deslocado devido à onda de violência rotineira. O ISIS e seu califado ganharam força a partir da Guerra Civil da Síria, iniciada em 2011, ganhando os holofotes do noticiário internacional a partir de 2014. Observou-se, então, uma mudança no panorama geopolítico local com a consolidação dos conflitos neste cenário e o avanço do ISIS sobre o território de países como Síria e Líbia, impondo brutalmente seus valores à população local.²

O processo de radicalização política na Síria e na Líbia levou à criação de um grande contingente de migrantes que buscaram refúgio, primeiro, em regiões vizinhas. Com o avanço do ISIS, estes buscaram o continente europeu, acessível através de rotas marítimas perigosas, especialmente devido às condições de transporte. A Europa, por sua vez, teve e ainda tem de lidar com uma questão de caráter social e humanitária, sendo necessárias decisões que envolvem a melhoria dos aspectos logísticos para receber os refugiados e a conscientização da população sobre a emergência da crise, visto que a UE possui percepções individuais e sociais diferentes em relação a imigração³.

Sobre as tentativas de negociação de um novo acordo, a União Europeia (UE) propôs uma distribuição de cotas aos seus Estados-membros de modo que prestassem assistência aos refugiados e não sobrecarregassem apenas países que estão na costa mediterrânea, rota comum dos migrantes. Os países deveriam tomar medidas políticas para que os refugiados pudessem ter um lugar nas sociedades de destino. Considerando que a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, afirma o “princípio de que os seres humanos, sem distinção, devem gozar dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”, é o desejo da Organização das Nações Unidas (ONU) que os estados reconheçam o problema dos refugiados, zelando pela aplicação dos convênios internacionais, evitando que a emergência da situação crie tensão entre os Estados.

Partindo da contextualização aqui realizada, colocamos nosso problema de pesquisa: como a União Europeia se organizou para receber os refugiados e lidar com o contingente imigratório em seu território nos últimos anos, em especial em 2015 e 2016? Teria sido a União Europeia capaz de atender satisfatoriamente aos pedidos de asilo em seu território?

Quanto aos métodos de pesquisa, o processo de estudo será revisão de literatura com base em artigos e periódicos; e análise de conteúdo e dados existentes, de forma a investigar os acontecimentos, reunindo aspectos oriundos das imigrações. Ademais, este estudo, conta com uma pesquisa exploratória, de modo a construir hipóteses sobre a concretização do tema proposto. Os métodos utilizados levam em consideração a pesquisa do tipo qualitativa, visando analisar, descrever e compreender o objeto estudado para definir o problema e observar o funcionamento da política da União Europeia para os refugiados. Em segunda instância, utiliza-se o método quantitativo, com dados numéricos para contextualizar o problema.⁴

Em nossa análise, buscaremos apoio na teoria do neo-institucionalismo, que possui ao menos três métodos de análise diferentes: o institucionalismo histórico, o institucionalismo sociológico e em especial o institucionalismo da escolha racional, foco de nossa atenção. Buscaremos, assim, analisar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos⁵ observados na União Europeia e seus países membros a diante da Crise de Refugiados em 2015 e 2016. Nossa hipótese é de que a União Europeia instituiu uma série de políticas e pareceres de modo a encontrar soluções para seus problemas para lidar com a crise de refugiados, porém, em muitos estados-membros, tais diretrizes falharam.

Para fundamentar nossa hipótese, apresentaremos as políticas migratórias e os acordos que ajudaram na tomada de decisão dos Estados perante a proposta de entrada

³ PASCOUAV, et.al., Melhorar as Respostas à Crise Migratória e de Refugiados na Europa, p. 89.

⁴ LAKATOS; MARCONI, Fundamentos de metodologia científica, p. 112

⁵ HALL, TAYLOR, As três versões do neo-institucionalismo, p.9.

dos refugiados e buscaremos analisar como a UE procedeu institucionalmente ante o grande contingente de pedidos de asilo recebidos com foco em dois exemplos: o Acordo com a Turquia e o Regulamento de Dublin. Por fim, analisaremos a proposta de divisão de cotas para os Estados-membros, a ascensão da extrema direita europeia e o fortalecimento das fronteiras à luz do embasamento teórico do institucionalismo da escolha racional.

Políticas migratórias e as medidas adotadas pela União Europeia

No ano de 2016, 65,6 milhões de indivíduos foram obrigados a se deslocar de seus países ao redor do mundo devido à conflitos, perseguições e violações aos direitos humanos. Desse montante, 40,3 milhões se deslocaram internamente, 22,5 milhões são refugiados e, destes, 1,2 milhões solicitaram asilo na União Europeia. O número de refugiados que retornou ao seu país de origem foi de 552.200, dos quais a maioria retornou ao Afeganistão (384.000). Um em cada quatro pedidos de asilo recebidos por países de EU foram provenientes de refugiados sírios.⁶

Mais da metade (51%) do contingente de refugiados é composta por menores de 18 anos, desacompanhados ou separados de suas famílias, sendo a maioria da Síria e Afeganistão. Além disso, a maioria das pessoas que requisitaram proteção no auge da crise dos refugiados em 2015, aguardaram até 2016 para receber a decisão, com 61% de respostas positivas. Um terço dos candidatos receberam o estatuto de refugiado, o nível de proteção internacional mais alto. A Alemanha foi o país que mais recebeu pedidos de asilo de todo o mundo (722.000), seguido por Estados Unidos (262.000), Itália (123.000) e Turquia (78.600). Na Alemanha, a tendência dos pedidos foi crescente e teve aumento significativo ao longo de 2014 (173.100 pedidos), 2015 (441.900 pedidos) e 2016 (722.000 pedidos).⁷

A Comissão Europeia⁸ possui poder de agenda sobre as decisões comunitárias e representa a UE em suas relações exteriores. Uma de suas principais funções é executar gestões das políticas da UE, assegurar a aplicação do direito comunitário e apresentar ao Parlamento Europeu as propostas legislativas. A Europa se tornou polo receptor do maior deslocamento populacional em massa desde a Segunda Guerra Mundial,

Com o aumento sem precedentes do número de pessoas a chegar à Europa em situação irregular e vulnerável, a União Europeia confronta-se com uma crise humanitária que gerou uma dinâmica acentuada nos últimos meses de orientações políticas, tomadas de posição, pacote de medidas, acordos entre Estados-membros e países terceiros, entre outros.⁹

O Conselho Europeu¹⁰ é o órgão da UE responsável pela discussão do direito de asilo e das regras de admissão, buscando definir como repartir os refugiados pelo continente de modo a conseguir acolhê-los e suprir suas necessidades. Nenhum país da UE deve enfrentar sozinho a pressão migratória.

A UE possui uma política migratória vigente desde 2003, conhecida como Regulamento de Dublin, atualizado pelo Regulamento (UE) n.º 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. O Regulamento determina que “o Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional – apresentado em um dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida” – responsabilize-se pelo seu pedido de asilo.¹¹

Na Agenda Europeia de Migração apresentada em 13 de maio de 2015, a Comissão Europeia propôs uma série de ações imediatas para enfrentar o fluxo de migrantes em suas fronteiras meridionais e o grande número de mortes trágicas de pessoas

⁶ PARLAMENTO EUROPEU, A crise de migração na UE em números, p.3.

⁷ UNHCR, Convention and Protocol: relating to the status of refugees, p.12.

⁸ Órgão executivo que defende os interesses gerais da União Europeia. ⁹ OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES, Programas, Medidas e Mecanismos de Resposta Recentes para Refugiados.

¹⁰ Órgão da UE diretamente eleito, com responsabilidades legislativas, orçamentais e de supervisão. O Parlamento tem três tipos principais de poderes: legislativos, de supervisão e orçamentais.

¹¹ EUR-LEX, Document 52014PC0382: Access to European Union, 2014.

¹² COMISSÃO EUROPEIA, A UE e a crise dos refugiados. Comissão Europeia.

que tentam atravessar o Mediterrâneo de forma irregular. A Comissão Europeia propôs triplicar recursos disponíveis para as operações da Frontex, Triton e Poseidon em 2015/16, propôs utilizar o mecanismo de resposta de emergência previsto no artigo 78. N.º3 do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia) pela primeira vez, a fim de criar um regime de realocação temporário para distribuir pela UE as pessoas que necessitam de proteção.¹²

O Projeto Missing Migrants rastreia ao longo das rotas migratórias incidentes envolvendo refugiados e requerentes de asilo, o número de fatalidades (mortes ou desaparecimentos) no processo de migração para um destino internacional. Nas regiões do Mediterrâneo, Oriente Médio e Europa houve cerca de 4 mil mortes em 2015 e 5.319 mortes em 2016. Grande parte dessas mortes foram causadas por afogamento e poderiam ter sido evitadas. Diante desse cenário, a Frontex e suas operações de patrulha em alto mar desempenharam um papel fundamental para que o número de mortes nas rotas migratórias fosse diminuído. Dentre as fatalidades mencionadas anteriormente, as que ocorreram no continente europeu sofreram significativa queda após 2015, quando foram registradas 136 mortes, e 2016, quando houve queda significativa para 62 mortes. A implementação de uma agência específica para o controle das fronteiras e costas marítimas se mostrou extremamente positiva para a UE.¹³

Com base nas propostas da Comissão, o Conselho Justiça e Assuntos Internos (JAI)¹⁴ adotou, em setembro de 2015, um mecanismo de realocação de emergência¹⁵ que contou com uma série de ações imediatas para diminuir o número de mortes na travessia irregular de migrantes. A realocação dos pedidos da Itália e da Grécia para outros Estados-Membros da UE ocorreria durante o período de 2 anos (até setembro de 2017), estabelecendo medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia.¹⁶

A Decisão 2015/1601 do Conselho Europeu estabeleceu a realocação de 120.000 requerentes de asilo da Itália e da Grécia, para ajudar esses Estados-membros a lidar com as pressões populacionais advindas do fluxo migratório crescente. Um total de 15.600 requerentes que se encontravam na Itália seriam realocados no território de outro Estado-Membro. Segundo o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), caso um ou mais Estados-Membros sejam confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito afluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, pode adotar medidas em sua defesa.¹⁷ Os 50.400 requerentes que se encontravam na Grécia e os 15.600 localizados na Itália seriam recolocados para outros Estados-membros definidos previamente. Outros 54.000 requerentes seriam recolocados nos Estados membros proporcionalmente, seguindo valores já estabelecidos no artigo 4º da decisão 2015/1601 do Conselho. Ainda, no artigo 10º, ficou estabelecido que, a cada pessoa recolocada nos termos da presente decisão, o Estado-Membro receptor receberia um montante fixo de 6 000 euros e Itália ou a Grécia receberiam um montante fixo mínimo de 500 euros.¹⁸

Em 18 de maio de 2017, o Parlamento Europeu emitiu uma resolução solicitando que os Estados-membros cumprissem suas obrigações de realocação. Progressos foram feitos, mas alguns dos Estados-Membros não atingiram os números estabelecidos na partilha. O Parlamento pediu que a prioridade fosse dada ao remanejamento de menores não acompanhados e pessoas vulneráveis.¹⁹ Apesar dos esforços multilaterais e bilaterais da UE para promover um mecanismo de realocação dos requerentes de asilo na Itália e Grécia, passado quase um ano de seu estabelecimento, uma parcela mínima do plano de quotas de refugiados foi cumprida.²⁰

Os Estados-membros da UE, por sua vez, agem conscientes de que suas decisões

¹³ AMNESTY INTERNATIONAL, The human cost of fortress Europe.

¹⁴ Desenvolve políticas comuns sobre questões transfronteiriças e sobre cooperação, com o objetivo de criar um espaço de maior justiça, segurança e liberdade na UE.

¹⁵ Decisão (UE) 2015/1601 do Conselho, de 22 de setembro de 2015, que estabelece medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia (EUR-LEX, 2015).

¹⁶ EUR-LEX, Regulamento Dublin II.

¹⁷ EUR-LEX, Regulamento Dublin II.

¹⁸ JORNAL OFICIAL DA EUROPA, Decisão (UE) 2015/1601 Do Conselho de 22 de setembro de 2015.

¹⁹ KELLER, Legislative train.

²⁰ NAKACHE, Delphine; LOSIER, Jessica. The European Union Immigration Agreement with Libya: Out of Sight, Out of Mind?, p. 11 (tradução nossa).

sobre os pedidos de asilo afetam a população civil e, também, de que elas devem incluir o fornecimento de condições para receber os imigrantes. Contudo, ao chegarem em seus países de destino, muitos desses imigrantes ficam sujeitos às condições desiguais de disputa por postos de trabalho e convivem com atos de xenofobia e preconceito étnico. Tais atos coletivos não estão em consonância com as políticas da UE para os refugiados, gerando instabilidade entre o Conselho Europeu, que decide sobre as orientações gerais e prioridades políticas, e os Estados-membros. Percebe-se que os assuntos da vida política refletem em como os indivíduos agem, sendo necessário se chegar a um equilíbrio entre a vontade da população dos Estados-membros e a vontade do bloco.

O institucionalismo da escolha racional busca a compreensão das relações entre as instituições e o comportamento de seus atores, com conceitos que se prestam à elaboração de uma teoria sistemática. Segundo essa teoria, o consenso entre os atores em ações estratégicas é indispensável para assegurar uma mudança institucional, como em certas assembleias legislativas ou em arenas internacionais.²¹ Como veremos a frente, este consenso é fluido e varia de acordo com os dilemas que buscam resolver. Tal concepção teórica, possui variantes, mas em geral postula que,

Os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência num alto grau de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos. Em segundo lugar, os teóricos dessa escola tendem a considerar a vida política como uma série de dilemas de ação coletiva, definidos como situações em que os indivíduos que agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências, o fazem com o risco de produzir um resultado sub-ótimo para a coletividade. Em geral, tais dilemas se produzem porque a ausência de arranjos institucionais impede cada ator de adotar uma linha de ação que seria preferível no plano coletivo.²²

Como visto, os atores aceitam o risco e calculam qual a melhor ação a ser tomada de acordo com suas preferências, no sentido de que seria possível encontrar um outro resultado que satisfaria melhor um dos interessados sem que qualquer outro saísse lesado. Isso só acontece na falta de orientações ou leis na vida política, no caso do bloco econômico em questão.

Como cada Estado adota uma linha que seja mais preferível a ele do que ao plano coletivo (todo o bloco) a situação se ramifica pelos 28 estados-membros da UE, dificultando a tomada de decisão em comum. Por outro lado, a adoção de um regime democrático permite que os governos tenham suas preferências e escolhas ao implementar ou não as recomendações do bloco.

Em 2015, a Política de Portas Abertas da chanceler Merkel, na Alemanha, abriu as fronteiras para os refugiados, facilitando a entrada no território europeu, sendo considerada uma decisão dotada de alto caráter humanitário. Porém, a medida teve um alto custo político e a chefe de governo alemã sofreu forte oposição que não a demoveu de seu intento. Observou-se, contudo, a reemergência pública da xenofobia e das direitas radicais. A decisão de abrir as fronteiras contribuiu para um aumento do apoio ao partido Alternativa para a Alemanha (AfD) de extrema-direita, anti-imigrante e anti-islâmico que, após ataques terroristas no país, defendeu o argumento de que a alta taxa de imigrantes teria sido a razão dos ataques. O referido partido também ganhou popularidade defendendo o fechamento das fronteiras externas da UE de forma completa. Em setembro de 2016, a Alemanha começou a controlar temporariamente a sua fronteira com alguns países como a Áustria.

O conceito de refugiado, sua relação com o Direito Internacional e o Regulamento de Dublin

Chamamos de refugiado aquelas “pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições” cruzando fronteira internacional e necessitando de asilo fora de seu país,

²¹ RACY; ONUKI. Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais.

²² HALL, TAYLOR, As três versões do neo-institucionalismo, p. 11-12.

²³ EDWARDS, Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto.

sendo inviável seu regresso ao país de origem é vital que consigam asilo. A Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados só abrange eventos ocorridos anteriores a 1º de janeiro de 1951, assim, um relativo protocolo do Estatuto dos Refugiados foi preparado e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, entrando em vigor em 4 de outubro de 1967. O Estatuto foi amparado no direito internacional de modo a legitimar a proteção dos refugiados, abordando premissas básicas que os Estados devem garantir a eles, como direitos humanos e condições dignas de vivência que os possibilitem solução de sua situação a longo prazo.²³ Em seu relativo protocolo de 1967, os países passam a aplicar as cláusulas da Convenção de 1951 para todos os refugiados enquadrados na definição da carta, sem limite de data ou espaço geográfico. A Convenção deve ser aplicada sem discriminação por raça, religião, sexo e país de origem e não pode ser feita objeção às suas cláusulas essenciais. Essas cláusulas incluem a definição do termo “refugiado” e o princípio de *non-refoulement*, que define que nenhum país deve expulsar ou “devolver” (*refouler*) um refugiado contra a sua vontade para um território onde sofra perseguição.²⁴

Com relação ao direito internacional dos refugiados, deve-se proteger os indivíduos que foram forçosamente obrigados a deixarem suas casas e seus países para viverem em outros. Os países europeus são o destino da maioria dos refugiados que fazem a travessia do mediterrâneo, a principal rota dos refugiados. Por meio do direito internacional humanitário, países na rota de imigração devem ter competência para zelar minimamente pelos seres humanos que ali procuram asilo e abrigo, oferecendo-lhes segurança.²⁵

Os termos refugiado e migrante não são sinônimos. O termo migrante enquadra os refugiados e os migrantes. Os refugiados demandam uma proteção legal particular e necessitam de uma resposta operacional adequada. Segundo a ONU, o termo refugiado só pode ser empregado quando se trata de pessoas que fogem por motivos de perseguição, conflito ou guerra. Os chamados migrantes, não correm risco de vida e viajam procurando melhores condições. No caso dos refugiados, o seu país de origem demonstra não ser capaz de proteger os direitos humanos básicos de sua população, que se vê obrigada a fugir. “A Convenção de Genebra de 1951 é o pilar principal de um sistema de proteção internacional, que, procura assegurar que os refugiados beneficiem de proteção num país de acolhimento”.²⁶

O refúgio é um instituto jurídico internacional de alcance universal; concedido ao imigrante por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. A situação de refúgio tem diretrizes globais definidas, sendo regulada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), sendo uma medida de caráter humanitário. Quanto aos pedidos específicos de asilo, seu caráter é político, baseado em regimento jurídico regional. Quando se trata de asilo diplomático, o termo é mais característico da América Latina.

A Convenção de Dublin surgiu em 1990, na Irlanda e foi feita de modo a agilizar o processo de pedido de asilo dos refugiados ao abrigo da Convenção de Genebra²⁷. Desse modo, segundo a Convenção, os refugiados deveriam ter seus pedidos de asilo processados no país europeu em que chegaram, contudo tais medidas só passaram a ser praticadas em 1997. Determinou-se também, no Regulamento, quais Estados-membros deveriam ser responsáveis pela análise de um pedido de asilo apresentado a outro Estado-membro.

Em 2003, alterações foram realizadas através da resolução CE nº343/2003, que deu origem ao Regulamento de Dublin II, que apresentou algumas diferenças com relação ao documento anterior, entre elas a de Princípio de Unidade Familiar, que estabeleceu que, se o requerente de asilo for um menor não acompanhado, o Estado-membro responsável será o que tiver um membro de sua família. Caso não haja nenhum membro da família em algum Estado-membro da UE, o Estado receptor do pedido passou a ser responsável por sua análise. Os pedidos de asilo apresenta-

²⁴ACNUR, “Refugiados” e “Migrantes”: Perguntas Frequentes.

²⁵PEREIRA, O direito internacional dos refugiados: análise crítica do conceito “refugiado ambiental”, p.72.

²⁶CONSELHO PORTUGUÊS PARA REFUGIADOS – CPR, Posição do ECRE sobre a Integração dos Refugiados na Europa.

²⁷A Convenção de Genebra e seus Protocolos Adicionais são tratados internacionais que contêm normas relevantes que limitam as barbáries da guerra. Elas protegem pessoas que não participam dos combates, como civis, pessoal de saúde, profissionais humanitários e as que deixaram de combater, como militares feridos, enfermos e náufragos e prisioneiros de guerra.

²⁸EUR-LEX, Regulamento Dublin II.

²⁹EUR-LEX, Regulamento Dublin II.

dos em datas próximas por famílias também passaram a poder ser analisados em conjunto segundo os novos critérios.²⁸

Em 2008, foi feita uma nova reformulação, a qual altera o Regulamento UE nº604/2013 no que diz respeito à determinação do Estado-membro responsável pela análise do pedido de proteção internacional de menores não acompanhados, sem membro da família, irmão ou parente legalmente presente em um Estado-Membro, no qual o Parlamento Europeu e o Conselho exercerão as respectivas competências legislativas, tendo em conta o interesse superior do menor, sendo o Estado-Membro responsável aquele em que o menor se encontra depois de ter apresentado pedido de asilo.²⁹

Segundo as regras estabelecidas pelo Regulamento de Dublin II, os pedidos de asilo devem ser submetidos ao primeiro país em que os migrantes chegaram, que é responsável por enviar de volta para casa aqueles que têm os pedidos negados. Entretanto, apenas cinco países da UE (Alemanha, Hungria, Suécia, Áustria e Itália) receberam 75% do total de refugiados de todo o bloco, logo o Regulamento de Dublin dificulta esse remanejamento de refugiados de forma homogênea no bloco. Uma possível opção para tal fato seriam as cotas fixas para os 28 Estados-membros.

O regulamento de Dublin não foi considerado eficaz para solucionar o impasse causado pelo fenômeno migratório. Até mesmo a chanceler alemã Angela Merkel afirmou que o modelo de Dublin não trouxe bons resultados diante de um grande número de pedidos de asilo.³⁰ Segundo Susan Fratzke, especialista do Instituto sobre Políticas de Migração britânico, “os migrantes têm preferências sobre onde querem viver – mesmo que essas opções não sejam motivo para a concessão de asilo”.³¹ Por um curto prazo, entre o mês de agosto de 2015 a novembro do mesmo ano, o governo alemão suspendeu o Regulamento de Dublin apenas para os requerentes sírios, que passaram a não necessitar de verificação se já houvessem chegado a outro país europeu anteriormente. Com essa medida, a análise de pedido de asilo se daria de forma mais rápida.³²

A política de cotas-fixas foi, então, elaborada de modo a diminuir a pressão sobre os Estados-membros do bloco europeu que possuem território na costa do Mar Mediterrâneo, principalmente Itália e Grécia, que recebiam um grande contingente de migrantes através de uma das principais rotas do mar Egeu. A aprovação da política de cotas fixas levou à perda de efetividade do Regulamento de Dublin, causando divisão entre os Estados-membros quanto à adoção de suas cláusulas, que passaram a ser contestadas.³³

O Acordo com a Turquia em 2016

Em mais uma tratativa para lidar com a grande chegada dos refugiados buscando asilo nos países europeus, Angela Merkel (representando a UE) e Erdogan (representando a Turquia) acordaram, em 18 de março de 2016, a busca por vias legais para reinstalar os refugiados na UE, de modo a colocar um fim na migração irregular vinda da Turquia. Tratou-se de mais uma ação da UE com o intuito de atenuar as consequências da crise de refugiados no continente. Essa nova diretriz estabeleceu que todo migrante irregular e também os requerentes de asilo que chegassem às ilhas gregas por rotas partindo da Turquia deveria regressar ao país, pois não chegavam a UE por vias legais, mas contando com apoio de contrabandistas clandestinos.³⁴ Os migrantes que não tivessem previamente tentado entrar de forma irregular na UE teriam prioridade na análise de seu pedido. A Comissão Europeia viu o plano como uma opção para convencer mais membros do bloco a receberem os pedidos de asilo e ajudar os países sobrecarregados a lidar com a situação da gestão de refugiados.³⁵ Em suma, este acordo buscou intensificar a cooperação entre os membros da UE no apoio aos refugiados, num esforço coordenado para enfrentar a crise humanitária sem precedentes.³⁶

Como resultado da declaração UE-Turquia, migrantes que chegaram nas ilhas gregas após 20 de março de 2016 passaram a ser enviados de volta para a Turquia, di-

³⁰ DEUTSCHE WELLE, União Europeia propõe cotas de refugiados para países-membros.

³¹ BBC. What is 'Islamic State'?

³² THE NEW YORK TIMES, Explaining the Rules for Migrants: Borders and Asylum.

³³ THE NEW YORK TIMES, Migrant Influx May Give Europe's Far Right a Lift.

³⁴ COMISSÃO EUROPEIA, A UE e a crise dos refugiados.

³⁵ DEUTSCHE WELLE, União Europeia propõe cotas de refugiados para países-membros.

³⁶ EUROPEAN COMMISSION, Draft Action Plan: Stepping up EU-Turkey cooperation on support of refugees and migration management in view of the situation in Syria and Iraq.

³⁷ ABELLÁN, UE distribuiu apenas 3,5% dos refugiados que prometu há um ano.

³⁸ COMISSÃO EUROPEIA, Agenda Europeia da Migração.

minuindo o número de pessoas que fazem a rota para a Grécia pelo mar Egeu. Desde abril de 2016 a Frontex apoiou as autoridades gregas em devolver os migrantes que tiveram emitidas suas decisões de retorno. A entrada ilegal de imigrantes em busca de asilo provenientes da Grécia nos países da EU também foi significativamente reduzida após o acordo.³⁷

Em maio de 2015 a Comissão Europeia apresentou a Agenda Europeia da Migração³⁸, um plano de ação da UE contra o tráfico de migrantes, tendo assumido desde então a produção regular de relatórios de monitoramento sobre o fluxo dos migrantes. A Comissão desenvolveu ainda mecanismos de realocação e reinstalação de emergência para refugiados, bem como instrumentos concretos para prestar assistência aos Estados-Membros no tratamento dos pedidos, regresso de migrantes econômicos, bem como para lidar com as causas profundas da crise dos refugiados. Para evitar que pessoas tenham que recorrer às redes criminosas de contrabandistas e traficantes, a reinstalação oferece vias legais e seguras para entrar na UE.

O Plano de Ação da Agenda Europeia identificou atos de cooperação a serem implementados com urgência pela UE para ajudar a Turquia a gerir a situação do fluxo maciço de refugiados e prevenir fluxos migratórios não controlados da Turquia para a UE. O rearranjo da UE e a divisão para países membros não agradou a todos, muitos países rejeitam e se opõem ao plano de distribuição obrigatória como é o caso da Polônia, Hungria, Estônia e Eslováquia, dificultando a adoção do plano, manifestando-se estarem disponíveis para acolher refugiados de forma voluntária. Já o Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda podem não participar do sistema de cotas devido a fortes críticas e acordos a que os Estados já pertencem.³⁹

Consideração Finais

Na primeira seção deste trabalho discorremos sobre uma série de políticas migratórias e medidas adotadas pela UE para tentar gerir o grande fluxo de refugiados que chegaram ao continente. A partir da utilização da teoria do institucionalismo racional, enfatizamos que os atores tendem a compartilhar um conjunto de intenções de modo a maximizar as suas preferências diante de situações-problema na esfera internacional, como a Crise dos Refugiados ocorrida a partir de 2014. As decisões tomadas por Estados são estratégicas, assim como as tomadas pelos indivíduos, porém os dilemas começam a aparecer quando cada ator integrante de um bloco (Estado-membro) quer adotar a sua própria estratégia no plano coletivo. Portanto, a hipótese do trabalho, sob a luz da teoria do institucionalismo da escolha racional, pode ser confirmada na medida em que a União Europeia procurou lidar com o contingente de refugiados que passou a chegar em seu território como se esse fluxo populacional fosse uma série de ações coletivas indefinidas. Concluímos, ainda, que as instituições da UE – como o Conselho Europeu, o Parlamento, a Comissão Europeia, entre outras – só permanecem importantes devido às pressões de setores da sociedade civil organizada que as consideram necessárias para estabelecer as preferências da coletividade.

Vimos também que o Regulamento de Dublin se mostrou incapaz de ser seguido à risca, diante do grande afluxo de refugiados, pois não foi criado esperando tal contingente, tanto que foi suspenso pela Alemanha por um determinado período. O Acordo com a Turquia, também foi mais uma política criada para tentar amenizar a grande quantidade de refugiados em determinados países, ajudando - mesmo que minimamente - na recepção dos requerentes de asilo. Observa-se que houve uma grande atenção dada ao tema, principalmente porque despertou o medo de parte da população sobre quem seriam os refugiados que pediam asilo, sob o medo de serem terroristas. Assim, observa-se, no caso alemão, a perda de popularidade de Ângela Merkel diante do insucesso das políticas migratórias com base nos acordos da União Europeia. É perceptível, portanto, que a UE experimentou dificuldades para conciliar os interesses de seus 28 estados-membros na articulação de uma política conjunta do Bloco diante dos desafios apresentados pela Crise dos Refugiados em 2015 e 2016.

³⁹ ANDRADE, Países da Europa Central se opõem ao sistema de cotas de refugiados.

Referências Bibliográficas:

- ABELLÁN, Lucía. UE distribuiu apenas 3,5% dos refugiados que prometeu há um ano. *El País*, Bruxelas, 28 set. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/28/internacional/1475057959_651744.html>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- ACNUR. “Refugiados” e “Migrantes”: Perguntas Frequentes. ACNUR, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiados-e-migrantesperguntas-frequentes/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- _____. Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados (1951). ACNUR, Genebra, 28 jul. 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados/>. Acesso em: 10 out. 2017.
- AMNESTY INTERNATIONAL. The human cost of fortress Europe. Anistia Internacional. Reino Unido, jul. 2014. Disponível em: <http://www.amnesty.eu/content/assets/Reports/EUR_050012014__Fortress_Europe_complet_e_web_EN.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ANDRADE, J. Santos. Países da Europa Central se opõem ao sistema de cotas de refugiados. Agência Brasil, Varsóvia, Polônia, 15 mai. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-05/paises-da-europa-central-seopem-ao-sistema-de-cotas-de-refugiados>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- BATISTA, V. União Europeia: livre circulação de pessoas e direito de asilo. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. 248p
- BBC. What is ‘Islamic State’?. BBC: Oriente Médio, 02 Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29052144>>. Acesso em: 30 set. 2017.
- BECK, Martin. Securitization of Refugees in Europe. *E-International Relations*, 18 set. 2017. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2017/09/18/securitization-of-refugees-ineurope/>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- CARVALHO, L de. Geopolítica e relações internacionais. 1ªed. 2002, 4ª tir. Curitiba: Juruá, 2006. 300p.
- COMISSÃO EUROPEIA. A UE e a crise dos refugiados. Comissão Europeia, Jul. 2016. Disponível em: <<http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/refugee-crisis/pt/>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- _____. Agenda Europeia da Migração. Comissão Europeia, Jan. 2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agendamigration/background-information/docs/eam_state_of_play_20160113_pt.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA – CICV. Como o DIH protege os refugiados e os deslocados internos. CICV, 22 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/document/como-o-dih-protége-os-refugiados-e-os-deslocadosinternos>>. Acesso em: 27 nov. 2015.
- _____. As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais. Comitê Internacional Da Cruz Vermelha. 29 out. 2010. Disponível em: <<https://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/genevaconventions/overview-geneva-conventions.htm/>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- CONSELHO PORTUGUÊS PARA REFUGIADOS – CPR. Posição do ECRE sobre a Integração dos Refugiados na Europa. Disponível em: <http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- DEUTSCHE WELLE. Ministros do interior propõem mudanças em política de refugiados da UE. *Carta Capital*, 12 out. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/ministros-do-interior-propoem-mudancas-empolitica-de-refugiados-da-ue-3978.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- _____. Parlamento Europeu propõe cotas de refugiados na UE. *Deutsche Welle*, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/parlamento-europeu-prop%C3%B5e-cotasde-refugiados-na-ue/a-18419152>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- _____. União Europeia propõe cotas de refugiados para países-membros. *Deutsche Welle*, 13 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/uni%C3%A3o-europeiaproprop%C3%B5e-cotas-de-refugiados-para-pa%C3%ADses-membros/a-18448533>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- _____. Alemanha volta a aplicar regra de Dublin para refugiados sírios. *Deutsche Welle*, 10 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/alemanha-volta-a-aplicar-regra-dedublin-para-refugiados-s%C3%ADrios/a-18841795>>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- EDWARDS, Adrian. Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. ACNUR, Genebra. 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-ausar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- EL PAÍS. Caos perto da Europa. *El País*, 06 Out. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/06/opinion/1475774326_134606.html>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- _____. Partido xenófobo obtém resultado histórico e supera sigla de Merkel na Alemanha. *El País*, Berlim, 5 set. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/04/internacional/1473006281_617652.html>. Acesso em: 11 nov. 2016.

- _____. Fracasso do plano de refugiados. El País, 29 mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/28/opinion/1490720148_315106.html. Acesso em: 17 out. 2017.
- EUR-LEX. Document 52014PC0382. Access to European Union, 2014. EUR-LEX. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52014PC0382>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- _____. Regulamento Dublin II. EUR-LEX. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=LEGISUM%3A133153>. Acesso em: 30 set. 2017.
- EUROPEAN COMMISSION. Draft Action Plan: Stepping up EU-Turkey cooperation on support of refugees and migration management in view of the situation in Syria and Iraq. European Commission, Brussels, 6 out. 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/priorities/announcements/draftaction-plan-stepping-eu-turkey-cooperation-support-refugees-and-migration_pt. Acesso em: 17 nov. 2016.
- ERLANGER, Steven; SMALE, Alison. Europe's Halting Response to Migrant Crisis Draws Criticism as Toll Mounts. The New York Times, 28 ago. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/08/29/world/europe/europe-migrant-refugee-crisis.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- FRONTEX. Risk Analysis for 2014. Frontex: Warsaw, Mai. 2014. Disponível em: http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk_Analysis/Annual_Risk_Analysis_2014.pdf. Acesso em: 07 out. 2017.
- _____. Risk Analysis for 2015. Frontex: Warsaw, Abr. 2015. Disponível em: http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk_Analysis/Annual_Risk_Analysis_2015.pdf. Acesso em: 07 out. 2017.
- _____. Risk Analysis for 2016. Frontex: Warsaw, Mar. 2016. Disponível em: http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk_Analysis/Annual_Risk_Analysis_2016.pdf. Acesso em: 07 out. 2017.
- _____. Risk Analysis for 2017. Frontex: Warsaw, Fev. 2017. Disponível em: http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk_Analysis/Annual_Risk_Analysis_2017.pdf. Acesso em: 07 out. 2017.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova nº 58, 2003, p. 193 - 224. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). Migration Flows Europe. International Organization for Migration (IOM), 2017. Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/>. Acesso em: 24.out.2017.
- KELLER, Ska. Legislative train. Europol. Disponível em: <http://www.europol.europa.eu/legislative-train/theme-towards-a-new-policy-onmigration/file-1st-emergency-relocation-scheme/>. Acesso em: 10 out. 2017.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310p.
- OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. Programas, Medidas e Mecanismos de Resposta Recentes para Refugiados. Observatório das Migrações, Lisboa, 07 Jun. 2016. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/-/programas-medidas-e-mecanismos-de-pespostas-recentespara-refugiados>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- PARLAMENTO EUROPEU. A crise de migração na UE em números. Parlamento Europeu, 17 jul. 2017. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78630/a-crise-demigracao-na-ue-em-numeros>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- PASCOUAT, Yves, et al. Melhorar as Respostas à Crise Migratória e de Refugiados na Europa. Vision Europe Summit, Lisboa, 2016. Disponível em: https://gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2016/11/VisionEurope_PolicyPapers_PT_2017.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.
- PEREIRA, Luciana D. O direito internacional dos refugiados: análise crítica do conceito "refugiado ambiental". Belo Horizonte: Del Rey, 2009. 168p.
- RACY; ONUKI. Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais. Revista de Economia e Relações Internacionais. V.1, n.1, Jul. 2002. Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/economia_relacoes_internacionais.htm. Acesso em: 05 dez. 2015.
- THE NEW YORK TIMES. Explaining the Rules for Migrants: Borders and Asylum. The New York Times, 16 set. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/17/world/europe/europe-refugees-migrants-rules.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- _____. Migrant Influx May Give Europe's Far Right a Lift. The New York Times, 16 set. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/08/world/europe/right-wing-european-parties-may-benefit-from-migrant-crisis.html>. Acesso em: 11.nov.2017.
- UNHCR. Convention and Protocol: relating to the status of refugees. UNHCR. Disponível em: <http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016. UNHCR. Global Trends Forced displacement in 2016.

Heitor Villa-Lobos e a internacionalização da “Educação musical”: iconografia, americanismo musical e pan-americanismo (1933-1946)¹

Heitor Villa-Lobos and the internationalization of “Musical Education”: Iconography, Musical Americanism and Pan Americanism (1933-1946)¹

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2868>

Loque Arcanjo Júnior

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
Professor da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Email: arcanjo.loque@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4912-8190>

Alexandre Reis Santos

Graduado em Jornalismo pela Faculdade Pitagoras
Graduando em Música pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Email: alexandrebedeu@gmail.com



Juliana Caetana Machado

Graduanda em Música pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Email: julianacaetanomac@gmail.com



Recebido em: 01/07/2019 – Aceito em 31/07/2019

Resumo: O propósito deste artigo é investigar o papel da iconografia na construção das mais variadas representações culturais acerca da música e da imagem de Villa-Lobos. Estas fotografias são compreendidas neste texto enquanto processos comunicacionais de produção de significados em meio às suas construções igualmente contextualizadas. A temática a ser tratada diz respeito ao diálogo destas representações com a proposta de Villa-Lobos para a Educação Musical no contexto do Estado Novo. O objetivo central é relacionar o projeto pan-americano e musicológico liderado por Francisco Curt Lange, intitulado Americanismo Musical, e a difusão da imagem de Heitor Villa-Lobos, em especial de seu projeto educacional de canto orfeônico relacionado ao Estado Novo. Propõe-se um debate em torno do enlaçamento entre a política, a música, a mídia e os interlocutores inseridos dentro da abrangência político/educacional getulista, além da internacionalização da obra e da imagem de Villa-Lobos. Para tal, tornaram-se documentos importantes as cartas trocadas entre Villa-Lobos e o musicólogo teuto-uruguaio, presentes no acervo pessoal e profissional do musicólogo, considerando-as como importantes fontes históricas enquanto construções de relações socioculturais; a análise de recortes de jornais das décadas de 1930 e 1940, presentes no Museu Villa-Lobos; e o estudo da iconografia presente no Boletim Latino-americano de Música, publicado em 1946.

Palavras-Chave: Internacionalização; Relações Internacionais; Americanismo musical; pan-americanismo; Educação Musical;

Introdução

No ano de 1938, em uma das cartas enviadas por Villa-Lobos a Francisco Curt Lange, quando os dois interlocutores tratavam da publicação do Boletim Latino-americano de Música dedicado ao Brasil, nota-se um elemento pouco estudado sobre a obra de Villa-Lobos: a difusão e a circulação da imagem do compositor fora do Brasil, bem como

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa – PAPq da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, resultado da pesquisa intitulada “Os sons das Imagens: práticas e representações sociais na iconografia musical brasileira”.

² Carta de Villa-Lobos para Curt Lange. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1938. 2.2.S.1098.

os significados históricos destas representações em diferentes contextos e suportes.

Meu caro amigo professor Curt Lange. Em resposta a sua prezada carta envio-lhe junto comentário sobre minha peça (Dansa do Índio Branco), que faz parte de “Ciclo Brasileiro, composta de 4 peças”: Impressões seresteiras, Plantio do Caboclo, Festa no Sertão, Dansa do Índio Branco. **Atendendo ao pedido do ilustre amigo, remeto-lhe minha fotografia** (grifo nosso).²

Entre os anos de 1933 e 1945, Villa-Lobos e Curt Lange estabeleceram um fecundo diálogo que envolvia, dentre outras temáticas, a publicação do Tomo VI do Boletim Latino-americano de Música e a visita de Villa-Lobos ao Uruguai que se concretizaria no ano de 1940. Contando com o musicólogo como anfitrião principal, Villa-Lobos realizou sua primeira visita ao Uruguai e muitas das fotografias trocadas entre eles circularam intensamente nos periódicos locais e nos jornais brasileiros controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial da ditadura do Estado Novo do qual faziam parte muitos dos projetos musicais do compositor brasileiro.

Em outra carta, enviada por Villa-Lobos a Curt Lange ainda no ano de 1936, o compositor brasileiro, naquele contexto tratando do projeto editorial do musicólogo, o referido Boletim Latino-americano de Música, descreveu o material que enviou a Curt Lange e que naquele momento deveria compor o Tomo VI desta publicação musicológica com apoio oficial do compositor brasileiro. Segundo Villa-Lobos:

Prezado professor Curt Lange, Só hoje pude responder a sua estimada carta do dia 9 do mês p. f, devido a grandes trabalhos que tenho tido ultimamente. Realizei ontem uma concentração cívica com conjunto de 20000 crianças escolares e mil músicos de banda, cujas notas nos jornais tenho o prazer de lhe enviar.³

Nesta carta, as fotografias não são mencionadas. Porém, ao descrever o material enviado ao musicólogo, Villa-Lobos nos oferece pistas para inferir que o material jornalístico e iconográfico enviado pelo brasileiro estaria presente nos jornais uruguaios e brasileiros que difundiriam, a partir de 1940, de forma mais intensa, as grandes concentrações orfeônicas empreendidas pelo maestro, com o propósito de divulgar a presença do compositor brasileiro naquele país e no Boletim Latino-americano de Música, publicado pela Imprensa Nacional em 1946.

Portanto, quatro anos mais tarde, em relação à data da carta supracitada, tais fotografias apareceriam de modo intensificado nos jornais uruguaios quando da visita do compositor à capital uruguaia, em 1940, com a Embaixada Artística Brasileira presidida por Villa-Lobos. Do ponto de vista historiográfico, como resultado de tese de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, ao tratar do papel de Villa-Lobos para a história da diplomacia cultural brasileira, Pedro Belchior analisou, de modo pioneiro, a presença de Villa-Lobos em diversos países e, além de trazer questões originais sobre a presença do maestro nos Estados Unidos e na Europa, tratou do papel diplomático de Villa-Lobos em suas viagens ao Uruguai e à Argentina naquele ano de 1940 (Belchior, 2019).

Em carta enviada por Villa-Lobos a Curt Lange no dia 27 de julho de 1940, pouco menos de três meses antes da partida da “embaixada” para o Uruguai, o compositor brasileiro descrevera de forma detalhada os ajustes finais no plano da viagem, solicitando a Curt Lange informações acerca do custeio das despesas de passagem e estadia para ele e a embaixada artística, e afirmando que providenciaria o material para divulgação: “**retratos**, cópias de textos, notas explicativas e argumentos de todo o material e pessoal da embaixada e para envia-los a Montevideú” (grifo nosso).

Além das questões burocráticas envolvendo a viagem, o compositor brasileiro descreveu o conteúdo das conferências e o repertório que seria apresentado no país vizi-

³Carta de Villa-Lobos a Curt Lange. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1936. ACL 2.2S15.1098.

nho, oferecendo quadro geral dos eventos realizados e da produção musical que estaria nos programas de concerto. E mencionou, novamente, as fotografias. De acordo com Villa-Lobos:

Prezado amigo Curt Lange,

Envio ao prezado amigo o ultimo e definitivo plano da minha projetada viagem a Montevideo (...) Os programas e ordem de sequência a serem executados caso possa ser adaptada á conveniência das vossas organizações musicais e educacionais, são os seguintes, desde o dia do nosso desembarque em Motevidéo (...) Como vê o prezado amigo, é um plano organizado a rigor e baseado em razões práticas, uteis e oportunas, elaborado ha muito tempo, com o concurso somente de elementos que estão diretamente sob a minha absoluta direção, no que resultará a mais uniforme demonstração do atual panorama folclórico, artístico e educacional de todo o Brasil (...) Remeterei um cópia desta carta ao Exmo.Snr.Embaixador Dr.Batista Luzardo, afim de que o ilustre amigo possa articular com S.Excia. as providências urgentes, que espero com ansiedade uma solução acertada e definitiva. Peço-lhe que responda com urgência esta carta, afim de providenciar retratos, cópias de textos, notas explicativas e argumentos de todo o material e pessoal da embaixada e para envia-los a Montevideo para seu governo.

Um abraço do amigo,

Villa-Lobos

Av. Almte Barroso, 81 Edif.Andorinha – 5º and,s/ 534 – Rio de Janeiro Brasil.”(sic.)⁴

Estas imagens desempenharam um papel significativo na difusão da imagem do compositor brasileiro e no processo de internacionalização de suas atividades musicais junto ao Estado Novo, em especial o canto orfeônico. Além disso, estas fotografias aparecerão também no artigo publicado no Tomo VI do Boletim Latino-americano de Música⁵, intitulado “Educação Musical”, sob autoria de Villa-Lobos. Neste artigo, o músico brasileiro abordou a educação musical no Estado Novo utilizando de forma significativa a linguagem imagética.

Com um rico acervo de fotografias, Villa-Lobos fundamentou a importância da formação de uma “consciência musical brasileira”, a qual, para Villa-Lobos, se daria por meio do canto orfeônico enquanto representante da “(...) síntese de fatores educacionais, os mais complexos”. (Villa-Lobos, 1946, p. 500). Dentre esses fatores, Villa-Lobos reforça a necessidade de organizar o ensino de canto orfeônico baseado, prioritariamente, “(...) na execução correta dos hinos oficiais e no incentivo do gosto pelas demais canções de caráter cívico e artístico.” (Villa-Lobos, 1946, p. 507). Portanto, inspirado em um caráter patriótico, coletivo e moral, instrumentos de representação e enaltecimento de um ideal nacionalista, baseado em uma concepção de brasilidade e de formação cívica que beneficiam o Estado Novo e suas perspectivas, a fim de legitimá-las sob uma ideia de unidade, “(...) o ensino do canto orfeônico nas escolas impõem-se como uma solução lógica, não só à formação de uma consciência musical, mas também como um fator de civismo e disciplina social coletiva.” (Villa-Lobos, 1946)

Para (Wisnik, 1982, p. 188), “o projeto do canto orfeônico quer fazer com que o corpo social se exprima, desde que não faça valer seus direitos, mas que se submeta ao culto e às ordens de um chefe.” A importância de se frisar uma educação norteadada pelo ideário nacionalista, atrelada ao enlaçamento da música enquanto importante mecanismo educativo em favor da pátria, foi reconhecidamente amparada por Villa-

⁴ Carta enviada por Villa-Lobos a Curt Lange em 27 de julho de 1940. ACL 2.2.s15. 1096.

⁵ CURT LANGE, Francisco. Boletim Latino-americano de Música. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 6, 1946.

⁶Villa-Lobos, H. Educação Musical. In: CURT LANGE, Francisco. Boletim Latino-americano de Música. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 6, 1946.

Lobos em seu artigo no Boletim Latino-americano. Nele, o compositor brasileiro defende a necessidade de uma “missão educadora”, usando como prerrogativa “as novas diretrizes políticas e culturais promovidas pelo movimento de 1930 - ou seja, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder - fundamentado por um processo “lógico” de “evolução histórica”.⁶

Apesar do valor historiográfico desta perspectiva que destaca o caráter cívico, civilizador, homogeneizador e nacionalista do projeto associado ao canto orfeônico, é importante destacar que os trabalhos mais atualizados sobre a obra de Villa-Lobos reforçam a necessidade de articulação metodológica da linguagem musical, com as fontes escritas e a performance. Nesta nova perspectiva, não se pode reduzir a música a este suposto caráter homogeneizador. Na arquitetura musical das peças musicais que compõem os cantos orfeônicos reverberam os conhecimentos teórico-musicais de Villa-Lobos, bem como culturas musicais que se cruzam tomando outros significados rearticulados nas temporalidades históricas, como veremos a seguir.

(Panofsky, 1955, p. 53) concebe a iconografia como descrição das imagens, assim como a etnografia é a descrição e classificação das “raças” humanas, primordial para o estabelecimento de datas, origens e, às vezes, autenticidade. O presente artigo, no entanto, ao promover uma síntese com a análise das imagens, histórias e alegorias não se limita somente ao estudo iconográfico, mas, como propõe Panofsky, incorpora o caráter iconológico em sua essência metodológica por lidar com as várias relações externas e culturais que, dispostas por estes atores sociais, ressignificam as imagens, anteriormente tidas apenas como “ilustrações”, principalmente quando encontradas nos recortes de jornais.

Sobre o papel das fotografias nas publicações periódicas é importante ressaltar a crença na aplicação de uma fidedignidade ao texto, ou seja, uma comprovação visual do que está relatado na matéria jornalística. Entretanto, Tânia Regina de Luca destaca que “ao analisar as imagens não levamos em conta somente o registro imagético ou o assunto principal da fotografia, mas demais questões, próprias desse veículo da comunicação.” (Luca, 2007). Ainda de acordo com a autora

A fotografia é um meio a mais que o jornal utiliza na transmissão de notícias e fatos. Mas a crença em seu caráter objetivo e de ser mais fiel à realidade dotou a imagem fotográfica de uma posição de maior fidedignidade que o próprio texto. Sua inserção nas páginas obedece, contudo, a critérios específicos da imprensa e próprios da tecnologia para sua impressão. Ao analisarmos uma fotografia em uma página de jornal, devemos considerar todas as “evidências” contextuais, desde o próprio veículo, os equipamentos fotográficos e de impressão, até as matérias circundantes. (Luca, 2007).

Imagens diversas representando as concentrações de canto orfeônico são encontradas em diferentes momentos no artigo de Villa-Lobos, publicado no Tomo VI. Uma delas retrata professores norte-americanos em visita ao Brasil observando a prática cívico-educacional. Em 1939, contexto decisivo para as relações do Estado Novo com o pan-americanismo, vários professores norte-



Figura 1

americanos, em visita ao Brasil, tiveram oportunidade de observar o ensino de canto orfeônico nas escolas do Distrito Federal. Na Escola Estados Unidos foi realizada uma demonstração para os visitantes, da qual se vê um aspecto na fotografia acima, quando os alunos desfilavam entoando, provavelmente, um cânone a 4 vozes (Figura 1).

Ao analisar os ícones presentes na fotografia (FIGURA 1) pode-se concluir que as crianças que estão a realizar o canto orfeônico estão dispostas em quatro fileiras e sugerem a ideia musical de um cânone a quatro vozes, a partir de uma representação visual tanto na fotografia quanto nas obras relacionadas ao canto orfeônico produzidas por Villa-Lobos no momento em questão. Ademais, a uniformização das crianças, a forma como se enfileiram e a ideia de movimento presente em seus braços e pernas sugerem, também, uma associação a uma marcha militar.

Como aborda Amato (2009), o caráter cívico e moralizante visa diretamente à obediência ao Estado e mostra-se uma das metas a ser atingida pelo ensino do canto orfeônico. Quando um ato educacional de cunho nacional se remete a uma prática militar, de modo que a educação abraça conceitos positivistas banhados tanto no que é patriótico como no que é cívico, fica evidente a busca por um controle populacional que visa ordem, moral e obediência.

O espectro da foto em questão, no entanto, não se restringe apenas à disposição das pessoas dentro do recorte fotográfico e à atuação destas dentro de uma atividade educacional fundamentada em princípios cívicos. Ou, em outras palavras, apenas ao estudo iconográfico destes elementos. A análise - neste caso, fotográfica - não deve se restringir à iconografia pois, segundo Panofsky (1955), ela considera apenas uma parte dos elementos que constituem o conteúdo intrínseco de uma obra de arte. Outro grande ícone ocupa a imagem em questão: a arquitetura do local, também passível de estudo e análise contextualizada.

Sob o ponto de vista arquitetônico, grandes arcos ficam em evidência na composição da fotografia. O arco é um elemento da arquitetura romana que, apesar de se apropriar de diversos elementos arquitetônicos gregos, tem neste tipo de estrutura uma invenção própria de sua cultura, algo nacional. Isso posto, a arquitetura do espaço fotografado não representa uma ideia nacionalista apenas nos arcos. As escolas públicas construídas na década de 1930, geralmente em bairros populares, possuíam um estilo neocolonial, com arcos, varandas e mapas em azulejos, ornados com indígenas e com motivos da flora e fauna brasileiras. Dentre estas está a Escola Municipal Estados Unidos, inaugurada em 1930, local onde o canto orfeônico em questão foi registrado.

A *Escola Municipal Estados Unidos* está situada no Catumbi, bairro próximo à zona sul do Rio de Janeiro que possui vias de acesso a bairros como Leblon, Copacabana e Ipanema. No século anterior, o francês Jean-Baptiste Debret, pintor reconhecido por retratar, no Brasil, o cotidiano colonial no século XIX, foi um dos moradores do bairro. Além disso, no cemitério São Francisco de Paula estão sepultadas personalidades do Império brasileiro como Barão de Mauá, Visconde do Itamaraty e Francisco Manuel da Silva, este último compositor do Hino Nacional.

Cabe ressaltar o caráter propagandístico das imagens utilizadas por Villa-Lobos - ou pautadas por ele - no contexto do Estado Novo e a necessidade de reler este tipo de registro historiográfico sob o ponto de vista semiótico. Considerando tal perspectiva, é de extrema necessidade reconhecer que uma linguagem não se esgota nela mesma, pois, segundo McLuhan (1964), o conteúdo de qualquer meio ou veículo é sempre outro meio ou veículo. Ou seja, como reforça Caramela (1998), o significado de uma linguagem - neste caso, as fotografias e os recortes de jornais envolvendo Villa-Lobos - é sempre outra linguagem, dado que uma linguagem não se satura nela mesma.

É neste sentido que (Geertz, 1997) destaca a importância de se pensar as imagens de forma contex-

tualizada, pois estas se apresentam como parte de complexos sistemas culturais. Para o autor, a definição de arte nunca é totalmente intra-estética, portanto, torna-se necessário associá-la às outras formas de atividade social, incorporá-la em uma textura de específico padrão de vida. Esta incorporação, ou seja, este processo de atribuir aos objetos de arte um significado cultural é sempre um local recortado no tempo e no espaço. Assim, os sinais ou elementos simbólicos que compõem um sistema semiótico tem uma conexão ideacional – e não mecânica – com a sociedade em que se apresentam. Na mesma direção, para Carlo Ginzburg, todo documento iconográfico é polivalente, e pode abrir caminho a uma série de significados díspares. “É o contexto que decide cada caso, qualquer interpretação pressupõe um ir e vir circular entre o detalhe e o conjunto” (Ginzburg, 2010, p. 40).

Villa-Lobos e a Embaixada Artística Brasileira no Uruguai

No dia 9 de outubro de 1940, a bordo do vapor Pedro I, Villa-Lobos e a “Embaixada Artística Brasileira” chegaram a Montevideú, onde permaneceram até o dia 28 daquele mês, quando a delegação viajou para a Argentina. Os jornais uruguaios e brasileiros celebravam de modo entusiástico a chegada do “consagrado compositor de *Amazonas*” à capital uruguaia.⁷ A “embaixada” era formada por Arminda Neves d’Almeida, coordenadora Geral do SEMA, violinista e representante do Ensino Primário; Ruth Valadares Corrêa, professora de Fisiologia do SEMA, cantora e representante do ensino de vozes excepcionais nas Escolas Secundárias; Oscar Borgerth, *spalla* da Orquestra do Teatro Municipal, violinista e representante da Escola Nacional de Música; Iberê Gomes Grosso, professor de ritmo da SEMA, violoncelista, representante do Curso de Formação de Professores Especializados em Música e Canto Orfeônico do SEMA; Arnaldo de Azevedo Estrela, professor de análise, harmonia e contraponto, pianista e representante do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.); José Vieira Brandão, encarregado do ensino técnico secundário, pianista e representante do ensino secundário; Gazzi de Sá, superintendente do ensino de música e Canto Orfeônico do Norte, pianista e representante do Ensino de Música e C. Orfeônico do Norte do Brasil; e, como chefe da comitiva, Villa-Lobos, regente e diretor musical.⁸

A visita de Villa-Lobos ao Uruguai fez com que ele estreitasse diálogos musicais, além de intensificar suas relações com o articulador do evento diplomático-musical, o próprio Francisco Curt Lange, interlocutor que iniciara sua correspondência com o maestro brasileiro em 1933, quando de sua chegada ao Uruguai, fugindo da crise que assolava Alemanha, seu país de origem. (Arcanjo, 2010; Arcanjo, 2011; Arcanjo, 2011b; Ruas Jr., 2015; Arcanjo, 2017; Amorim, 2018, Arcanjo, 2019).

Durante os dias em terras uruguaias, o compositor, acompanhado dos solistas e atuando como regente à frente da Orquestra do Serviço de Rádio Elétrica do Uruguai (OSODRE), realizou seis concertos e proferiu três conferências. Na agenda oficial da delegação constava ainda uma recepção na embaixada brasileira e outra, na residência do violonista espanhol Andrés Segóvia. Além daquele já conhecido encontro em Paris, de 1923, percebe-se que o encontro no Uruguai fora bastante proveitoso aos dois violonistas.

As apresentações de Villa-Lobos no Uruguai faziam parte dos programas realizados pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB) e pelo Instituto Interamericano de Musicologia (IIM), ambos criados naquele ano de 1940. No caso do Brasil, estes programas integravam as iniciativas do governo de Getúlio Vargas relacionadas ao Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e com o Departamento de Imprensa e Propaganda. Estas iniciativas foram coordenadas no Uruguai, na Argentina e no Paraguai junto aos diplomatas vinculados às embaixadas brasileiras, geralmente sob a coordenação dos adidos culturais. Como no caso de Villa-Lobos, “adido cultural” consiste em uma categoria complementar às

⁷ Jornal Correio Popular. Uma embaixada musical brasileira, 8 de outubro de 1940. MVL 09.023.1. c 00.

⁸ Carta enviada por Villa-Lobos a Curt Lange em 27 de julho de 1940. ACL 2.2.s15. 1096.

funções diplomáticas, atores culturais que desempenham funções diplomáticas junto à imprensa e à cultura, encarregados das missões diplomáticas e que recebiam atribuições do governo neste sentido (Nepomuceno, 2015).

A excursão da “embaixada artística brasileira” fazia parte de atividades oficiais que se desenvolveram a partir de 1934, quando o governo de Getúlio Vargas iniciou um processo de reorganização do Ministério das Relações Exteriores, por meio de um programa cultural intitulado *Missões Culturais Brasileiras*, com o foco na aproximação com outros países da América Hispânica. Até os anos 1930, os diálogos com estas nações eram muito frágeis. Daquele momento em diante, o governo Vargas passara a implantar um programa de intercâmbio cultural sistemático nestes países e o Uruguai tornou-se parceiro estratégico (Nepomuceno, 2015).

Exemplos do caráter propagandístico da visita de Villa-Lobos, em relação ao Governo Vargas, difundido no Uruguai, é a reportagem publicada pelo jornal *El Plata* de Montevideo poucos dias antes da chegada do compositor. O periódico estampou uma fotografia (FIGURA 2) que trouxe a imagem de Villa-Lobos em primeiro plano à direita e, à esquerda desta, uma das grandes concentrações orfeônicas levadas a cabo pelo maestro no Estádio do Vasco da Gama. A imagem fotográfica destaca as arquibancadas do estádio ocupadas por uma multidão de cantores que entoavam as peças do compositor em homenagem à pátria, como era recorrente no dia 7 de setembro.

Como legenda referente à imagem, o jornal destacou o “imponente aspecto del festival realizada hace poco em Brasil bajo la dirección del maestro Villa-Lobos y com intercepción de cocos juveniles y gran orquesta.”⁹ Representação semelhante pode-se observar no *Jornal El Debate* de 10 de outubro (FIGURA 3). O periódico trouxe uma fotografia retratando as concentrações orfeônicas promovidas por Villa-Lobos.



Figura 2: Jornal El Plata. 08/08/1940. MVL 12.003.1.B.00

⁹ JORNAL EL PLATA. Vendrá el maestro Villa-Lobos al frente de una embajada artística brasileña. MVL 12.003.1.B.00



Coro formado por cuarenta mil niños, que bajo la dirección del maestro Villa Lobos ofreció un concierto en el Estadio Vasco de Gama de Rio de Janeiro, el 7 de Septiembre último.

Figura 3: Jornal El Debate. Montevideo, 10/10/1940. MVL 12.001.1.b.00

No dia 22 de outubro de 1940, o jornal *O Dia* publicou uma reportagem intitulada *O Abraço Musical da América*. A temática central do texto foi a repercussão da visita de Heitor Villa-Lobos ao Uruguai. O compositor brasileiro que desembarcou no país vizinho no dia 9 daquele mês realizaria, quatro dias após sua chegada, o primeiro concerto de uma série de outras apresentações e palestras. De acordo com a reportagem, desde a chegada do maestro à capital uruguaia, “a imprensa publica fotografias do conhecido musicista a quem tece grandes elogios”.¹⁰

Preparan un Concierto de Canto



La embajada artística que preside el maestro Villa Lobos, se propone realizar una demostración de canto el día de mañana en la sala del Estudio Auditorio, a las 10 horas. A efectos de seleccionar los grupos que intervendrán en los coros y números del programa, se eligió a alumnos de la escuela “República de Venezuela”, Escuela “República Argentina”, Universidad de Mujeres y Liceo No 3, los cuales han sido objeto de una esmerada preparación por parte de conocidos profesores.

La nota gráfica muestra al grupo de la Escuela “República de Venezuela”, en uno de los ensayos a que fué sometido por parte de la profesora que los seleccionó, señorita Arminda Neves d’Almeida. Es de consignar que el propio maestro Villa Lobos dirigirá la audición de mañana.

Figura 4: Jornal El Plata, Montevidéo, 26 outubro 1940.

A “harmonia” e o “equilíbrio”, e o referido “abraço cultural” que fazia parte da visita diplomática, estão representados na fotografia presente no *Jornal A Noite*. Nela, observa-se a presença das bandeiras do Brasil e do Uruguai simetricamente dispostas durante uma das conferências realizadas por Villa-Lobos, na qual o maestro realizou uma demonstração de canto orfeônico (FIGURA 5). Pedro Belchior colocou em evidência os significados políticos das temáticas das conferências proferidas por Villa-Lobos: “A música a serviço da educação cívico-social”, “As vantagens do controle e da uniformidade do ensino

¹⁰Jornal O Dia – 22 de outubro 1940 - São Paulo - MVL 09.026.1.j.00.

cívico-musical” e “O folclore como base da formação fisionômica da música artística interamericana”. De acordo com Belchior, ao final de sua visita a Montevideú, Villa-Lobos “ofereceu uma “lição prática” de seu método de ensino ao reger cerca de 600 alunos de escolas públicas da capital” (Belchior, 2019, p. 176).



Figura 5: Jornal A Noite. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1940. MVL 09.031.1.f.00

Por um lado, as fotografias pensadas em uma perspectiva iconográfica expressavam os anseios mais diretamente relacionados aos interesses das atividades oficiais ligadas ao Estado Novo, em especial as grandes concentrações de canto orfeônico. Por outro, estes registros apresentam elementos significativos para a compreensão das redes de sociabilidades construídas por Villa-Lobos no Uruguai e que foram fundamentais para a difusão de sua obra, além de expressarem diálogos musicais como no caso do violonista espanhol Andrés Segóvia.



Figura 6: Jornal El Plata. Montevideú, 11 de outubro de 1940. 12.005.1.g.00.

Para (Amorin, 2018), a passagem da caravana brasileira foi marcada por vários eventos que ho-

menageavam Villa-Lobos. Em um deles, ocorrido no dia 25 de outubro de 1940, Curt Lange proferiu uma conferência sobre o compositor, “[...] patrocinada pelo Centro Guitarrístico do Uruguay, que incluiria em sua parte musical um recital de Abel Carlevaro, apresentado como jovem valor emergente do cenário violonístico local” Presentes no evento estavam Curt Lange, Andrés Segovia, Heitor Villa-Lobos e Arminda das Neves, para assistir Carlevaro interpretar obras de Manuel Ponce, Isaac Albeniz, F. Moreno Torroba, Tomás Mujica, Augustin Barrios e o Choros n. 1 (Villa-Lobos) (Escande *apud* Amorim, 2005, p. 137).

A apresentação causou um impacto positivo na ilustre plateia. Após o concerto, segundo o próprio Abel Carlevaro, Villa-Lobos o saudou com entusiasmo, dando também algumas orientações mais específicas sobre a interpretação do *Choros n. 1*. O intérprete as escutou com um singular interesse, motivando então o compositor a convidá-lo para uma ida ao Rio de Janeiro, com o objetivo de que ele pudesse conhecer o restante de sua produção para violão. Embora o convite tenha sido recebido com alegria e tenha instigado a curiosidade de Carlevaro, o encontro só se realizou efetivamente três anos mais tarde. No entanto, antes disso, mais precisamente em 1941, o violonista uruguaio já viria a conhecer dois dos *Prelúdios* - o 3 e o 4 - do compositor brasileiro, publicados como suplemento musical do primeiro número da Revista *Música Viva*, cuja edição fora dedicada exclusivamente a Villa-Lobos (Amorim, 2018, p. 35).

Os diálogos musicais estabelecidos por Villa-Lobos durante esta viagem foram destacados, por exemplo, por (Ruas Jr., 2015). De acordo com o autor, naquele ano de 1940, Villa-Lobos estabeleceu fecundas trocas com o violonista Abel Carlevaro que, além de possuir uma expressiva obra para violão, contribuiu de forma significativa para a gramática técnica do instrumento e foi, também, o primeiro interprete dos prelúdios para violão escritos pelo compositor brasileiro.

Como podemos observar (FIGURA 6), a imagem do compositor tornava-se ainda mais associada ao violão. As fotografias ao lado do renomado violonista espanhol Andrés Segóvia circularam intensamente nos periódicos uruguaio e brasileiros. Pode-se dizer que o mesmo ocorreu em relação às associações feitas pelos críticos musicais que destacavam nos jornais a importância daquele encontro para o desenvolvimento do repertório violonístico latino-americano e para sua difusão. Nota-se na imagem que Segóvia e Villa-Lobos estão acompanhados pelo crítico musical Alberto Soriano.

Referências Bibliográficas

- AMATO, Rita de Cássia Fucci. A função ideológica do canto em conjunto no projeto de Villa-Lobos durante a Era Vargas: análise a partir dos guias de Canto orfeônico (1940; 1951). Simpósio Internacional Villa-Lobos. p.7-12/147. Universidade de São Paulo, Brasil. 2009.
- AMORIM, H. Abel Carlevaro e Heitor Villa-Lobos: a relação entre dois pilares do violão latino-americano. In: *IV Simpósio Villa-Lobos (USP) - 2018*, São Paulo. Anais do IV Simpósio Villa-Lobos - São Paulo/ ECA-USP. São Paulo: ECA-USP, p. 33-39. 2018.
- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário. *Villa Lobos Mundo Musical*. 1945. In: COLI, Jorge. *Música final: Mário de Andrade e sua coluna jornalística Mundo Musical*. São Paulo: Unicamp, 1998.
- ARCANJO, Loque. *O ritmo da mistura e o compasso da História: o modernismo musical nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- ARCANJO, Loque. Francisco Curt Lange e modernismo musical no Brasil: Política e Redes Sociais entre os anos 1930 e 1940. *E-*

- hum Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH, v. 3, p. 66-81, 2010.
- ARCANJO, Loque. As representações da nacionalidade nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos. *Revista Escritas* (Goiânia), v. 2, p. 77-101, 2010.
- ARCANJO, Loque. Francisco Curt Lange e Mário de Andrade entre o Americanismo e o Nacionalismo musicais (1932-1944). *Revista Temporalidades*. Belo Horizonte. v. 3, p. 35-57, 2011.
- ARCANJO, Loque. (Re)dimensionando as fronteiras do nacional: identidades musicais de Heitor Villa-Lobos entre o Americanismo e o Pan-americanismo. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, v. 11, p. 115-141, 2011b.
- ARCANJO, Loque. História da Música: Reflexões teórico-metodológicas. *Modus: revista da Escola de Música da UEMG*, v. 07, p. 3-13, 2012
- ARCANJO, Loque. *Os sons de uma nação imaginada: as identidades musicais de Heitor Villa-Lobos*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2016.
- ARCANJO, Loque. Um músico brasileiro em Nova York: o Pan-Americanismo na obra de Heitor Villa-Lobos (1939-1945). Rio de Janeiro: *Revista Estudos Políticos*, v. 6, p. 467-486, 2016a.
- ARCANJO, Loque. A correspondência entre Heitor Villa-Lobos e Francisco Curt Lange: nacionalismo e americanismo musicais entre os anos 1930 e 1940. In: III SIMPÓSIO VILLA-LOBOS, 2017, São Paulo. *ANAIS DO III SIMPÓSIO VILLA-LOBOS*. São Paulo: ECA-USP, p. 120-134, 2017.
- ARCANJO, Loque. Resenha do livro 'Villa-Lobos, um Compêndio: Novos Desafios Interpretativos'. *REVISTA MÚSICA* (ONLINE). São Paulo: ECA/USP, v. 18, p. 226-238, 2018.
- ARCANJO, Loque. O dossiê Villa-Lobos e o Choros n.10: modernismo, "plágio" e opinião pública em tempos de crise política no Brasil (1952-54). In: IV Simpósio Villa-Lobos, 2018, São Paulo. *Anais do IV Simpósio Villa-Lobos*. São Paulo: ECA/USP, p. 217-235, 2018.
- ARCANJO, Loque. Heitor Villa-Lobos e o americanismo musical de Francisco Curt Lange. In: III Simpósio Nacional Villa-Lobos: análise musical, história e conexões 55º Festival Villa-Lobos, 2018, Rio de Janeiro. UFRJ: *Anais do III Simpósio Nacional Villa-Lobos: análise musical, história e conexões 55º Festival Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 60-72, 2017.
- BAGGIO, Kátia G. *A "outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. (Tese de doutorado). São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998.
- BELCHIOR, Pedro. *O Maestro do Mundo: Heitor Villa-Lobos (1997-1959) e a Diplomacia Cultural Brasileira* (Tese De Doutorado). Niterói: Programa de Pós-graduação em História. UFF, 2019.
- BELCHIOR, Pedro. *Carmen Miranda e Heitor Villa-Lobos: a imprensa hegemônica e a defesa da difusão da música brasileira no exterior no Estado Novo*. Guarulhos/SP: Anais Anpuh, 2018.
- BUSCACIO, Cesar M. *Americanismo e nacionalismo musicais na correspondência de Curt Lange e Camargo Guarnieri (1934-1956)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 167-179, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho. (Org.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. 1ed. Assis-SP; São Paulo: FCL-Assis-UNESP; LEHA-FFLCH-USP, e-book - site: www.fflch.usp.br/dh/leha, 2010. Acesso em 05/08/2019.
- CARAMELLA, Elaine. História da arte: fundamentos semióticos. EDUSC, Bauru. 1998.
- CHERNÁVSKY, A. *Um maestro no gabinete: música e política no tempo de Villa-Lobos*. 2003. In: Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha. Campinas. Campinas: 2003.
- CONTIER, A. D. Modernismos e Brasilidade: música, utopia e tradição In: NOVAES, Adauto. (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CONTIER, A. D. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. Bauru: EDUSC, 1998.
- CURT LANGE, Francisco. *Boletim Latino-americano de Música*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 6, 1946.
- CURT LANGE, Francisco. Villa-Lobos y el Americanismo Musical. *Revista musical de Venezuela*. Local: Caracas, n. 25, 1988.
- DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 70-97, 1990.
- DUDEQUE, N. Villa-Lobos e a herança do estilo culto nas Bachianas Brasileiras. In: IV Simpósio Villa-Lobos, 2018, São Paulo. *Anais do Simpósio Villa-Lobos*. São Paulo: ECA USP, 2018. v. 1, p. 237-265.

- DUTRA, E. R. F. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- GALINARI, M. M. *Estratégias político-discursivas do Estado Vargas: uma análise semiolinguística dos hinos de Villa-Lobos*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado. Departamento de Letras, 2004.
- GEERTZ, Clifford, 1926 – *A Interpretação das Culturas* – 1º ed., 13º reimpressão – Rio de Janeiro, RJ – LTC, 2008.
- GEERTZ, Clifford. A Arte como sistema cultural. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Investigando Piero*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- GUÉRIOS, P. R. *Villa-Lobos: o caminho sinuoso da predestinação*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GUÉRIOS, P. R. *Heitor Villa-Lobos e o ambiente artístico parisiense: convertendo-se em um músico brasileiro*. v. 9, n.1. Mana, abr. 2003a.
- GINZBURG, C. “David, Marat: arte, política e religião” In: *Medo, reverência e terror*. SP: Cia das Letras, 2009.
- GINZBURG, C. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário.” In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. SP: Cia das Letras, 1990.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FUGELLIE, Daniela. ¿El “embajador de Schoenberg” en Sudamérica? Francisco Curt Lange como promotor de la música de vanguardia (1933–1953). *Latin American Music Review*, 39(1), 53–88, 2018
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, p. 111-153, 2005.
- MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo. *História*, São Paulo, Brasil. v. 26, n. 2, p. 61-91. 2007.
- MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKI, C. B.; LUCA, T. R. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Estevão R., História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 73-95, 2012.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: the extensions of man*. McGraw-Hill Education, Londres. 1964.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. *A missão cultural brasileira no Uruguai: a construção de um modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. São Paulo: USP, 2015.
- NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. *O Papel de Getúlio Vargas na elaboração de uma Diplomacia Cultural para a América Latina, após os anos 30*. In: II Colóquio Pensar e Repensar a América Latina, 2016, São Paulo. II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina_Anaís. São Paulo: Prolam-Usp, 2016. v. 1. p. 01-13.
- PAOLIELLO, Guilherme. Villa-Lobos e o canto coletivo na Era Vargas (1930-1945). *Artefilosofia (Ouro Preto)*, v. 1, p. 151-159, 2006.
- PEPPERCORNE, Lisa M. Some aspects of Villa-Lobos principles of composition. In: *Music Review*, v. 4, n. 1, fev. 1943. In: Villa-Lobos: biografia ilustrada do mais importante compositor brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- PIMENTEL, Márcia. Arquitetura das Escolas Municipais: Escolas tombadas contam a história da educação pública. MultiRio. 16 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/686-escolas-tombadas-do-rio-contam-a-historia-da-educacao-publica>>. Acesso em 21 de Setembro de 2019.
- ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- RUAS JÚNIOR, José Jarbas Pinheiro. Os cinco prelúdios para violão: entre a recepção de Andrés Segovia e Abel Carlevaro e a representação da imprensa. In: *I Simpósio Nacional Villa-Lobos: obra, tempo e reflexos*, 2015, Rio de Janeiro: Anais Edição 2015. I Simpósio Nacional Villa-Lobos, v. 1. p. 41-53, 2015.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- SALLES, Paulo de Tarso e DUDEQUE, Norton (orgs.). *Villa-Lobos, um Compêndio: Novos Desafios Interpretativos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- SANTOS, Daniel Zanella. Narratividade e tópicos em Uirapuru (1917) de Heitor Villa-Lobos. Dissertação de mestrado. *Programa de Pós-Graduação em Música*. Santa Catarina; UDESC, 2015.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e modernismo*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- VOLPE, Maria Alice. *Villa-Lobos e o imaginário edênico de Uirapuru*. Brasileira (Rio de Janeiro), v. 29, p. 29-34, 2009.
- WISNIK, J. M. *O coro dos contrários: a música em torno da Semana de 22*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

Relações Brasil-Estados Unidos (1961-1967) Os fatores domésticos e internacionais na transição da Política Externa Independente de João Goulart para o alinhamento de Castello Branco

Brazil-United States Relations (1961-1967) The domestic and international factors in the transition from João Goulart's Independent Foreign Policy to the alignment of Castello Branco

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2764>

Bárbara Benevides Torres¹

Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH);
Pós-graduanda em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Contato: torresbbarbara@gmail.com



Flávia Henriques Góes de Medeiros²

Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH);
Pós-graduanda em Estudos Diplomáticos pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN)
Contato: hgoesmedeiros@gmail.com



Gabriel Fernandes Pimenta³

Mestre e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH)
Contato: pimenta.gabriel@gmail.com



Recebido em: 29/05/2019 – Aceito em 29/07/2019

Resumo: As relações entre Brasil e EUA passam por diferentes fases que podem variar entre uma aproximação extrema e um maior afastamento entre os Estados, fazendo-se necessária a compreensão sobre o que leva à ocorrência da mudança de política externa. Isso é importante, especialmente, no período em que a PEB passa por uma mudança de orientação internacional entre a política externa independente no governo de João Goulart (1961-1964) – orientada por um afastamento da influência estadunidense – e um estreitamento das relações com os EUA durante o governo de Castello Branco (1964-1967), após o golpe militar. Por isso, este trabalho visa analisar como o sistema político doméstico do Brasil, juntamente com as pressões do ambiente externo entre esse determinado período, influenciaram a reorientação da política externa brasileira em relação aos EUA. Para tanto, foi identificada a influência dos fatores externos nas relações brasileiras com o governo estadunidense durante o período delimitado e, também, compreendido a composição do sistema político doméstico do Brasil. Ao fim foi observado os pontos de inflexão que caracterizaram a transição entre a PEI de João Goulart e a política externa de Castello Branco, resultando na reorientação da PEB para um alinhamento com o ocidente e, principalmente, com os EUA.

Palavras-chave: Mudança de política externa. Fatores internacionais e domésticos. Relações Brasil-EUA.

Abstract: U.S.-Brazil relations goes through different stages, which can oscillate between an extreme approximation to a greater distance between the States, making it necessary to comprehend what leads to foreign policy changes. This is important, especially, in the period in which Brazilian foreign policy goes through an international orientation change between the independent foreign policy under João Goulart's government (1961-1964) – oriented by the shift away from the U.S. influence – and a close relationship with U.S. under Castello Branco's administration (1964-1967), after the military coup. Therefore, this paper aims to assess how Brazilian domestic political system, along with external environment pressures between this period, influenced Brazilian foreign policy reorientation towards United States. Thus, it was identified the influence of external factors that involved the U.S.-Brazil relations at that time and, also, understood the Brazil's domestic political system. At the end it was observed the turning points that charac-

¹Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH); Pós-graduanda em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Contato: torresbbarbara@gmail.com

²Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH); Pós-graduanda em Estudos Diplomáticos pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN). Contato: hgoesmedeiros@gmail.com

³Mestre e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). Contato: pimenta.gabriel@gmail.com

terized the transition between João Goulart's independent foreign policy and Castello Branco's foreign policy, resulting in the Brazilian foreign policy reorientation to an alignment with the West and, especially, with the USA.

Keywords: Foreign Policy Change. International and domestic factors. U.S.-Brazil Relations.

Introdução

Historicamente, a Política Externa Brasileira (PEB) oscila entre uma maior aproximação ou distanciamento dos Estados Unidos da América (EUA), o qual é um importante parceiro em toda a trajetória do Brasil. A diferenciação entre as políticas adotadas que orientam o relacionamento entre esses Estados ao longo do tempo pode ser compreendida por meio do entendimento de mudança da política externa (MPE). Essa perspectiva permite explorar em que circunstâncias e sob quais condições essas mudanças podem ocorrer, levando em consideração a possibilidade de influência de fatores externos e internos aos Estados (HERMANN, 1990).

Assim, considerando as diversas variáveis que compunham o contexto da década de 1960, esta pesquisa busca esclarecer como o sistema político doméstico do Brasil, concomitantemente às pressões do ambiente externo, entre o período democrático de João Goulart e o governo militar de Castello Branco, influenciaram a reorientação da política externa brasileira em relação aos EUA. Para obter uma resposta clara sobre determinado propósito, pretende-se, como pontos fundamentais, identificar a influência dos fatores externos nas relações brasileiras com o governo estadunidense durante o período delimitado; entender o sistema político doméstico do Brasil a partir da composição e da relação de suas constituintes e, por fim, observar os pontos de inflexão que caracterizaram a transição entre a PEI de João Goulart e a política externa de Castello Branco.

Ao longo do trabalho objetiva-se alcançar respostas que auxiliem a compreensão do que foi proposto, podendo, assim, contribuir para o aprofundamento da temática nas discussões teóricas e literárias. A mudança de política externa é pouco discutida no campo das Relações Internacionais (RI) no contexto brasileiro, principalmente no que diz respeito a eventos que tratam da historicidade do Brasil e do determinado período entre os governos Goulart e Castello. Sendo assim, este trabalho pode contribuir para a complementação do aparato teórico e histórico, potencializando, também, um entendimento mais profundo dos eventos passados que possibilite uma melhor compreensão de como se dão as relações contemporâneas entre Brasil e EUA.

Por ser, então, um trabalho que abrange elementos que envolvem conceitos e história é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, a qual tem a capacidade de lidar com os fatores que compõem as interações entre o local e o global, contribuindo para o entendimento e conexão dos elementos que guiam as relações entre os dois Estados. Sendo assim, para alcançar um aprofundamento da proposta fez-se necessária a busca de informações por meio da pesquisa exploratória, uma vez que permite ampliar a apreensão de conhecimento sobre o tema. Isso foi feito a partir do levantamento bibliográfico por intermédio de livros de leitura corrente, publicações periódicas e pesquisa documental (em arquivos que receberam, ou não, tratamento analítico). Assim, foi possível mobilizar materiais voltados para a história da política externa brasileira e para o corpo teórico, podendo sustentar as partes descritivas e analíticas do trabalho.

Mudança de Política Externa

Os modelos de análise de política externa voltados para a compreensão das mudanças no processo de formulação e implementação de medidas transformaram-se substancialmente desde a formação das Relações Internacionais enquanto campo autônomo de estudos, ainda que permaneça a tensão expli-

cativa entre agência e estrutura. O Estado segue como ator preponderante, a despeito da maior permeabilidade das análises a atores sociais, e mesmo individuais, assim como ao peso explicativo de constrangimentos sistêmicos.

A atual compreensão da política externa parte da virada behaviorista nas décadas de 1950 e 1960. A análise das ações estatais dispensou o caráter parcimonioso das teorias tradicionais, o qual desconsidera fatores e elementos que influenciam nas decisões. As novas concepções formuladas ampliam o escopo de análise, abrangendo, além de mais objetivos externos, outros atores governamentais e não-governamentais - considerados importantes para a formação dos interesses nacionais. As informações são cruzadas com variáveis observadas em diferentes níveis, permitindo explicar decisões e comportamentos estatais de forma mais detalhada (JESUS, 2014). Marco dessa mudança foi a obra de Snyder, Bruck e Sapin (1954), que abre espaço para considerar o Estado composto por diversos atores oficiais que possuem legitimidade e autoridade para formular e tomar decisões em nome do Estado. Além de abordar de forma até então inédita a formulação de decisões, e não apenas seu resultado, a obra define o interesse nacional como decorrência da compreensão que os atores - responsáveis pela tomada de decisão - possuem dos fatores internos e externos presentes no contexto em que estão inseridos. A ação do Estado no ambiente internacional é baseada, então, nas percepções e condutas individuais dos atores, os quais formulam em conjunto, como um governo unitário, as decisões adequadas para determinada situação.

Novo avanço veio da seminal obra de Graham Allison (1969), que seccionou as perspectivas de ação e racionalidade estatais em três modelos. O Modelo I leva em conta que as decisões têm origem na escolha unificada e intencional dos governos, definidos como agentes unitários e racionais que tendem a tomar decisões capazes de atingir de modo mais próximo possível as metas e os objetivos da nação. As limitações deste são dadas pelo Modelo II, que enfatiza as regularidades de ação e limitações das burocracias e seus processos organizacionais padrão (SOP), de modo a perder eficiência em casos imprevistos, e o Modelo III, que indica que, no âmbito do Estado, os agentes à frente das burocracias conduzem disputas por recursos e prestígio sem considerar o resultado eficiente para o Estado. A despeito de limitações empíricas, os modelos complementares de Allison seguem como referência para a análise dos processos intraestatais em tomada de decisão de política externa (PAQUIN, MORIN, 2018).

Em que pese a relevância da perspectiva mencionada, há a perspectiva de que os argumentos burocráticos são insuficientes para explicar propriamente as decisões em política externa por possuírem foco limitado em torno dos processos e arranjos institucionais formais, ignorarem o papel do relacionamento político entre os grupos e não explorarem devidamente o peso explicativo de constrangimentos internacionais sobre a tomada de decisão interna. Caberia compreender como as características internas de Estados similarmente localizados no sistema resultam em diferentes formulações de política externa, permitindo assim maior comparabilidade (GOUREVITCH, 1978).

O conflito sobre como o poder será exercido e as lutas políticas entre opiniões diferentes frente às opções disponibilizadas por constrangimentos sistêmicos, tais como riscos militares e a inserção na divisão internacional do trabalho, são cruciais na modificação do comportamento estatal. Há destaque para partidos políticos, organizações e outros grupos sociais, barganhando em torno de seus interesses. Nesse sentido, os sujeitos políticos que comandam as burocracias, tais como partidos e lideranças, ganham relevância (GOUREVITCH, 1978). Segundo Sposito (2012), é necessário compreender quais são as fontes, além dos processos decisórios, que levam ao rompimento com tais estruturas e resultam em uma mudança de política externa.

Charles Hermann (1990) busca compreender a natureza da MPE e seus efeitos sobre o governo e suas constituintes, assim como a consequência disso para outros países. Considera-se a possibilidade de ocorrência de quatro tipos de redirecionamentos da política externa, organizados em uma escala que varia do nível mais brando ao mais extremo de mudança: 1) ajuste; 2) programa; 3) problema/objetivo; 4) orientação internacional. A mudança de orientação internacional é a forma mais extrema de redirecionamento da política externa de um Estado e diz respeito a uma alteração completa de seu papel e de suas das atividades exercidas na política internacional.

A abordagem de MPE busca integrar fatores internos e externos, sem tratar de forma exógena a capacidade de agência (HUDSON, 2005). Segundo Gustavsson (1999) as fontes da mudança se associam necessariamente às estruturas doméstica e internacional, sendo que essa junção decorre de fortes incentivos para a alteração do *status quo* do meio decisório, levando a modificação das ações do Estado no ambiente internacional. A ocorrência de perspectivas excludentes de inserção internacional entre os grupos internos, a escolha de um líder capaz de impor suas convicções próprias sobre todo um governo, a militância burocrática⁴, a reestruturação do sistema político doméstico e a existência de choques externos são fatores capazes de ensejar mudanças de orientação.

Segundo Sposito (2012) é possível utilizar os tipos propostos por Hermann para realizar uma análise a respeito das mudanças ocorridas entre regimes. Definidas como a mudança no grupo dominante e na estrutura decisória de um Estado, a mudança de regime é capaz de estabelecer política externa com motivações, métodos e objetivos diferentes daquela conduzida anteriormente (HAGAN, 1989). Dentre as tipologias de mudança de regime, destaca-se a mudança de regime tipo IV, a qual diz respeito a “uma transformação revolucionária em que um grupo político é substituído por um grupo antissistema que, fundamentalmente, reestrutura o sistema político” (*idem, ibidem*, p. 145), via de regra associada a momentos revolucionários ou de golpes militares, os quais são responsáveis por desfazer as estruturas democráticas de um Estado e reprimir grupos políticos. Nos casos de mudança de regime de tipo IV, há dois motivos para a reorientação da política externa a partir da mudança de regime: a percepção da liderança sobre as ameaças internacionais e a avaliação sobre o nível da gravidade dessas pressões externas (HAGAN, 1989). Tal perspectiva é sustentada pela perspectiva de que constrangimentos sistêmicos são variáveis explicativas relevantes para a política externa; eles, todavia, não são determinantes, o que sinaliza o refino da abordagem entre agência e estrutura na análise de política externa contemporânea (SCHULTZ, 2013).

A liderança de um Estado formula suas ações no ambiente internacional de acordo com as respostas em relação às ameaças externas. Dessa forma, após uma mudança na institucionalidade interna, se a concepção sobre os constrangimentos presentes no SI é interpretada de forma diferente, as decisões e ações voltadas para a política externa também serão distintas, de modo a tentar coadunar resistência a pressões internas e busca por interesses nacionais autônomos (HAGAN, 1989, STERLING-FOLKER, 1998).

A questão ideológica pode ser potencializada a partir da forma como o SI se estrutura, podendo variar entre a uni/bi/multi polaridade. A estrutura também se configura segundo a existência de potências hegemônicas, as quais podem possuir interesses de ação em nível regional e, a partir disso, influenciar comportamentos semelhantes nos Estados passíveis dessa atuação. Tal perspectiva pode ser analisada por meio do entendimento de intervenção eleitoral partidária por grandes potências (PEIG)⁵, a qual pode ser definida como a ação de um Estado soberano (especificamente potências) para influenciar os resultados eleitorais em outro Estado soberano a fim de ferir os objetivos ou favorecer um dos lados que está competindo. Essa ação pode ocorrer de maneira encoberta ou abertamente,

⁴ Definida como a ação de grupo de atores dentro de uma mesma agência, ou dispersos em diferentes esferas burocrática, mas com objetivos em comum e interações regulares, que buscam defender uma nova política. O conceito engloba substancialmente noções desenvolvidas por Allison (1969).

⁵ Sigla para o nome original em inglês *partisan electoral intervention by the great powers*. Tradução nossa.

tanto no que tange ao financiamento de campanha (de forma direta ou indireta), quanto em relação a divulgação de materiais enviesados e favoráveis a um lado específico. A ação pode ser seguida da diminuição de ajuda externa como empréstimos, comércio, entre outras medidas (LEVIN, 2016).

Tendo em vista o papel dos fatores políticos domésticos e internacionais dentro de um sistema iterativo de determinação da política externa de um Estado, Rosati⁶ (1994, *apud* SPOSITO, 2012) caracteriza a existência de ciclos que variam entre períodos de estabilidade - a qual demonstra uma constância na linha de política externa - e de transição - cercado de instabilidades que propiciam a MPE. Assim, os momentos com maior probabilidade de ocorrer uma mudança de política externa são observados quando existem modificações, tanto na sociedade doméstica quanto no ambiente internacional, que contradizem as políticas existentes em um governo, diminuindo a legitimidade da ação da liderança vigente.

A partir dos elementos apresentados, é possível incorporar os conceitos discutidos a uma análise mais precisa sobre os fatores que levaram à mudança de política externa do governo de João Goulart (1961-1964) para o governo militar de Castello Branco (1964-1967). A discussão sobre o tema é viável devido, primeiramente, à consideração de diversos atores e variáveis que vão além do que as abordagens parcimoniosas presumem, uma vez que se observa uma complexidade de relações que moldam a política externa brasileira do período. Ademais, há ganhos potenciais de integração entre evidências históricas do caso brasileiro ao corpo de literatura de análise do campo. Assim, faz-se necessária a análise inter-relacionada das condicionalidades domésticas e internacionais a fim de compreender em que medida elas são determinantes na mudança de orientação internacional sobre as relações bilaterais entre Brasil e EUA.

O Brasil “independente” de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

A posse de Jânio Quadros em Janeiro de 1961 foi carregada de responsabilidades devido às instabilidades internas e externas deixadas por Kubitschek no governo anterior. Por um lado, no âmbito internacional, ocorria uma crise econômica e política hemisférica, a qual caracterizava-se pela estagnação das economias menos desenvolvidas, por uma onda nacionalista populista e pela repercussão da Revolução Cubana. Ao mesmo tempo, domesticamente, o Brasil também enfrentava dificuldades nas esferas sociais, econômicas e políticas. A população urbana crescia, sendo representada pela classe média, operários e burguesia, os quais reivindicavam mais participação - juntamente com o desemprego e a instabilidade inflacionária, levando ao aumento do custo de vida (LIGIÉRO, 2011).

Diante desse cenário, Jânio Quadros era considerado o candidato mais adequado para atender as necessidades do momento. Quadros apresentava um discurso amplo que continha princípios atrativos à todas as classes (altas e baixas) e defendia uma economia com elementos voltados para o liberalismo. Contudo, a eleição nesse período era caracterizada pelos votos individuais à cada candidato, independente se os candidatos fossem da mesma chapa ou de chapas diferentes – ou seja, a população votava para o presidente e para o vice-presidente separadamente. Dessa forma, João Goulart foi eleito vice-presidente, sendo um representante mais voltado à esquerda brasileira (SKIDMORE, 2000).

Os sete meses de gestão de Jânio e do seu ministro de Relações Exteriores, Afonso Arinos, foram marcados por uma política externa de inovação. O Brasil buscava adotar uma postura crítica e de afastamento do governo dos EUA, e estreitou relações com governos socialistas. As características diplomáticas adotadas por Quadros, contudo, não agradavam a direita brasileira. As forças internas de contestação à política de Quadros levaram o presidente a propor sua renúncia, a qual foi prontamente aceita

⁶ ROSATI, Jerel A. Cycles in Foreign Policy Restructuring: the politics of continuity and change in U.S. foreign policy. In: ROSATI, J.A.; SAMPSON, M. W.; HAGAN, J.D. Foreign Policy Restructuring. How governments respond to Global Change. Columbia: University of South Carolina Press, 1994. 316 p.

pelo Congresso (SKIDMORE, 2000).

Com a saída de Jânio em 1961, a sucessão legal à presidência seria o vice-presidente eleito, João Goulart. Contudo, Goulart possuía fortes opositores em relação a sua política considerada esquerdista, resultando na ascensão de um movimento contra o seu direito constitucional de assumir como presidente. Ademais, durante o processo de renúncia de Quadros, o vice-presidente encontrava-se em missão diplomática na China comunista – fator que intensificou a mobilização contra Goulart, uma vez que, na perspectiva opositora, representava uma confirmação sobre sua posição política (SKIDMORE, 2000). Os ministros militares de Quadros representaram o principal obstáculo para o processo de sucessão, uma vez que detinham um alto poder de influência no Congresso. Dessa maneira, compreende-se a existência de uma militância burocrática articulada pelos militares a fim de defender o impedimento de João Goulart (FIGUEIREDO, 1993).

Para solucionar a crise política que cercava a posse de João Goulart, foi proposta uma solução de compromisso em torno da mudança do sistema presidencialista para o parlamentarismo, visando a estabilidade institucional brasileira, assim como buscando limitar os poderes de Goulart. Assim, no dia 2 de setembro de 1961, instituiu-se o primeiro governo parlamentarista do Brasil no período republicano e permitiu que João Goulart pudesse assumir a presidência (SKIDMORE, 2003). Se por um lado o sistema parlamentarista atenuou as agitações políticas internas e garantiu que João Goulart fosse presidente, ele também foi um empecilho para que os projetos de reforma socioeconômicas do novo governo fossem realizadas (FIGUEIREDO, 1993).

A limitação de poderes presidenciais do parlamentarismo também teve impacto no âmbito diplomático, permitindo que chancelaria e o Itamaraty tivessem maior influência na condução da política externa do Brasil. Dessa forma, o então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, passou a ter mais autonomia e foi o principal responsável por defender os interesses do Brasil internacionalmente nesse período (VIZENTINI, 2008). A Política Externa Independente (PEI) estruturada por Dantas pode ser sintetizada como um projeto construído visando exclusivamente os interesses brasileiros que seriam isentos de um posicionamento ideológico, quais sejam: (i) emancipação econômica e desenvolvimento e (ii) conciliação histórica entre o regime democrático representativo e reforma social para suprimir a opressão de classes. Esse comportamento era informado pelo conjunto de ideias em torno da Política Externa Independente iniciada na gestão de Jânio Quadros - e continuada no governo de Goulart (DANTAS, 2011).

Entretanto, essa política teve dificuldades de aceitação, tanto interna quanto externa, advindas de uma oposição ao novo governo de Goulart. A PEI de Goulart, pautada por práticas menos liberais e mais voltadas para o desenvolvimento nacional sem ingerência externa, preocupou os setores mais conservadores da sociedade brasileira, assim como afetou a relação com os países ocidentais capitalistas, especialmente com os EUA, uma vez que afetava diretamente o interesse estadunidense de exercer influência sobre o país (VIZENTINI, 2008). Essa relação também foi afetada devido ao caráter universalista e não alinhado que o projeto carregava em seus princípios. Tendo em vista que os EUA eram a grande potência capitalista em meio à bipolaridade do Sistema Internacional, uma política externa fora dos eixos de alinhamento ocidental aparentava ser uma forma de alinhamento ao bloco socialista e gerava atritos quando certas discussões eram pautadas.

Uma das divergências entre o posicionamento brasileiro e o estadunidense deu-se com a Crise dos Mísseis de Cuba, o que pode ser identificado dentro da leitura de Hermann (1990) sobre a importância dos eventos internacionais de grande impacto. Enquanto os EUA enxergaram o evento de forma

drástica e defendia um isolacionismo e aplicação de sanções à Cuba, o Brasil, por meio da PEI, defendia uma solução negociada baseada nos princípios de coexistência pacífica, autodeterminação dos povos e da não-intervenção em assuntos domésticos. Isso pode ser explicado, também, segundo o que Hagan (1989) considera como a percepção da liderança sobre ameaças internacionais. Assim, entende-se que a política de João Goulart comportou-se dessa maneira pois não compreendia o viés ideológico como uma ameaça para as relações com outros países. Ao contrário, a PEI de Goulart pressupunha que um isolamento cubano seria mais nocivo para a segurança internacional do que a abertura de diálogo para o desarmamento. Da mesma maneira, o Brasil defendia a retomada das relações com a URSS e outros países socialistas baseando-se, principalmente, na importância do comércio exterior para o projeto de desenvolvimento da época. Dessa forma, percebe-se a execução de uma política externa mais orientada por objetivos pragmáticos do que por uma defesa ideológica *per se*.

Não obstante, o posicionamento de Goulart era constantemente interpretado como uma ameaça de instauração de um governo comunista no país, tendo em vista também as medidas domésticas de reformas que eram propostas. A partir de um posicionamento mais preocupado com as questões sociais, Goulart propõem uma série de reformas estruturais (i.e. a reforma agrária, a reforma educacional e a reforma institucional), o que desagradou não somente a coalizão governante, mas também contrariou os interesses de grupos civis mais conservadores como os grandes proprietários rurais, a classe média, juntamente com a ala militar. Em contrapartida, havia um crescente movimento popular para a convocação de um plebiscito que retomasse o regime presidencialista brasileiro e a favor das reformas sociais. Tal mobilização dos nacionalistas e da esquerda brasileira preocupava o governo estadunidense (VIZENTINI, 2008).

Os EUA temiam o alargamento da esquerda brasileira, que para eles representava uma iminente ameaça comunista no país. Dessa maneira, nas eleições de 1962, o governo estadunidense buscou conter as forças da esquerda apoiando candidaturas de grupos políticos que eram denominados como “governos com eficiência” ou “ilhas de sanidade” – grupos antigovernistas mais voltados à direita brasileira. Os EUA visaram especialmente o nordeste brasileiro para o envio de verbas direcionadas a partir de um cunho político da Aliança para o Progresso por meio da *United States Agency for International Development* (USAID). Isso pode ser entendido dentro da perspectiva de Sposito (2012) sobre a ação de potências hegemônicas na tentativa de influenciar Estados a fim de satisfazer seus interesses regionais. Assim, tendo em vista que o governo estadunidense almejava ter predomínio na América Latina em meio à Guerra Fria, era conveniente que influenciassem os rumos que o Brasil tomaria. A partir desses objetivos, os EUA destinaram verbas da Aliança para o Progresso para campanhas de candidatos oposicionistas no nordeste brasileiro nas eleições de 1962, além de fomentar propaganda anticomunista no país a fim de conter o alargamento da esquerda.

Parte do envio das verbas foi feito pela USAID, enquanto outra quantia era financiada pela CIA e foi encaminhada para empresas estrangeiras e brasileiras, os quais utilizaram agências como o IBAD e o IPES para gerir as campanhas políticas. Dessa forma, podemos caracterizar a ação dentro do entendimento de intervenção eleitoral partidária por grandes potências (PEIG) proposta por Levin (2016), especificamente como um financiamento indireto às campanhas direitistas no Brasil. A intervenção também pode ser observada no âmbito da propaganda política, tendo em vista que os financiamentos também eram alocados para a produção de propagandas anticomunistas que favoreciam os candidatos oposicionistas e aumentavam a percepção de uma imagem negativa sobre Goulart.

Ainda durante o período eleitoral de 1962, João Goulart estava preocupado com seu próprio lugar

no governo. O presidente buscava adiantar o plebiscito para instituir o retorno do presidencialismo e, por meio de um plebiscito votado em 1962, o eleitorado brasileiro decidiu que o sistema de governo parlamentarista não deveria continuar vigente (TSE, 2018). Assim que recuperou os poderes presidenciais, Goulart buscou resolver o problema da crise econômica ao propor o Plano Trienal como o centro dos esforços nos cinco primeiros meses. O Plano Trienal, coordenado pelos esforços de San Tiago Dantas e Celso Furtado, tinha como objetivos combater a inflação em três anos, recuperar o crescimento econômico e diminuir as desigualdades de renda a partir da execução de reformas. Para a execução bem sucedida do Plano Trienal, era necessário lançar mão de esforços para atrair investimento externo, especialmente a ajuda estadunidense. Para tanto, a política externa ganhou uma conotação mais amena a fim de desfazer a ideia de um governo esquerdista e, assim, garantir a obtenção de crédito (SKIDMORE, 2003).

Os obstáculos em relação a atração de investimentos externos aumentavam na medida em que os EUA continuavam seus esforços para minar a atuação do presidente por meio do controle sobre a oferta de crédito no SI. O governo estadunidense acreditava que os empréstimos das organizações internacionais seriam direcionados para a guerrilha comunista no Brasil, usando de sua influência sobre as instituições que poderiam fornecer crédito ao governo brasileiro (como o FMI e o Banco Mundial) para limitar o capital estrangeiro para Goulart. Dessa forma, a falta de investimento externo influenciada pelos EUA dificultou a efetividade dos planos econômicos do presidente, aumentando ainda mais a insatisfação doméstica com seu governo. Entretanto, a interferência estadunidense em políticas internas do Brasil não ocorreu somente no campo econômico. Havia a suspeita de que a CIA e outros grupos militares estariam infiltrando-se no país e colaborando com a parcela antigovernista, tendo, assim, influência direta dos EUA para o incentivo e organização dos grupos opositores. Isso demonstra a contribuição das pressões externas para o enfraquecimento do governo brasileiro (VIZENTINI, 2008).

Goulart, observando o aumento e gravidade da oposição, juntamente com a pressão interna para uma resolução dos impasses econômicos e políticos, foi instigado a solicitar o Estado de Sítio no Brasil e submeteu o projeto ao Congresso (VIZENTINI, 2008). Isso fez com que a esquerda enxergasse a ação do Executivo como antidemocrática e retirasse seu apoio ao presidente. Goulart, então, busca reagir e promulga a Lei de Remessas de Lucros – a qual limitava a parcela de lucro que empresas estrangeiras instaladas no Brasil poderiam enviar de volta para suas matrizes. Além disso, Goulart busca apoio populacional para a realização das reformas (estrutural e constitucional), vislumbrando a possibilidade de fazê-las por decreto, sem autorização do congresso (SKIDMORE, 2003).

As propostas para o Estado de Sítio e a realização das reformas foram consideradas como ações radicais e antidemocráticas, levando à desconfiança das constituintes sobre a postura de Goulart e, sucessivamente, a realização da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade - movimento militante da classe média e de grupos religiosos. Esse cenário de crescente oposição a João Goulart era propício para os conspiradores seguirem em frente com os seus intentos de tomada do poder. A conspiração político-militar já estava estabelecida e em 27 de março, quando Goulart demite o Ministro da Marinha, foi decidido que era hora de agir e derrubar o presidente (SKIDMORE, 2003).

A movimentação para o golpe começa no dia 30 de março, quando tropas são mobilizadas em Juiz de Fora e em São Paulo rumo ao Rio de Janeiro. Além disso, foi acionado o apoio militar estadunidense no litoral brasileiro para dar suporte aos militares nacionais, o qual foi conhecido como a Operação Brother Sam (VIZENTINI, 2008). João Goulart, ao tomar conhecimento desses acontecimentos e tendo a percepção da dificuldade em que se encontrava, decide deixar o Rio de Janeiro no dia 1º de abril di-

recionando-se para o Uruguai em busca de asilo político, concretizando os intentos da oposição para derrubar o presidente (SKIDMORE, 2003).

Com isso, é possível observar que houve a continuação de um processo de militância burocrática, no qual atingiu seu maior objetivo com o alcance da saída do presidente. Além disso, a retirada do apoio da esquerda e a aproximação dos grupos da direita com o setor militar são ocorrências fundamentais para a reestruturação doméstica do governo brasileiro (HERMANN, 1990). Contudo, é importante acentuar que o movimento opositor interno também ganhou forças pela influência externa dos EUA. Sendo assim, a combinação das forças internas de oposição, juntamente com a parcela conspiradora, somada às pressões e ações externas culminaram no rompimento da estrutura governamental vigente (GUSTAVSSON, 1999).

O Brasil (inter)dependente de Castello Branco (1964-1967)

O golpe de Estado que retirou João Goulart do posto de presidente gerou uma instabilidade política no cenário doméstico brasileiro. Contudo, a iniciativa do golpe foi formulada e efetivada majoritariamente pela ala militar, a qual almejava obter controle sobre a política brasileira alegando que o Brasil demandava mudanças governamentais. Assim, desde o primeiro momento houve forte pressão dos militares para a retirada de atores do legislativo que eram considerados apoiadores do antigo governo. Como resposta, os ministros militares formaram arbitrariamente o Supremo Comando Revolucionário, o qual começou a mudar de forma temporária algumas regras democráticas com a publicação do Ato Institucional nº1 (SKIDMORE, 2000). O Ato atribuía maiores poderes ao Executivo, concedendo-o mais autonomia de ação a partir da limitação do congresso. Além disso, atribuiu ao Executivo o poder de suspender os direitos políticos, incluindo a cassação de mandatos de membros legislativos nos âmbitos federais, estaduais e municipais. Essas medidas permitiam ao presidente maiores manobras políticas visando a manutenção de poder do novo governo (SPOSITO, 2012).

Com as alterações estipuladas pelo Ato e com grande apoio dos militares e maioria dos políticos civis, o congresso rapidamente elegeu como presidente no dia 11 de abril um dos líderes do golpe, o General Humberto de Alencar Castello Branco. Como vice-presidente foi eleito José Maria Alkmin, o qual era aliado dos militares (SPOSITO, 2012). Castello Branco era uma figura estratégica devido a sua capacidade de exercer um papel mediador entre as oposições, podendo observar a importância da escolha de um líder capaz de sustentar os interesses e princípios do governo de forma a equilibrar as diferentes posições (HERMANN, 1990).

A posse de Castello foi seguida por um período de expurgo no congresso. A pressão exercida pelos militares para a cassação dos direitos políticos de pessoas consideradas como adeptas ao comunismo e ao antigo governo brasileiro levou à suspensão de direitos de 378 indivíduos. Os cargos vazios foram preenchidos por apoiadores do regime vigente e alguns outros setores da administração pública foram ocupados por tecnocratas liberais e empresários (SKIDMORE, 2000). Sendo assim, foi formada uma classe governadora de diretores e administradores de empresas e corporações, tendo como consequência a formulação de políticas direcionadas para grupos sociais específicos da elite brasileira, especialmente os setores ligados aos recursos estrangeiros – a maior parte provenientes dos EUA. Além disso, outras substituições importantes direcionadas para uma abertura em favor do governo estadunidense foram a de ministro das Relações Exteriores e a de embaixador brasileiro em Washington (CERVO; BUENO, 2002).

Ao longo do governo Castello Branco as decisões sobre ações internas e externas tornavam-se mais centradas e repressivas, moldando a estrutura doméstica de acordo com os interesses da gestão militar.

Foi lançado em 1965 o Ato Institucional nº2, o qual tinha como seus pontos a (i) extinção da pluralidade de partidos e a existência de somente dois novos movimentos políticos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB); (ii) eleição presidencial indireta e a (iii) continuação dos poderes extraordinários ao Executivo, possibilitando a cassação dos direitos políticos dos cidadãos considerados como ameaça. Meses depois foi introduzido o Ato Institucional nº 3, estabelecendo que as eleições para governador também deveriam ser indiretas (SKIDMORE, 2000). Essas medidas conferiam maior margem de manobra para a implementação de políticas que consolidassem o novo regime e tornassem mais fácil a conquista e condução dos interesses do governo.

Com a mudança na política interna é possível observar que o golpe de 1964 não retirou somente Goulart do poder, mas realizou uma total reestruturação das constituintes. A ala militar obtém autoridade para definir os rumos do país e, com o expurgo no Congresso, a nova composição burocrática foi preenchida por apoiadores do novo governo. Entretanto, essa modificação reestrutura as dinâmicas internas do país, o que também resulta na mudança de interesses e objetivos a serem buscados. Sendo assim, é possível observar que além de alterar as constituintes, também há uma mudança de regime no Brasil.

De acordo com a conceituação do tipo IV de mudança de regime de Hagan (1989), o regime foi alterado quando houve um movimento revolucionário dos grupos opositores a Goulart, os quais foram capazes de substituir a estrutura decisória e reestruturar o sistema político com indivíduos que apoiassem os seus interesses. Outro ponto de Hagan (1989) em que pode-se observar a mudança de regime nesse momento é a ocorrência de uma revolução por meio de um golpe militar, o qual além de ignorar regras para implementar o golpe, também foi desfazendo as estruturas democráticas do Brasil e formulando novas diretrizes governamentais opressoras.

Contudo, é importante ressaltar que a mudança de regime não alterou somente o poder autoritário adquirido e imposto pelos militares domesticamente, mas também promoveu a adoção de um novo conjunto de interesses. A formação governamental doméstica reflete o interesse nacional em relação ao ambiente externo e as modificações demonstram o objetivo do novo governo brasileiro em desmantelar a Política Externa Independente do regime anterior. Castello iniciou o que era entendido como “correção de rumos”: um modelo de desenvolvimento dependente e associado, direcionado para a abertura de mercado, desestatização e livre ação empresarial (CERVO; BUENO, 2002).

Com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) o Brasil voltou-se para a satisfação dos interesses das unidades externas com o intuito de recuperar a confiança dos investidores internacionais e aproximar-se dos órgãos e Estados financiadores, especialmente dos EUA. Isso resultou rapidamente na liberação de recursos do FMI e do Banco Mundial, além da própria Aliança para o Progresso - aplicações que antes eram negadas para Goulart. Essa nova postura demonstrava ao governo estadunidense que a ameaça comunista no Brasil estava extinta com a saída do antigo presidente e que o país possuía seus interesses fundamentados no capitalismo (VIZENTINI, 2004).

O novo modelo econômico tinha como uma das principais motivações a evolução do capitalismo ocidental no SI. No governo Castello Branco o Brasil buscou uma aproximação mais intensa com os Estados capitalistas do Ocidente, mantendo uma relação privilegiada tanto economicamente quanto ideologicamente com o eixo hemisférico, principalmente em uma relação estreita com os EUA (CERVO; BUENO, 2002). Essa postura pode ser justificada pela própria influência externa do período. A pressão do conflito da Guerra Fria entre comunismo e capitalismo contribuiu para uma perspectiva do governo brasileiro sobre as ameaças do comunismo no país e no continente, dando ênfase

no contexto bipolar do SI como uma condição determinante para formular as diretrizes da PEB (OLIVEIRA, 2005).

Castello retomou o enfoque do conflito Leste-Oeste e abandonou as diferenças Norte-Sul, uma vez que tinha como justificativa a escolha entre ocidentalismo e comunismo, defendendo, dessa forma, uma política contrária à neutralista. Sendo assim, o Brasil adota uma postura anticomunista como uma forma de proteção, pressupondo que deveria haver um processo de interdependência política, econômica e militar entre os Estados ocidentais – principalmente no eixo americano – como forma de obter um plano de sobrevivência coletiva para evitar a ampliação do comunismo e o combate dessa ideologia no âmbito interno e externo, mantendo a integridade ocidental interamericana (VIZENTINI, 2004).

Contudo, segundo a compreensão de Castello Branco e seu governo, a manutenção da integridade ocidental seria impossível sem o reconhecimento dos EUA como líder do bloco ocidental e potência hegemônica na América Latina. A segurança coletiva seria com base no apoio econômico e liderança do governo estadunidense, contemplando tanto a segurança quanto o desenvolvimento dos Estados (OLIVEIRA, 2005). Entretanto, os objetivos de Castello em reconhecer a primazia dos EUA eram mais amplos, uma vez que tinha como intuito o alcançado status de subliderança regional. Em troca do total apoio político, ideológico, militar e diplomático do Brasil em garantir a segurança da região, os EUA retornariam essas ações em forma de tratamento diferenciado (VIZENTINI, 2004).

Com o objetivo de demonstrar o novo posicionamento ocidental e intensificar as relações com os EUA o Brasil rompe relações com Cuba por motivos ideológicos e defende, no âmbito da OEA, o isolamento cubano do continente – contrapondo a posição brasileira adotada no antigo governo (CERVO; BUENO, 2002). Ademais, assume o comando da intervenção das forças interamericanas de paz na crise da República Dominicana, apoiando o interesse do governo estadunidense, e demonstra suporte aos EUA quanto a Guerra do Vietnã (SIMÕES, 2010). Essa expressiva demonstração de apoio a Washington também indicava uma certa subserviência do governo brasileiro aos interesses dos EUA, o que também satisfazia os objetivos estadunidenses de manter o controle sobre a região latino-americana. Isso pode ser compreendido ao considerar que a existência de um ator hegemônico influencia as ações de outros Estados para garantir que os interesses regionais da potência possam ser alcançados (SPOSITO, 2012).

A confiança dos EUA adquirida pelo Brasil com a nova gestão rendeu ao governo brasileiro 650 milhões de dólares por meio da Aliança para o Progresso (benefício negado ao governo anterior), além de firmar pequenas cooperações e acordos de garantia de investimentos privados. Além disso, o Brasil aproximou-se de países associados aos EUA, como o Japão e alguns Estados da Europa ocidental, tendo abertura de possibilidades para novas negociações (SIMÕES, 2010).

Entretanto, mesmo com a manutenção de certa interação com os parceiros europeus, tais relações perderam destaque em comparação à tradição da PEI. O Brasil concentrou-se em preservar uma associação fundamentalmente comercial, sem intenções de aprofundar em direção a relações diplomáticas mais íntimas (SIMÕES, 2010). Essa mesma posição de afastamento também foi estendida aos Estados do Terceiro Mundo, como os Estados independentes da África, e as unidades de cunho socialista (como a URSS), visando somente preservar e ampliar o mercado de exportação dos produtos nacionais. Quanto a região asiática, o Brasil praticamente abandonou as relações com o continente. Esse posicionamento de distanciamento do Brasil era uma estratégia para não ser associado à ideologia comunista (VIZENTINI, 2004).

Com isso, é possível compreender que, de acordo com Hagan (1989), a reorientação da política externa brasileira foi motivada pela percepção que a nova liderança possuía do contexto internacional bipolar e da consideração do nível de gravidade que as influências comunistas exerciam. Ademais, a

compreensão do governo brasileiro sobre a disputa ideológica levou ao alinhamento do Brasil com o ocidente, podendo ser identificado de acordo com as políticas e alianças que o Estado brasileiro firmou com os países e órgãos ocidentais, além do comportamento de distanciamento dos outros países (SPOSITO, 2012).

O alinhamento de Castello Branco com o ocidente (especialmente com os EUA), o abandono do princípio de não-alinhamento, a redução da profundidade da universalização de parcerias e a defesa de um discurso de interdependência americanista caracterizaram um forte rompimento com a PEI do governo anterior. Com a visão da nova estrutura do sistema doméstico as políticas eram entrelaçadas e formuladas internamente, mas também motivadas pelo, e para, o ambiente internacional, o que conduziu à reorientação da política externa brasileira.

Considerações finais

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos oscila entre o alinhamento e o distanciamento brasileiro. O período da Política Externa Independente, especialmente a gestão de João Goulart, foi uma das fases em que o Brasil se afastou dos EUA, enquanto no governo de Castello Branco, retomou-se o alinhamento com os Estados Unidos, baseando-se em perspectiva de proximidade de interesses geopolíticos. O entendimento sobre mudança de política externa proposto por Charles Hermann (1990) foi o ponto orientador do aparato teórico utilizado no trabalho. Ainda, segundo Rosati (1994), os períodos com maior probabilidade de ocorrência da MPE são os momentos em que há a modificação tanto da sociedade doméstica como do ambiente internacional. A influência dos fatores de ambos os níveis ocorre em um sistema interativo, no qual a ação internacional é moldada pelas dinâmicas internas tal qual a articulação de grupos domésticos afeta as relações exteriores de um Estado (GOUREVITCH, 1978).

Houve, no governo de João Goulart, movimento de militância burocrática articulada por políticos direitistas e militares em oposição às políticas de Goulart. Essa parte da coalizão de poder buscou desarticular as propostas de reformas agrária, institucional e educacional, sustentados pela perspectiva de que Goulart representava uma ameaça comunista ao país, devido a seu posicionamento à esquerda. Notadamente, a implementação da PEI abriria espaço para o relacionamento com Estados socialistas. Essa percepção era compartilhada por outros grupos domésticos da sociedade civil, e algumas ações de Goulart fizeram com que outros setores (centro e parte da esquerda) retirassem seu apoio ao governo, determinando o início de uma reestruturação doméstica no país.

A percepção de ameaça também foi um fator orientador das iniciativas estadunidenses para o Brasil, o que se relaciona a outro objetivo deste trabalho, qual seja, identificar a influência dos fatores externos sobre a relação entre o Brasil e os EUA. O governo estadunidense temia que o Brasil se aproximasse do bloco socialista assim como Cuba, devido ao ocorrido nas crises da Baía dos Porcos de 1961 e dos Mísseis de 1962. Essa percepção estadunidense era reforçada pela busca da PEI em restabelecer relações com a URSS. A sensibilidade do tema era reforçada pela configuração bipolar do sistema internacional e pela projeção de poder dos EUA sobre a América Latina.

Os EUA agiram para conter a ameaça comunista percebida no Brasil por diversos meios: contenção de crédito externo, financiamento de grupos opositores a Goulart e sinalização de apoio a movimentos de ruptura institucional. As ações se enquadram no que Levin (2016) define como intervenção eleitoral partidária por potências hegemônicas. Houve ainda apoio aos opositoristas no âmbito militar e estratégico por meio da renovação do Acordo Militar de 1952, que ocorreu sem passar pelo pre-

sidente, com objetivo de permitir apoio formal dos EUA aos conspiracionistas. A última demonstração de intervenção estadunidense ocorreu com a Operação Brother Sam, mobilização de tropas para o litoral brasileiro como suporte às forças militares brasileiras. Ainda que não usadas, as forças mobilizadas indicam a possibilidade de ação direta dos EUA se fosse preciso.

A sequência do golpe por meio da aprovação do Ato Institucional nº 1 pelo grupo de militares do Supremo Comando, em detrimento dos ritos de passagem de poder previstos na Constituição de 1946, indica que houve tanto mudança de regime quanto reestruturação doméstica, uma vez que os militares tomam o poder e seguem estruturas institucionais diferentes das anteriormente em vigor. A reestruturação do corpo burocrático no poder sustenta a “correção de rumos”, rompendo com vários dos princípios que orientavam a PEI de Goulart. Esclarece-se o terceiro objetivo deste trabalho ao apontar os pontos de inflexão existentes entre ambos os governos. O governo Castello Branco contraria o princípio de desenvolvimento autônomo ao propor uma política externa econômica sustentada pelo desenvolvimento dependente e associado. Ademais, há o afastamento da perspectiva universalista da PEI pelo rompimento de relações com Cuba e China, por exemplo. Pode-se perceber que há um alinhamento ao polo estadunidense no sistema bipolar, em linha com a hipótese de que houve uma reorientação internacional do Brasil. A mudança de orientação de política externa brasileira pode ser considerada, então, como um resultado de ambas as forças – internas e externas – que atuaram no país para reverter as políticas de Goulart.

A pesquisa deixa abertas as possibilidades de aprofundamento da pesquisa sobre reestruturação da política externa brasileira em quadro global. O uso da relação bilateral do Brasil com outros Estados centrais do sistema internacional, assim como da atuação brasileira em órgãos multilaterais, entre o período de Goulart e Castello Branco, como método de controle e/ou reforço, pode aprofundar o conhecimento sobre o período, além de fornecer mais informações sobre as formas de mudança em política externa.

Referências bibliográficas

- ALLISON, Graham T. Conceptual models and the Cuban missile crisis in *The American. Political Science Review*, v.63, n.3, p. 689-718, sep. 1969.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: UNB, 2002. 526 p. (O Brasil e o Mundo).
- DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 372 p.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracias ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, 209 p.
- GOUREVITCH, Peter. **The Second Image Reversed: The International Sources of Domestic Politics**. *International Organization*, v. 32, n. 4, 1978.
- GUSTAVSSON, Jakob. How should we study foreign policy change?. **Cooperation and Conflict**, London, v. 34, 1999. p. 73-95.
- HAGAN, Joe D. **Domestic Political Regime Changes and Foreign Policy Restructuring in Western Europe: A Conceptual Framework and Initial Empirical Analysis**. 1989.
- HERMANN, Charles Frazer. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.
- HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **International Studies Association**, Malden, p. 1-30. 2005.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. A essência de uma subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. **Estudos Internacionais**, v. 2, n.1, p. 81-99. jan./jun. 2014.
- LEVIN, Dov H.. Partisan electoral interventions by the great powers: Introducing the PEIG Dataset. **Conflict Management and**

Peace Science, 2016, p. 1-19. Disponível em:

<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0738894216661190?journalCode=cmpb>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na Política Externa Brasileira** - A política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 412 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. Saraiva, 2005. 291 p.

PAQUIN, Jonathan; MORIN, Jean-Frédéric **Foreign Policy Analysis: a toolbox**, Cham, Palgrave Macmillan, 2018, 366 p.

SCHULTZ, Kenneth. Domestic politics and international relations *in* CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Sage: Los Angeles, 2013, 905 p.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Turbulência política interna e política externa durante o governo Castello Branco (1964-1967)**. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco(1930-1964)**. 12. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000, 514 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco(1930-1964)**. 13. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2003, 514 p.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton; HUDSON, Valerie M.; CHOLLET, Derek H.; GOLDGEIER, James M.. **Foreign Policy Decision-Making (Revisited)**. Palgrave Macmillan US, 2002. 186 p.

SPOSITO, ÍtaloBeltrão. **Redirecionamento na política externa brasileira: uma análise comparativa dos Governos Castello Branco (1964-1967) e Fernando Collor (1990-1992)**. São Paulo, 2012.

STERLING-FOLKER, Jennifer. Realist environment, liberal process, and demostic-level variables. **International Studies Quarterly**, v. 41, pp 1 – 25, 1997

TSE. Referendo de 1963. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-1963/referendo-de-1963>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1965)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 409 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

Ecoss do golpe de 1964 na Ásia Echoes of the coup of 1964 in Asia

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2768>

Marcelo Alves de Paula Lima

Doutorando em História das Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Email: marceloapl@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8993-0858>

Recebido em: 30/05/2019 – Aceito em 31/07/2019

Resumo: O objetivo deste artigo é mapear a repercussão do golpe de 1964 sobre as relações do Brasil com países asiáticos. Nossas fontes foram ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras em dois importantes países daquele continente: a República da China (Taiwan) e a Indonésia, além de recortes de jornais anexados a esses ofícios. A pesquisa foi conduzida explorando diálogos entre a História e as Relações Internacionais, considerando não só os Estados, mas também a imprensa e a sociedade civil como atores internacionais, além de valorizar as ideias e crenças desses atores.

Palavras-chave: política externa brasileira, regime militar, Ásia.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the impacts of the 1964 military coup on Brazilian relations towards Asian countries. Our sources encompass letters sent by Brazilian embassies in two important Asian countries: the Republic of China (Taiwan) and Indonesia, besides newspapers attached to those letters. The research was conducted through dialogues between History and International Relations, considering not only States, but also the press and civil society as relevant international actors, besides emphasizing the ideas and beliefs of such actors.

Keywords: Brazilian foreign policy, military regime, Asia.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar e compreender em que medida o golpe militar de 1964 afetou as relações do Brasil com países do continente asiático. Utilizaremos como fontes primárias documentos encontrados nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em Brasília, a saber: ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras e recortes de jornais locais anexados a esses ofícios.

Trabalharemos com os ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras em dois importantes países: a Indonésia e a República da China, e isso por duas razões. Em primeiro lugar, trata-se de países com grande relevância na região, não só devido à sua extensão territorial, mas ao tamanho de suas populações. No caso da República da China, convém ressaltar que o Brasil não reconhecia a China comunista, apenas a China Nacionalista. Apesar de a China Nacionalista estar restrita à pequena ilha de Taiwan (Formosa) desde 1949, ela reclamava o papel de representante dos mais de 700 milhões de chineses do continente – e assim era reconhecida pelo Brasil até 1974.

Mais importante do que sua dimensão territorial e populacional, também optamos por esses países por conta de suas trajetórias políticas. A China Nacionalista tinha um regime anticomunista, alinhado com os Estados Unidos. Já a Indonésia, no período analisado, passou de um governo neutralista (Sukarno) para um go-

verno anticomunista (Suharto). Queremos testar em que medida a ascensão de um regime anticomunista no Brasil influenciou suas relações com os dois países. Entendemos, tal como a *escola construtivista*, que “o estudo das relações internacionais deve se focar nas ideias e crenças que informam os atores no cenário internacional, bem como nos entendimentos compartilhados entre eles”¹. Dada a natureza discursiva de nossas fontes (ofícios e periódicos), é fundamental que a teoria a nos auxiliar se preocupe com as interações discursivas entre os atores internacionais, seus valores e identidades. Por isso a opção pelo construtivismo. Igualmente relevantes ao historiador das relações internacionais são as ações do homem de Estado, suas “concepções pessoais, métodos, relações sentimentais”².

Por muitos anos, a *História Diplomática* foi a abordagem mais utilizada para entender as relações entre os Estados ao longo do tempo. Entretanto, a História Diplomática acabou se desgastando devido a seu apego excessivo às fontes “oficiais”, em prejuízo das demais fontes. A partir das críticas à História Diplomática se desenvolveu a *História das Relações Internacionais*, que reconhece a importância de outros atores e fontes para além do Estado³. Isso não significa que a História das Relações Internacionais negligencia as ações do Estado, mas sim que ela tenta compreender como variáveis culturais, ideológicas, geográficas, sociais e econômicas condicionaram a atuação do Estado e seus agentes⁴.

Os documentos encontrados nos arquivos do MRE⁵ em Brasília são ricos em informações que nos mostram desde o cotidiano das embaixadas até as relações políticas. Para não nos perdermos nesse manancial de dados, daremos atenção apenas à forma como o golpe de 1964 foi recebido pelas autoridades e pela opinião pública de cada um dos países aqui abordados, ao impacto que ele teve sobre suas relações com o Brasil e ao papel desempenhado pelo corpo diplomático brasileiro.

Começaremos falando sobre a política externa brasileira nos anos 1960, desde a Política Externa Independente de Jânio Quadros até as transformações operadas em 1964. Depois analisaremos o impacto do golpe militar sobre as relações com a República da China e, em seguida, com a Indonésia. Encerraremos nossa análise com algumas reflexões gerais acerca do que foi apresentado.

A política externa brasileira nos anos 1960

O breve mandato de Jânio Quadros na presidência em 1961 representou um importante marco para a política externa ao lançar as bases da Política Externa Independente (PEI)⁶. Com a PEI, o Brasil buscava liberdade de ação internacional angariando novos parceiros, sobretudo no mundo afro-asiático. A PEI se alicerçava sobre cinco princípios: ampliação do mercado externo para fomentar o desenvolvimento industrial, formulação autônoma de planos de desenvolvimento, coexistência pacífica, autodeterminação dos povos e emancipação das colônias⁷.

Apesar das ambiguidades e desafios que a PEI enfrentou no governo Jânio e no governo João Goulart, que lhe deu continuidade, a primeira metade da década de 1960 constituiu o primeiro momento da cooperação Sul-Sul na diplomacia brasileira, rompendo o alinhamento com Washington que vigorava desde 1912⁸.

O impacto do golpe de 1964 sobre a política externa brasileira é um tema controverso. Paulo G. F. Vizontini afirma que, com o golpe de 1964, o Brasil teria abandonado a PEI, reduzido seu interesse pelo terceiro mundo e declarado fidelidade aos Estados Unidos⁹. Shiguenoli Miyamoto e Williams da Silva Gonçalves destacam que as linhas mestras da política externa do general Castelo Branco eram inspiradas pelo general Golbery do Couto e Silva, para quem não existia qualquer caminho além do Ocidente e do mundo comunista. O bloco afro-asiático seria apenas uma opção hesi-

¹JACKSON e SORENSEN, Introduction to International Relations: theories and approaches, p. 162, 168.

²DUROSELE e RENOUVIN, Introdução à história das relações internacionais, p. 6.³GONÇALVES, História das Relações Internacionais, p. 22, 23.

⁴Idem.

⁵ Sobre os desafios e possibilidades ao se trabalhar com documentos da diplomacia brasileira, ver: SANTOS, Norma Breda; UZIEL, Eduardo. “Source criticism and the History of Brazilian Foreign Policy”. In: Contexto Internacional, volume 41(1), Janeiro/Abril de 2019. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100010> - acessado dia 28 de janeiro de 2019].

⁶ Sobre a PEI, ver: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Ásia, África e a política independente do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. 132 p.; MORAIS, Isabela Carolina Barbosa. As relações diplomáticas entre o Brasil e a África: da política externa independente ao governo Lula (1960-2010). Monografia de conclusão de curso – Relações Internacionais. Centro Universitário de Belo Horizonte, 2017; VIZENTINI, Paulo G. F. Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁷VIZENTINI, Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964, p. 195-196.

⁸RODRIGUES, Interesse Nacional e Política Externa, p. 36.

⁹ VIZENTINI, Paulo G. F. Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964, p. 291-293.

¹⁰GONÇALVES e MIYAMOTO, “Os militares na Política Externa Brasileira”, 1964-1984, p. 214-215.

¹¹GEHRE, “A política externa brasileira durante os governos militares: ideias, práticas e imagens (1964-1984)”, p. 119-120.

tante pelo comunismo¹⁰. Já Thiago Gehre diz que, após o golpe, diplomatas ligados à PEI foram desligados de suas funções¹¹.

Vagner Camilo Alves e Suhayla Khalil Viana afirmam que tais trabalhos superestimam o impacto do golpe militar sobre as relações internacionais do Brasil. Após 1964 o MRE desfrutou de relativa autonomia na formulação da política externa, dando continuidade a muitos princípios caros à PEI. Sendo assim, não teria havido retrocessos nas relações com o terceiro mundo e, em alguns casos houve até progressos¹². Ademais, considerando-se que muitos países afro-asiáticos possuíam regimes anticomunistas, é válido ponderar em que medida a ascensão do regime militar brasileiro não teria encorajado as relações com aqueles países.

A propaganda anticomunista no Brasil atingiu seu ápice nos anos 1930, veiculada sobretudo pela Ação Integralista Brasileira e adquirindo muitas vezes uma conotação antisemita¹³. Em 1964, o anticomunismo dialogava mais com o cenário da Guerra Fria, perdendo sua coloração antisemita, mas preservando o discurso em prol da segurança nacional e a obsessão por uma suposta conspiração. A mobilização do argumento anticomunista “forneceu um etos combatente aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão”¹⁴.

Apesar de ser uma das razões que justificaram o golpe militar, Rodrigo Patto afirma que o anticomunismo não chegou a influenciar sua política externa, haja vista que as relações comerciais com os países socialistas do Leste Europeu foram mantidas¹⁵. Entretanto, se por um lado o anticomunismo não afetou as relações com o bloco socialista, por outro lado há que se perguntar se ele não teria ajudado a melhorar as relações com outros regimes anticomunistas.

O regime militar brasileiro e a China de Chiang Kai-shek

A história da China republicana até 1949 foi marcada por disputas acirradas entre dois grupos políticos: os comunistas, liderados por Mao Zedong, e os nacionalistas, reunidos no Kuomintang. O triunfo comunista veio em 1949, seguido pela fuga dos nacionalistas para a ilha de Taiwan sob a liderança de Chiang Kai-shek. A partir de então, a República Popular da China (comunista) travará intensa batalha diplomática com a República da China (nacionalista) pela legitimidade na representação do povo chinês. Chiang Kai-shek governaria a ilha com mãos de ferro, impondo uma lei marcial, controlando a imprensa e reprimindo a oposição. Seu período no poder, que finda com sua morte em 1975, entrou para a história como o “terror branco”.

Após a vitória comunista na guerra civil, o Brasil transfere sua representação diplomática na China para Tóquio e, posteriormente, para Taipei (capital de Taiwan). Em 1954, o Brasil era um dos únicos países do mundo com embaixador em Taipei, junto com o Japão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul. Entre 1951 e 1960, o Brasil se opôs à discussão sobre a admissão da China comunista à ONU. Já no contexto da PEI, entre 1961 e 1963, o país foi favorável à inclusão da discussão na pauta, embora sempre votando contra o reconhecimento do regime de Mao¹⁶.

Um dos acontecimentos que mais influenciaram as relações entre o regime militar brasileiro e a China Nacionalista foi a prisão, em abril de 1964, de nove cidadãos chineses que estavam no Rio de Janeiro organizando uma exposição comercial. Sobre eles pairava a acusação de atividades subversivas¹⁷. Ofício enviado pela embaixada brasileira em Taipei em maio de 1964 trazia, anexo, um recorte do jornal *Free China Weekly* aplaudindo a decisão brasileira sob os dizeres: “Jornalistas’ de Pequim no exterior não passam de espíões”. No corpo da notícia, lemos:

Golpe de Estado em Zanzibar e repressão da conspiração comunista no Brasil provaram para além de qualquer dúvida que os tão chamados “jornalistas”

¹²ALVES e VIANA, “Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco”, p. 696.

¹³Ver: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

¹⁴MOTTA, As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária, p. 207.

¹⁵Idem.

¹⁶FARES, “A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”, p. 29; RODRIGUES, *Interesse Nacional e Política Externa*, p. 36.

¹⁷Ver: GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuzza de. *O Caso dos Nove Chineses - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung*. Editora Objetiva, 2014.

¹⁸Free China Weekly, 10 de maio de 1964, vol. 1, n. 11. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 109 de 14/05/1964.

e “representantes comerciais” da China comunista realmente são espiões e agitadores truculentos da subversão. O Brasil prendeu nove chineses vermelhos depois de sua revolução anticomunista em 1º de abril¹⁸.

São significativos, nessa notícia, os termos usados para se referir ao golpe de 1964 (“revolução anticomunista”), bem como a convicção do jornal sobre a culpabilidade dos chineses detidos. O caso dos nove chineses foi um típico evento de histeria anticomunista, dado que a única “evidência” que pesava contra eles era o simples fato de serem originários de um país comunista.

O rompimento de relações com Cuba arrancou elogios das autoridades locais. Ofício de junho de 1964 trazia, anexada, uma mensagem do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China dirigida à embaixada, na qual se lê:

O Ministério dos Negócios Estrangeiros cumprimenta a Embaixada do Brasil e tem a honra de acusar o recebimento de sua nota verbal nº 47, de 14 do corrente, sobre o rompimento das relações diplomáticas entre os Governos do Brasil e de Cuba. O Governo e o povo da China respeitam esta sábia resolução do Governo brasileiro a quem o Ministério pede à Embaixada encaminhar seu sentimento de respeito¹⁹.

Em ofício do dia 15 de junho de 1964, encontramos uma edição do *China Post* de 10 de junho noticiando a visita de um grupo de parlamentares brasileiros de diversos partidos à ilha. Segundo a notícia, o deputado Herbert Levy, fervoroso apoiador do golpe de 1964, ao ser questionado pela imprensa local sobre os chineses presos, alegou que o governo brasileiro “pegou em flagrante nove chineses vermelhos devido à sua aparente intenção de subverter o governo brasileiro”. O jornal ainda declara que “noventa e cinco por cento [sic!] dos brasileiros são anticomunistas” e destaca o rompimento de relações entre o Brasil e “Cuba vermelha”²⁰.

O *The China News* de 7 de setembro de 1964 aproveitou a ocasião do aniversário da Independência para rasgar elogios ao presidente Castelo Branco. Segundo a notícia, Castelo Branco “foi descrito pelo historiador social brasileiro Gilberto Freyre como ‘um soldado da cabeça aos pés, um militar sem a arrogância prussiana, e um dos maiores intelectuais brasileiros’”²¹. Essa mesma edição trazia notícias com os perfis do ministro das relações exteriores Vasco Leitão da Cunha e do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Taipei, Milton Telles Ribeiro, que assinava a maioria dos ofícios analisados aqui.

Em outubro, Milton Telles Ribeiro é promovido a embaixador. O *Express News* afirma que, em sua cerimônia de apresentação de credenciais ao presidente Chiang Kai-shek, este afirmou que “a luta anticomunista do povo e do governo brasileiros sob a liderança do presidente Branco é respeitada por povos amantes da paz em todo o mundo”, além de estar “profundamente convencido de que os esforços comuns e decididos da República da China e do Brasil com certeza irão barrar a expansão e a agressão comunista para assegurar a paz do mundo inteiro”²².

No primeiro aniversário do golpe, a embaixada brasileira, em cumprimento a uma circular enviada pelo MRE, se empenhou em propagandear as transformações decorrentes da “Revolução” por meio de artigos e entrevistas difundidos na imprensa local. O *The China News* do dia 30 de março de 1965 trazia uma notícia intitulada “Brasil celebra primeiro ano de governo verdadeiramente democrático”. Em entrevista con-

¹⁹Nota Verbal nº F(53) CSAI/009081, 23 de maio de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 129 de 03/06/1964.

²⁰China Post, 10 de junho de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 135 de 15/06/1964.

²¹The China News, 7 de setembro de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 205 de 08/09/1964.

²²Express News, 7 de outubro de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 243 de 17/10/1964.

²³The China News, 30 de março de 1965. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

cedida ao jornal, o embaixador Milton Telles Ribeiro dizia que o “movimento nacional” ora celebrado visava ao “restabelecimento do governo verdadeiramente democrático”, além de assegurar “práticas administrativas coerentes e responsáveis, recuperando as finanças domésticas e restaurando o crédito internacional do Brasil”²³.

No dia 31 de março, o embaixador recebeu uma carta de Konsin C. Shah, chefe de protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China, na qual ele dizia que “O movimento popular de 31 de março de 1964, que restaurou o governo democrático aos Estados Unidos do Brasil, foi um marco na história da dignidade e do progresso humanos”. Konsin C. Shah ainda afirma que o povo brasileiro, “especialmente as bravas mulheres de seu nobre estado, deveria ser parabenizado pela sua coragem no restabelecimento de um governo de seu desejo”²⁴.

Ao falar das “nobres mulheres de seu estado”²⁵, Konsin C. Shah provavelmente se referia à Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), movimento de mulheres católicas organizado no Rio de Janeiro em 1962 que teve importante papel nas marchas contra Jango. Aliás, em 1967 é realizada, em Taipei, a 1ª Conferência Mundial Anticomunista, quando foi fundada a World Anti-communist League (WACL)²⁶. Ofício de outubro daquele ano comunicava que a representante brasileira na Conferência foi a embaixatriz Esther de Proença Lago, membra da CAMDE²⁷.

Em janeiro de 1967, o ministro das relações exteriores brasileiro Juracy Magalhães visitou a República da China por três dias, sendo condecorado por Chiang Kai-shek. Em sua visita, o ministro e as autoridades locais emitiram um comunicado conjunto no qual diziam que os comunistas chineses eram uma séria ameaça à paz e à segurança mundiais. Além disso, Juracy prometeu se esforçar por estreitar as relações entre os dois países, além de demonstrar grande apreço pelos resultados da reforma agrária chinesa – interesse esse que também foi demonstrado pelos parlamentares brasileiros que estiveram no país em 1964²⁸.

A reforma agrária foi uma das principais transformações do Kuomintang em Taiwan. Ela consistia em se apropriar das terras da população local e redistribuí-las entre os cidadãos da China continental que afluíam em massa. Os latifúndios foram divididos em 6 milhões de áreas que deveriam pagar aluguel ao Estado todo o mês. Seu objetivo era arrecadar fundos para retomar a China continental dos comunistas²⁹. Considerando que a reforma agrária foi uma preocupação do regime militar brasileiro desde o princípio³⁰, é possível que a experiência chinesa pudesse ser vista como um exemplo conservador de reforma agrária a ser seguido.

Dado o exposto até aqui, podemos notar como a existência de *crenças compartilhadas* – o anticomunismo e o repúdio à China continental – contribuiu para criar um ambiente favorável às relações com a República da China. Para tanto, concorreu a boa relação entre a embaixada e a imprensa local: a primeira, fiel à “Revolução de 1964”, divulgando as conquistas do regime militar, articulada com a segunda, controlada pelo Kuomintang. Em 1958, por exemplo, o Kuomintang havia ajudado a fundar 28 jornais e 498 revistas. O partido também dificultava a publicação de veículos de comunicação por pessoas de fora da agremiação³¹.

O regime militar Brasileiro e a Indonésia: de Sukarno a Suharto

Desde sua independência da Holanda, em 1945, até 1967, a Indonésia foi governada por Sukarno. Em setembro de 1965, o Partido Comunista Indonésio (PKI)

²⁴ Carta de Konsin C. Shah, 31 de março de 1965. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

²⁵ Milton Telles Ribeiro era carioca.

²⁶ Sobre a entidade irmã da WACL na América Latina, a Confederação Anticomunista Latino-americana, ver: RIBEIRO, Marcos Vinicius. A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979). Tese de doutorado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Outubro/dezembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 361 de 06/10/1967.

²⁸ China Post, 30 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 30 de 04/02/1967.

²⁹ CHEN, “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987), p. 198-199.

³⁰ Ver: Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm [acessado dia 21 de maio de 2019].

³¹ CHEN, “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987), p. 192, 202.

se alia a militares insatisfeitos para desferir um golpe que é logo sufocado pelo major-general Suharto. Segue-se feroz perseguição ao PKI e a simpatizantes de Sukarno, mergulhando o país na violência. Sukarno, acusado de fraqueza e mesmo de cumplicidade com o golpe de 1965, é obrigado a delegar poderes cada vez maiores a Suharto, gerando assim uma dualidade que se arrastaria até março de 1967, quando Sukarno é destituído pelo parlamento e Suharto vira presidente em exercício. O período de ascensão ao poder de Suharto ficou conhecido como a “Nova Ordem”.

Antes de ser deposto, Sukarno gozou de grande prestígio internacional, dado seu papel como idealizador da Conferência de Bandung e figura de proa no Movimento dos Não-Alinhados³². Sua política externa expressava seu “nacionalismo agressivo e vanguardismo anti-imperialista”. Enquanto Sukarno tinha uma “visão idealista, e até um pouco romântica, (...) que não tolerou qualquer tentativa de influência externa na sua doutrina de afirmação nacionalista e anti-imperialista”, Suharto “faz refletir na política externa indonésia as suas características de pragmatismo e racionalidade”, sempre norteado “pela sua preocupação com a segurança, ordem e estabilidade”³³.

Brasil e Indonésia estabelecem relações em 1953³⁴. Sukarno visitou Juscelino Kubitschek em 1959 e Jânio Quadros em 1961, com quem firmou acordos comerciais³⁵. Consumado o golpe no Brasil, em abril de 1964, o corpo diplomático brasileiro no país não mudou. Os ofícios e telegramas continuavam sendo assinados pelo encarregado de negócios Raul José de Sá Barbosa. Assim como Milton Telles Ribeiro, Raul José de Sá Barbosa demonstrava admiração pelo regime militar brasileiro, além de expressar opiniões anticomunistas.

Sukarno desfrutava de excelentes relações com a China comunista. Não por acaso, a prisão dos nove cidadãos chineses não passou despercebida pela opinião pública indonésia. Em nota de protesto encaminhada à embaixada, o SBPU, sindicato controlado pelo PKI, declara:

As prisões e o terror desencadeado contra os líderes dos movimentos de trabalhadores, organizações de massa e jornalistas da *Hsinhua*³⁶ pelo regime do General Branco provocam a ira de todos os operários indonésios de construção e de obras públicas. O regime Branco age visivelmente contra o interesse nacional brasileiro e em benefício do imperialismo americano. Favor submeter este protesto do SBPU ao regime fascista de Branco. Continuamos com o governo legal de Goulart. Libertem os presos³⁷.

Já a nota do BTI, Movimento Camponês Indonésio, protestava:

Com referência às prisões, detenções, assassinatos contra operários patriotas e contra o povo do Brasil e a violência dos direitos humanos pelo governo brasileiro, o BTI exprime seu protesto e urge – por seu intermédio – o Governo brasileiro, dirigido pelos imperialistas americanos, a cessar imediatamente tais atividades e a libertar os trabalhadores presos e os populares que heroicamente lutam pela independência nacional e pela paz. O BTI expressa sua solidariedade para com eles, convencido do sucesso final deles e da sua habilidade em destruir qualquer esforço da reação³⁸.

Já em 1965, um ofício reproduzia nota de protesto que o SEPDA, a União Re-

³² Sobre a Conferência de Bandung, ver: MACKIE, Jamie. Bandung 1955: Non-alignment and Afro-Asian solidarity. Singapura: Didier Millet, 2005.

³³ MENDES, “Identidade e poder na política externa da Indonésia: de Sukarno a Suharto”, p. 72, 73.

³⁴ Sobre as relações Brasil-Indonésia, ver: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI. Ágora, 1997.

³⁵ CUNHA, A questão de Timor-Leste: origens e evolução, 197-200, 208, 209.

³⁶ Agência de notícias estatal chinesa.

³⁷ Nota de protesto do SBPU. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jakarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

³⁸ Nota de protesto do BPI. Anexada a: Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jakarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

gional dos Trabalhadores, enviava à embaixada. A nota atribuía o processo contra os nove chineses às relações entre o Brasil e a China Nacionalista:

Baseado no falso testemunho do regime de Taiwan e na malícia do imperialismo americano, o processo faz lembrar ao mundo processos semelhantes do tempo dos governos bestiais de Hitler e de Mussolini – embora o mundo tenha mudado e seja agora um mundo de jovens nações emergentes, em luta contra o imperialismo e pela liberdade, as quais não estão dispostas a tolerar o fascismo. Os aspectos ilegais do julgamento tocaram a consciência do mundo. Estamos seguros de que medidas serão tomadas para corrigir as consequências dele³⁹.

Nota-se, portanto, que as boas relações entre o regime militar e o governo de Chiang Kai-shek não eram ignoradas na Indonésia.

Também em 1965, o Comitê Central Executivo dos Trabalhadores do Governo, representando 64 sindicatos, alegava que a prisão dos chineses refletia a “atitude reacionária e irresponsável do Governo brasileiro completamente dominado pelo imperialismo americano”. Diante disso, “o Comitê urge o Governo brasileiro a anular o veredito em questão, devolver os chineses à sua pátria e relaxar a prisão dos brasileiros envolvidos no caso, que são, todos, inocentes”⁴⁰.

Até mesmo o meio artístico indonésio se posicionou. Em telegrama dirigido à embaixada, o conjunto de canto e dança *Gembira* “condena o terror desencadeado pelo Governo brasileiro contra a mocidade do país, que luta patrioticamente e revolucionariamente, e exige a pronta libertação dos presos políticos”⁴¹.

Esses foram apenas alguns dos protestos recebidos pela embaixada brasileira em Jacarta. Apesar de o encarregado de negócios que assinava os ofícios ser francamente favorável ao regime militar, ele sempre repassava tais protestos em suas missivas ao MRE, embora se abstendo de comentá-los. Vê-se aqui que a prisão dos cidadãos chineses ajudou a mobilizar a sociedade indonésia contra o regime militar brasileiro. Note-se ainda, nesses documentos, a identificação do Brasil como um país de ambições imperialistas e serviçal dos Estados Unidos.

A hostilidade ao regime militar não partiu apenas da sociedade civil. Em agosto de 1965, ao organizar uma exposição de gravuras brasileiras, o encarregado de negócios brasileiro atesta como a ascensão do regime militar esfriou as relações entre os governos dos dois países:

Dei um cocktail para a inauguração e a ele compareceram diplomatas e artistas – mas nem uma só autoridade indonésia, quer do Ministério do Exterior, quer do Departamento da Educação Básica e Cultura, que concordara, muito amavelmente, em patrocinar a mostra (anexo IV). O Brasil já não goza, desde a revolução, das simpatias oficiais, como antigamente⁴².

Se o golpe militar brasileiro encontrou alguma simpatia na Indonésia, ela veio do Exército. Em janeiro de 1967, um ofício comunica que o *Angkatan Bersendjata*, jornal das Forças Armadas locais, publicara uma matéria de capa afirmando que o golpe no Brasil deveria inspirar os indonésios. A matéria, intitulada “Se o próprio Presidente trama o golpe”, dizia que Sukarno era o responsável pela agitação de 1965, de modo

³⁹ Nota de protesto do SEPDA. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

⁴⁰ Nota de protesto do Comitê Central Executivo dos Trabalhadores do Governo. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

⁴¹ Telegrama do grupo *Gembira*. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 76 de 17/04/1964.

⁴² Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Julho/dezembro 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 167 de 02/08/1965.

que tirá-lo do poder não seria um golpe, mas sim uma reação a outro golpe:

Nos anos de 1962, 1963 e 1964 o Brasil tinha um presidente cujo nome era João Goulart, um cripto-comunista sedento por estabelecer uma “ditadura dos trabalhadores”. Em nosso editorial de anteontem nós destacamos a mesma situação em Gana, Indonésia e Brasil e o plano geral usado pelos comunistas para ganhar o poder, por meio de ações de massa e ações legais e por meio de instituições já infiltradas para o plano geral [que era] a deterioração da educação, o empobrecimento do povo, agitação, guerra psicológica e falta de escrúpulos⁴³.

Além de a matéria ter saído na primeira página do jornal, Raul de Sá Barbosa observa que ela trazia à tona o assunto “num momento em que o espaço é pequeno para o debate da crise política nacional”. Nota-se, portanto, a importância do golpe brasileiro para os militares indonésios. Sukarno seria completamente afastado de suas funções dois meses mais tarde.

Apesar de ser afastado da presidência em março de 1967, a posição de Sukarno já vinha se fragilizando desde o final de 1965. Em ofício de outubro de 1966, Raul José de Sá Barbosa dá a entender que aquele era um momento propício para melhorar as relações entre ambos os países. Em 1963 um grupo de técnicos brasileiros havia visitado Jacarta, e em abril de 1964 uma missão econômica indonésia estava preparada para visitar o Brasil. O convite que o Brasil fizera aos indonésios, contudo, foi cancelado pela “Revolução” e não se tocou mais no assunto. A realização de uma exposição internacional em Jacarta em 1967 seria uma boa oportunidade “para relançar a ideia, meio morta, do comércio entre o Brasil e a Indonésia”⁴⁴. Dessa maneira, além das animosidades que o golpe de 1964 gerou na sociedade e no governo da Indonésia, notamos que o próprio regime instalado no Brasil também não demonstrou interesse em dar continuidade à aproximação entre os países.

O próprio Raul José de Sá Barbosa era hostil a Sukarno e, até certo ponto, um admirador de Suharto. Em 1967, o parlamento indonésio dissolveu várias agências governamentais criadas por Sukarno. Entre elas estavam institutos que, segundo o diplomata brasileiro, “são puros cabides-de-emprego. Muitos perderam utilidade e oportunidade, com o desmantelamento do antigo regime. Outros nunca tiveram qualquer papel – eram produto da demagogia delirante do Grande Leader”⁴⁵.

O diplomata não ignorava que Sukarno ainda possuía seguidores. Era o caso do Mbah Suro, grupo místico que agia no interior da ilha de Java e que o representante brasileiro comparava com o arraial de Canudos. Porém, para ele o Mbah Suro não passava de um grupo que nutria “um culto irracional de Sukarno como ‘father-figure’, parecido ao que o sertão brasileiro tributava à pessoa do venerável ‘Imperadô’”⁴⁶.

O diplomata brasileiro reproduzia, portanto, a imagem comumente veiculada no mundo ocidental à época, que representava Sukarno como um líder autoritário, oscilando entre o ambicioso e o quixotesco. Tais acusações eram embasadas em sua política exterior agressiva. A fundação da Federação da Malásia em 1963, reunindo ex-colônias britânicas, levou Sukarno a uma longa política de confrontação com o país vizinho. Em 1965, Sukarno retira a Indonésia do Banco Mundial e do FMI. Com a iminência da entrada da Malásia como membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU, ele também se retira da ONU⁴⁷. Isso sem mencionar que 1962 a Indonésia

⁴³ “If the President himself plots the coup”, Angkatan Bersendjata. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 26 de 20/01/1967.

⁴⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Setembro/dezembro 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 511 de 21/10/1966.

⁴⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 83 de 06/03/1967.

⁴⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 105 de 28/03/1967.

⁴⁷ PITT, Indonésia: construção do Estado e dinâmica regional, p. 44.

já havia sido expulsa do Comitê Olímpico Internacional, após Sukarno negar entrada às equipes de Taiwan e Israel nos Jogos Asiáticos de Jacarta.

Para Raul José de Sá Barbosa, eram inegáveis as ligações entre Sukarno e o golpe comunista de 1965: “É tal o ‘credibility gap’ que a declaração de Sukarno de que o golpe foi para ele uma completa surpresa é tachada pela União dos Sindicatos Muçulmanos como ‘lamentável’”. Ainda segundo o representante brasileiro, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Cristãos exortava o presidente a ouvir o povo: “Se não o fizer, haverá uma ‘desukarnização’ completa do país. Já começa, aliás. E a culpa é unicamente de Bung Karno”⁴⁸.

Em ofício de 1967, o diplomata brasileiro envia, anexado, um recorte do *Le Monde* com algumas reflexões de um professor holandês sobre o fracassado levante comunista indonésio de 1965. Um dos trechos de seu relato minimiza a participação dos comunistas no levante. Raul José de Sá Barbosa contesta, afirmando que “é velha tática vermelha, isso de esconder a mão numa primeira fase de tomada do poder. Há sempre um governo transitório de inocentes úteis, capitalistas ‘progressistas’ e burgueses apavorados”⁴⁹.

A um Sukarno delirante opunha-se um Suharto discreto e comedido. Em março de 1967, quando Sukarno é deposto e Suharto toma posse como presidente interino, Raul José de Sá Barbosa admira sua moderação. Para o diplomata brasileiro, essa moderação tinha duas explicações: “1 – ele é o principal beneficiário da queda do Presidente [Sukarno]. Apressá-la seria impróprio. 2 – para governar, precisará do mais largo apoio possível. A sua moderação, que é pública, vai render-lhe juros políticos”⁵⁰.

Cinco dias após empossado, Suharto enviou seus cumprimentos ao general Costa e Silva por ocasião de sua posse – algo que Sukarno não fez quando Castelo Branco tomou posse. Suharto “rezou que Deus desse sua bênção ao novo chefe de Estado brasileiro a fim de que ele possa conduzir seu povo para atingir bem-estar e prosperidade” e disse esperar que os dois países continuassem “sua cooperação em todos os campos, inclusive o esforço para estabelecer a paz mundial”⁵¹.

Ofício de agosto do mesmo ano reproduz o discurso de Suharto defendendo relações amistosas com a América Latina sob o argumento de que havia “bastante similaridade” entre as duas regiões: “somos igualmente novos países em desenvolvimento, lutando igualmente por um incremento da prosperidade do povo, e de forma análoga nós nos libertamos dos laços do colonialismo”. As relações com a América Latina deveriam se dirigir para “a criação de um mundo de paz e progresso”⁵².

Sendo assim, o desenvolvimento econômico e a cooperação Sul-Sul, temas caros aos governos Jango e Sukarno, continuaram permeando a política externa de ambos os países. Sob Suharto, a Indonésia protagoniza a criação da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), pautada pela necessidade de uma “concertação entre os países periféricos para melhor negociarem com as economias desenvolvidas”⁵³.

No caso do Brasil, a agenda do desenvolvimento econômico foi um canal de aproximação com o terceiro mundo nos anos 1960, contrastando com a indiferença e mesmo a hostilidade da diplomacia brasileira diante da Conferência de Bandung⁵⁴. Na luta pela “alteração das regras de funcionamento do comércio internacional, através da realização da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)”, o Brasil “despontou como liderança tanto regional quanto de

⁴⁸Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/março 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 18 de 16/01/1967. Bung Karno: apelido carinhoso dado a Sukarno por seus seguidores.

⁴⁹Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 68 de 23/02/1967.

⁵⁰Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 90 de 13/03/1967.

⁵¹Telegrama da Antara. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 99 de 28/03/1967.

⁵²Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Junho/setembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 299 de 18/08/1967.

⁵³PITT, Indonésia: construção do Estado e dinâmica regional, p. 49.

⁵⁴Sobre o Brasil em Bandung, ver: SOUZA, Arlindo José Reis de. O orientalismo no (luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

⁵⁵KOCHER, Ecos desenvolvimentistas da Conferência de Bandung na política externa brasileira, p. 14.

⁵⁶ALVES e KHALIL, “Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco”, p. 699.

todo o patrimônio intelectual dos países do Terceiro Mundo”⁵⁵. O regime militar não mudou a posição brasileira na UNCTAD: “Ao contrário, o que se verificou foi a manutenção das diretrizes que vinham sendo implementadas no governo anterior e um ímpeto no sentido de tornar ainda mais ativa a atuação do Brasil neste foro”⁵⁶.

Mesmo um convicto anticomunista como Raul José de Sá Barbosa invocava princípios caros à cooperação Sul-Sul e à solidariedade afro-asiática, destoando do anticomunismo tradicional que via no terceiro-mundismo um comunismo disfarçado. Sobre o Terceiro Festival Afro-Asiático de Cinema sediado em Jacarta, lemos que “Numa era de intervenção colonialista, a união e a solidariedade dos povos asiáticos e africanos é essencial ao sucesso da sua luta”. O filme deveria “ser instrumento dessa luta, instrumento da solidariedade e da união indissolúvel entre os povos de cor”⁵⁷.

Já na década de 1950, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, diplomata brasileiro que serviu em Jacarta, chamava a atenção para a importância do desenvolvimento como canal de aproximação entre o Brasil e o mundo afro-asiático. Nas palavras dele, “Se há um bloco, a que possamos dentro de certos limites pertencer, é aquele dos subdesenvolvidos; aquele que se estende nas latitudes meridionais do planeta, naquela faixa desamparada, oprimida e superpovoada”⁵⁸. Em suma: o antagonismo “Norte-Sul” se impunha sobre o antagonismo “Leste-Oeste”.

Voltando a Raul José de Sá Barbosa, percebemos que os elogios ao general Suharto vão se dissipando. Em maio de 1967 ele lamenta a existência de muitas continuidades entre a Nova Ordem e o período que ela deveria encerrar: hostilidades com a Malásia, não normalização das relações com Taiwan, corrupção e crise econômica. Fala-se também na impaciência dos “elementos mais extremistas (mais puros, talvez?) da chamada Nova Ordem”, inquietos “com o ramerrão das coisas”⁵⁹.

Citando o general Nasution, braço direito do próprio Suharto, o diplomata identifica a criação, “com o abuso da farda, [de] uma casta de privilegiados”, além da utilização do exército “como instrumento de poder pessoal e de enriquecimento. Não só há um processo em curso de ‘militarização’ mas de ‘latinamericanização’ da Indonésia”, revelando assim “O açambarcamento de todos os postos de mando por oficiais superiores da ativa”⁶⁰.

Uma vez deposto Sukarno, foram marcadas eleições para julho de 1968, mas o representante brasileiro se mostrava cético: “Está claro, de há muito, que ao atual governo não interessam eleições”. E questiona: “Onde a proclamada renovação dos costumes políticos se o Presidente da República promove a própria eleição por um Parlamento que ele mesmo nomeou? Não será isso a repetição de Sukarno?”. Recorrendo a subterfúgios, Suharto prolongou seu mandato por cinco anos⁶¹, dando início a uma aventura autoritária que só acabaria com sua deposição em 1998.

Em 1970 o Brasil fecharia sua embaixada na Indonésia, tornando-a cumulativa com Bangkok. A justificativa era orçamentária, mas é possível que Médici desejasse evitar “identificações com o regime do general Suharto, que, poucos anos antes, havia massacrado mais de meio milhão de compatriotas”⁶². Ao contrário de Narciso, a ditadura acha feio o que é espelho.

O destino de nosso encarregado de negócios não foi menos melancólico. Em 1969 ele seria aposentado compulsoriamente por ser homossexual⁶³. Tal punição foi fruto da Comissão de Investigação Sumária, presidida por Magalhães Pinto e responsável por remover diplomatas acusados de homossexualidade, alcoolismo e problemas

⁵⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 91 de 04/05/1964.

⁵⁸ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Ásia, África e a política independente do Brasil, p. 9.

⁵⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 183 de 23/05/1967.

⁶⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Telegramas recebidos – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Telegrama nº 73 de 17/07/1968. Bezerra de Menezes dizia, em 1963, que termos como “Latino-americano”, ‘latino-americanização’, ainda são epítetos pejorativos em rodas internacionais. A Europa continua nos olhando do alto de sua empáfia, e, até mesmo, os países orientais recebem sorte semelhante à nossa”. MENEZES, Subdesenvolvimento e política internacional, p. 40.

⁶¹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Março/junho 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 73 de 07/03/1968.

⁶² CUNHA, A questão de Timor-Leste: origens e evolução, p. 197-209.

⁶³ CARMO, Os soldados de terno? Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969), p. 71.

⁶⁴ TRACHTENBERG, Marc. The Craft of International History: a guide to method, p. 138-139.

psiquiátricos.

Considerações finais

À medida que lida com fontes, o historiador das relações internacionais percebe que muitos dados encontrados não são resultados isolados e que as teorias discutidas a nível abstrato se manifestam naquele caso particular. Entender significa enxergar o geral no específico, e é isso que a teoria nos ajuda a fazer⁶⁴. Vejamos, pois, como nosso trabalho sintoniza com a abordagem teórica proposta no começo do artigo.

Em nosso estudo, vimos como a existência de “crenças compartilhadas” criou um terreno fértil para as relações entre o regime militar brasileiro e o regime de Chiang Kai-shek. O anticomunismo foi um canal que ajudou a aproximar esses dois países tão distantes não só geograficamente, mas também culturalmente.

Também vimos como as crenças não-compartilhadas podem criar um ambiente hostil entre os atores, como foi o caso da Indonésia. Quando um militar anticomunista sobe ao poder na Indonésia, tem-se a esperança de um melhoramento nas relações – que logo é substituída por um desencanto da diplomacia brasileira com os rumos autoritários que seu governo tomava. Sendo assim, dizer que as ideias desempenham um papel importante nas relações internacionais não implica afirmar que dois regimes de orientação ideológica semelhante sempre terão boas relações. As “crenças compartilhadas” podem ser fonte não só de solidariedade, mas também de atritos⁶⁵.

Nosso trabalho também evidenciou a importância das ações, crenças e valores dos homens de Estado – no caso, dos diplomatas. Durante o período militar, o Itamaraty muitas vezes esteve livre de pressões ideológicas. Porém, muitos dos diplomatas já eram anticomunistas e entusiastas do regime militar independente de pressões ideológicas, tendo suas convicções influenciado a política externa brasileira.

Por fim, também mostramos como os atores das relações internacionais não se restringem ao âmbito do Estado, abarcando também a imprensa, os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Nem sempre as relações internacionais se dão no nível Estado-Estado, podendo também se dar no âmbito Estado-sociedade civil.

Fontes - periódicos

Angkatan Bersendjata, 18 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 26 de 20/01/1967.

China Post, 10 de junho de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 135 de 15/06/1964.

China Post, 30 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 30 de 04/02/1967.

Express News, 7 de outubro de 1964. Anexado: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 243 de 17/10/1964.

Free China Weekly, 10 de maio de 1964, vol. 1, n. 11. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 109 de 14/05/1964.

The China News, 7 de setembro de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 205 de 08/09/1964.

The China News, 30 de março de 1965. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

Fontes - ofícios

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 91 de 04/05/1964.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Julho/dezembro 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 167 de 02/08/1965.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Setembro/dezembro 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 511 de 21/10/1966.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/março 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 18 de 16/01/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 83 de 06/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 90 de 13/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 99 de 28/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 105 de 28/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 183 de 23/05/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Outubro/dezembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 361 de 06/10/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Junho/setembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 299 de 18/08/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Março/junho 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 73 de 07/03/1968.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Telegramas recebidos – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Telegrama nº 73 de 17/07/1968.

Demais fontes

Carta de Konsin C. Shah, 31 de março de 1965. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

Nota de protesto do BPI. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

Nota de protesto do SBPU. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

Nota de protesto do SEPDA. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

Nota verbal nº F(53) CSAI/009081, 23 de maio de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 129 de 03/06/1964.

Telegrama da Antara. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 99 de 28/03/1967.

Telegrama do grupo *Gembira*. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 76 de 17/04/1964.

Referências bibliográficas

ALVES, V. C.; VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. **Contexto Internacional** (on-line), v. 36, p. 683-708, 2014.

BERTONHA, João Fábio. “A questão da ‘Internacional Fascista’ no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista”. In: **Revista brasileira de política internacional**. 43 (1): 99-118, 2000.

CARMO, Géssica Fernanda do. **Os soldados de terno?** Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. UNICAMP, 2018. 169 p..

CHEN, Ketty W.. “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987). In: **Taiwan International Studies Quarterly**, Vol. 4, No. 4, pp. 185-210, 2008.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-Leste:** origens e evolução. Coleção cursos de altos estudos do Instituto Rio Branco. Bra-

sília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. 246 p.

DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introdução à história das relações internacionais**. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difel, 1967. 542 p.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O Ardil Totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997. 409 p.

FARES, Tomaz M.. “A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”. **Século XXI** – Revista de Relações Internacionais, ESPM, V. 7, no 1: p. 27-46, Jan/Jun 2016.

GEHRE, Thiago. A política externa brasileira durante os governos militares: ideias, práticas e imagens (1964-1984). **Textos e Debates** (UFRR), v. 2, p. 112-125, 2008.

GONÇALVES, Williams da Silva. “História das Relações Internacionais”. In: GONÇALVES, Williams da Silva; LESSA, Mônica Leite (orgs.). **História das Relações Internacionais**: teoria e processos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 13-41.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na Política Externa Brasileira, 1964-1984. In: **Estudos Históricos**. Vol.6, n.12, p. 211-246, 1993.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **O Caso dos Nove Chineses** - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung. Editora Objetiva, 2014. 256 p.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, Georg. **Introduction to International Relations: theory and approaches**. Oxford: Oxford University, 2003. 336p.

KOCHER, Bernardo. **Ecossistemistas da Conferência de Bandung na política externa brasileira**. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Belo Horizonte, julho 2015, p. 1-17.

Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm [acessado dia 21 de maio de 2019].

MACKIE, Jamie. **Bandung 1955: Non-alignment and Afro-Asian solidarity**. Singapura: Didier Millet, 2005. 136 p.

MENDES, Pedro Emanuel. Identidade e poder na política externa da Indonésia: de Sukarno a Suharto. In: **Relações Internacionais**. Nº 52, p. 067-082, dezembro de 2016.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. 132 p.

_____. **Subdesenvolvimento e política internacional**. Rio de Janeiro Edições GRD: 1963. 223 p.

_____. **Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI**. Ágora, 1997. 111 p.

MORAIS, Isabela Carolina Barbosa. **As relações diplomáticas entre o Brasil e a África**: da política externa independente ao governo Lula (1960-2010). Monografia de conclusão de curso – Relações Internacionais. Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH, 2017. 47 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1964, 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.

PITT, Rômulo Barizon. **Indonésia**: construção do Estado e dinâmica regional. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2011. 70 p.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional** (1972-1979). Tese de doutorado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018. 323 p.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Retratos do Brasil, volume 46. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 232 p.

SANTOS, Norma Breda; UZIEL, Eduardo. “Source criticism and the History of Brazilian Foreign Policy”. In: **Contexto Internacional**, volume 41(1), p. 187-207, Janeiro/Abril de 2019. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100010> - acessado dia 28 de janeiro de 2019].

SOUZA, Arlindo José Reis de. **O orientalismo no (luso) trópico americano**: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011. 234 p.

TRACHTENBERG, Marc. **The Craft of International History**: a guide to method. Princeton University Press: 2006. 266 p.

VIZENTINI, Paulo G. F.. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964. Petrópolis: Vozes, 1995. 325 p.

Epistemologia do Tempo: Resenha do livro *Sobre o Tempo*, de Norbert Elias *Epistemology of Time: Review of Norbert Elias's book About Time*

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2794>

*Rafael Penido Vilela Rodrigues*¹

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

rafaelpenidodh@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4452-6365>

Recebido em: 26/06/2019 – Aceito em 30/07/2019

Resumo: Nessa resenha será apresentado o livro *Sobre o Tempo*, de autoria do ilustre sociólogo Norbert Elias, o pensador que fez escola ao longo do século XX nos campos das Ciências Humanas e Sociais com suas abordagens originais e paradigmáticas. Na obra *Sobre o Tempo* não foi diferente. Ao longo desta resenha será mostrado as perspectivas e os avanços que o autor dá acerca do estudo epistemológico do tempo, fazendo um enlace das abordagens filosóficas e historiográficas para coroar com aviação sociológica e propor que a experiência social cognoscível do tempo se trata de uma quinta dimensão.

Palavras-chave: Tempo; Norbert Elias; Epistemologia;

Abstract: In this review will be presented the book *Sobre o Tempo*, authored by the illustrious sociologist Norbert Elias, the thinker who did school throughout the 20th century in the fields of Human and Social Sciences with their original and paradigmatic approaches. In the book *Sobre o Tempo* was not different. Throughout this review will be shown the perspectives and the advances that the author gives about the epistemological study of time, making a link of philosophical and historiographic approaches to crown with the sociological vision and to propose that the knowable social experience of time is a fifth dimension.

Keywords: Time; Norbert Elias; Epistemology.

Introdução

Em 1998 a editora Zahar lançava a primeira edição brasileiro do livro *Sobre o Tempo*. Esta é mais uma obra do ilustre sociólogo Norbert Elias (1897–1990), o polonês de origem judaica, radicado na Alemanha, autor de livros consagrados e paradigmáticos não só no campo da Sociologia, mas nas Ciências Humanas em geral, como: os dois volumes de *O Processo Civilizador* de 1939, *A sociedade dos indivíduos* de 1939, *Os estabelecidos e os outsiders* de 1965, *A sociedade de corte* de 1969, *Mozart: a sociologia de um gênio* de 1991, dentre outros monumentos da literatura alemã do século XX que marcaram os estudos sociais e a maneira de se entender a formação histórica e psicológica das sociedades e as relações individuais que a compõem.

Norbert Elias desenvolveu, ao longo de suas obras, um estudo minucioso se valendo da Psicanálise, da Teoria da História, da Antropologia e da Filosofia, de forma a alavancar as ferramentas da Sociologia focando na relação entre comportamento, emoção e conhecimento na história. Ele estudou Sociologia, Medicina, Filosofia e Psicologia nas Universidades de Breslau e Heidelberg. Mas devido a circunstâncias históricas, ele per-

¹Historiador, graduado pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Graduando em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG). Realizou intercâmbio em Filosofia na Universidade do Minho (UMinho), em Portugal, através do programa MinasMundi da UFMG em 2017/2018, onde desenvolveu o projeto de pesquisa acerca da Filosofia em Portugal no século XVIII e investigou a vida e a obra do filósofo luso-brasileiro Matias Aires Ramos da Silva de Eça. Tem experiência na área de História, com ênfase nas pesquisas sobre Memória, Historiografia, Identidades e Regionalismos. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Antropologia Filosófica, Filosofia da História e Filosofia das Emoções. Atualmente é colaborador do Jornal Cidades, periódico circular na Região das Vertentes Mineiras, é monitor da disciplina de Filosofia Moderna da UFMG e colaborador de produção do grupo Estratégia Concursos.

maneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido (re)descoberto por uma nova geração de teóricos nos anos 1970, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos. Eliass morou na França, após deixar a Alemanha nazista em 1933 e depois foi para a Inglaterra, onde foi professor de Sociologia na Universidade de Leicester entre 1945 e 1962. Também lecionou mais tarde como professor visitante em universidades na Alemanha, Holanda e Gana.

A obra *Sobre o Tempo* – no original *Über die Zeit*, de 1984 – foi organizada e editada por Michael Schröter. Trata-se de uma série de 46 pequenos e densos ensaios acerca da teoria do conhecimento do tempo, de suas transformações no interior das sociedades e das condições epistemológicas e psicológicas que permitiram a absorção de certas representações acerca do tempo. Todavia, segundo o posfácio do organizador, estes ensaios não foram escritos de uma só vez. Os primeiros 27 ensaios foram inicialmente redigidos e publicados em revistas científicas de universidades holandesas e alemãs entre 1974 e 1982 (acrescentando as seções 28 e 29 numa revisão neste último ano). A princípio, o manuscrito original foi escrito em inglês, intitulado *Time. An Essay*, e só depois traduzido para o alemão. Mais tarde, com vistas à publicação do livro no alemão, Norbert Elias redigiu a Introdução e as seções 30 a 46 no início de 1984, completando, então, o livro que hoje temos nas mãos.

A verdade é que o trabalho a que Norbert Elias se propõe neste livro é árduo. Afinal de contas, pensar o tempo nunca foi uma tarefa fácil. Platão no *Timeu*, Aristóteles no livro IV da *Física*, Plotino no livro III das *Enêadas* e Santo Agostinho no livro XI das suas *Confissões*, já atestavam tal dificuldade desde a antiguidade, passando por Galileu, Descartes, Newton, Kant e Einstein, que também enfrentaram e mostraram as dificuldades de se pensar o problema epistemológico do tempo. Mas Norbert Elias quer ir além; sua cabeça pensa o social e não poderia ser diferente com o tempo. Ele não pretendeu entender o tempo como um ente, capaz de ser apreendido, ou nem como uma ideia inata. Ele queria entender a regulação social do tempo em acordo com a consciência pessoal do tempo, isto é, com uma pergunta: como os traços do processo civilizador definem aquilo que pensamos conhecer acerca do tempo?

Nota-se, pois, que seu problema é epistemológico e sua teoria sociológica. Com efeito, Norbert Elias não nega que há algo que passa, mas tampouco aceita que o tempo exista em si, ou que seja um dado objetivo como quis Descartes, ou um juízo sintético *a priori* como postulou Kant. Segundo ele, as pessoas não conseguem parar de ter a impressão de que é o próprio tempo que passa, quando, na realidade, o sentimento de passagem se refere ao curso da própria vida alinhada às transformações da natureza e da sociedade. Na verdade, o tempo é, antes de tudo, um símbolo social de orientação, fruto de um longo processo civilizador que condicionou o conhecimento humano. Assim, Norbert Elias afirma, como um bom “continental”, que isso só se evidencia ao compararmos o hábito social de homens que viveram em sociedades históricas de estrutura mais simples e menos exigentes quanto à exatidão temporal. Deste modo é possível fornecer os elementos de interpretação dos símbolos sociais necessários para permitir que a interpretação do tempo abra caminho entre as alternativas filosóficas tradicionais, desenvolvendo uma teoria sociológica do saber e da atividade de conhecimento. Neste sentido, é possível fornecer aos indivíduos submetidos à dimensão do tempo uma compreensão melhor deles mesmos e da condição humana em geral, uma vez que o objeto do saber não é mais o indivíduo por si, reificando o tempo, mas o fluxo incontável das gerações que definem a contagem do movimento.

Vale a pena antecipar aqui que a tese principal de Norbert Elias é que o tempo ocupa a quinta dimensão. Diz isso na medida em que tudo o que é perceptível, inclusive a realidade humana, ocupa uma posição em cada uma das quatro dimensões formadas pelo espaço e pelo tempo, e, paralelamente, o

tempo é a figuração de um símbolo social, alçando-o a uma quinta dimensão do mundo humano. A questão é que o tempo se desloca da dimensão do universo físico e passa a ser apreendido como um símbolo de origem humana a partir do momento em que a sociedade se integra como sujeito determinante do conhecimento, traduzindo o fluxo incessante dos acontecimentos para situarem os indivíduos no interior desse fluxo, determinando posições, medindo durações, intervalos, velocidades e mudanças. Em outras palavras, a percepção do tempo exige centros de perspectiva, que é a própria experiência histórica humana, de modo a modificar a estrutura e a direção da qual a compreensão acerca do tempo é transmitida, indo para além do plano físico e ocupando o simbólico, donde Norbert Elias afirma a existência de uma dimensão quántupla.

A sociedade ocidental industrializada, por exemplo, formalizou a compreensão do tempo de forma muito singular e universalista. Os ponteiros do relógio – como contínuos evolutivos elaborados e padronizados pelo homem para servir de quadro de referência e escala de medida – encarnam a ideia de tempo em um universo ao mesmo modo condicionante e alheio ao homem, como se o tempo estivesse em um plano físico que, de um lado, se diferenciaria do plano social e, de outro, o condicionaria coercitivamente. A proposta de Norbert Elias, porém, é que enquanto não tivermos presente no espírito que há uma relação indissolúvel entre os planos físico e social do universo, não conseguiremos examinar o problema do tempo, pois os problemas físicos e sociológicos que gravitam em torno das investigações são de uma mesma natureza, a saber, como se dá o aprendizado acerca do tempo.

A questão é que Norbert Elias nega que a consciência do tempo seja uma espécie de ideia inata. Por outro lado, a noção *detabula rasa* intelectual é aceita por ele pensando de forma diacrônica o transcurso da história humana, advertindo que os saberes e sinais que os seres humanos são capazes de adquirir teriam que ser elaborados por eles mesmos, a partir da sua própria experiência. Neste sentido, ele identifica que a organização do tempo assume papel importante na compreensão das sociedades. Os calendários, por exemplo, são capazes de revelar os usos que as sociedades faziam do mundo biológico, orientando-se pela lua, pelo sol e pelas estações, demarcando os períodos de plantio e colheita, festas e ritos religiosos, para orientar e sistematizar processos fundamentais existentes no interior das relações humanas. Segundo ele, há um progresso social nessas determinações de saber, pois se trata de um espaço de experiências que congrega a dimensão do conhecimento empírico das gerações em uma organização simbólica, definindo o tempo como esta orientação da existência social.

A partir disso, Norbert Elias vê a necessidade de explicar a compreensão humana frente a esse quadro de referências. Nas entrelinhas de seu texto, se vê a presença da teoria aristotélica acerca do tempo, ao dizer que “a determinação do tempo repousa [...] na capacidade humana de relacionar duas ou mais sequências diferentes de transformações, uma delas servindo de escala de medição do tempo para a outra ou as outras” (ELIAS, 1998, p. 60). Mas, se Aristóteles queria entender o tempo em si, Norbert Elias se apoia apenas na definição de que é a partir da observação de sequências que se pode determinar a presença simultânea das três percepções do tempo na experiência humana, a saber: passado, presente e futuro. Essas sequências servem para modelar a consciência dos processos sociais. E é esse mesmo *continuum* que marca as características do que ele chama de quinta dimensão do universo humano, pois determinam o surgimento da realidade social da humanidade acessível à experiência e à figuração.

O autor, em síntese, convida seus leitores à reflexão acerca da noção de que o tempo é uma fabricação humana simbólica condicionada às experiências histórico-psicológicas das sociedades, que culminou num esforço mecanicista determinante, reduzido a movimentos mecânicos que os homens colocam a serviço de seus próprios fins, desencadeando a sensação de tempo escasso. A sua proposta,

contudo, é motivar o leitor a pensar que o tempo é algo que faz parte essencialmente do conhecimento humano como um todo, que determina as atividades, organiza a consciência dos acontecimentos, regula a vida cotidiana, estabelece a rotina das ações, sendo apontado, portanto, como uma das grandes construções da humanidade. Ele lembra ainda que investigar sobre o tempo envolve sempre uma dimensão de mistério, um enigma paradigmático que está relacionado diretamente a autocompreensão que os seres humanos têm de si mesmos.

O convite de Norbert Elias é tentador e lança o leitor em uma vastidão de investigações, envolvendo-o numa leitura epistemológica não só acerca do conhecimento do tempo, mas de si mesmos e das “evoluções” do pensamento humano. Seu livro termina apontando para o horizonte, dizendo que ainda resta muito a ser feito e motivando o leitor a compreender a sua própria experiência do tempo e, com isso, a compreender a si mesmo. Por fim, vale dizer que esta é uma obra de fôlego que merece ser lida detidamente, sendo indispensável para quem se propõe a compreender a rede de organizações e configurações sociais e a história das relações que compõe o universo humano.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 168 p. Tradução de Vera Ribeiro. Publicado originalmente sob o título *Über die Zeit*, em 1984, por SuhrkampVerlag, de Frankfurt, Alemanha. Editado por Michael Schröter.